



**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO  
PARANÁ CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON -  
PR CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**EMERSON FERREIRA DA SILVA**

**ENTRE IDEOLOGIAS E UTOPIAS: VISÕES DE MUNDO DOS  
AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CELSO  
FURTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2018**

**EMERSON FERREIRA DA SILVA**

**ENTRE IDEOLOGIAS E UTOPIAS: VISÕES DE MUNDO DOS  
AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CELSO  
FURTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

Texto apresentado como requisito para qualificação no Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrária da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Área de concentração: desenvolvimento rural sustentável.  
Prof. Dr. Alvorí Alhert – Orientador  
Prof. Dr. Djoni Roos – Coorientador

**MARECHAL CÂNDIDO**

**RONDON 2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva, Emerson Ferreira da

Entre ideologias e utopias : visões de mundo dos agricultores agroecológicos do assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR / Emerson Ferreira da Silva; orientador(a), Alveri Alhert; coorientador(a), Djoni Roos , 2018.

123 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2018.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Quedas do Iguaçu (PR) - Assentamento Celso Furtado. I. Alhert, Alveri. II. Roos , Djoni. III. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46  
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>  
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000  
Marechal Cândido Rondon - PR.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

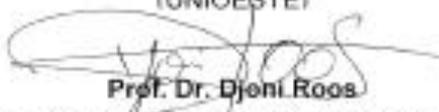
**EMERSON FERREIRA DA SILVA**

**ENTRE IDEOLOGIAS E UTOPIAS: VISÕES DE MUNDO DOS AGRICULTORES  
AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO EM QUEDAS DO  
IGUAÇU-PR**

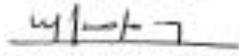
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável**, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

  
**Orientador(a) – Prof. Dr. Ailton Ailiert**

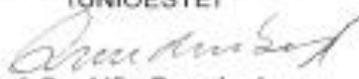
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon  
(UNIOESTE)

  
**Prof. Dr. Djoni Roos**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon  
(UNIOESTE)

  
**Prof. Dr. Wilson João Zonin**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon  
(UNIOESTE)

  
**Prof. Dr. Alfio Brandenburg**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Marechal Cândido Rondon, 28 de junho de 2018

## AGRADECIMENTOS

É importante lembrar que este trabalho é fruto de uma construção coletiva.

Professores, amigos e familiares, cada um a seu modo colocou um tijolinho nessa construção de conhecimento, por isso não poderia deixar de registrar meus agradecimentos.

Agradeço à minha esposa Cilene, cujos braços foram um porto seguro nos momentos em que o cansaço e as angústias do processo de escrita pareciam tempestades.

Aos meus filhos Gustavo e Sofia, cujos sorrisos não me deixaram esquecer que a vida é linda.

Aos amigos Julio e Adriane Saulo, que sempre me socorreram, da construção do projeto de pesquisa à entrega do texto à tempo para o membro externo da banca.

Aos colegas do PPGDRS, do mestrado e doutorado e, de modo especial, ao Adriano, Cristiane, Jefferson Vorpapel, Elemar, Fábio Corbari, Eder, Mara, Rafael e Vinícius.

De modo ainda mais especial à Julie, Daniela, Renata, Natalia, Iza, Fernanda, Elton e Carla, colegas de turma com os quais compartilhei as etapas desta formação.

Aos professores da UNIOESTE, por todo o empenho em fazer uma Universidade de qualidade apesar de todos os obstáculos, principalmente aos Professores do PPGDRS: Adilson, Irene, Saquet, Basso, Nelza, Alberto, Nardel, e Altevir.

Agradeço ainda, de maneira especial ao meu orientador, professor Alvori Ahlet, pessoa que só consigo definir dizendo que é um ser humano em outro nível, pois, de todas as suas qualidades, o respeito pelas pessoas, certamente é a maior. Grande Intelectual, mas acima de tudo sensível às pessoas a sua volta. Lembro-me da primeira reunião de orientação, onde ele fez um esforço pra entender como eu queria conduzir o trabalho e me deu total liberdade para seguir meus próprios caminhos.

Ao professor Djoni, coorientador que chegou a uma fase adiantada do trabalho, mas que contribuiu decisivamente para que o mesmo ganhasse muito em

qualidade, sobretudo por sua experiência em pesquisas no assentamento Celso Furtado. Sua leitura atenta dos manuscritos, os apontamentos críticos e sugestões de leituras foram fundamentais para este resultado final.

Ao professor Zonin, que com todo amor que coloca nas coisas que acredita, motiva todos a sua volta para a construção de um mundo melhor. Sou grato pelas contribuições nas bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Alfio Brandenburg, por ter aceitado fazer parte da banca de defesa, motivo de grande honra para mim e, tenho certeza, para o PPGDRS. Sou grato também pelas grandes contribuições feitas na banca.

Agradeço aos assentados, homens e mulheres que fizeram de cada entrevista uma lição de vida. Não foram raros os momentos em que as entrevistas não se pareceram com uma relação de pesquisador e pesquisado, mas com um bate papo entre amigos, regado a cuias de mate. Dos convites para um almoço, da alegria em receber uma pessoa estranha, ficaram grandes lições de que as relações humanas podem ser melhores do que as predominam hoje.

E, finalmente, a todos os cidadãos brasileiros que através de seus impostos financiam o ensino público, sem o qual eu não teria chegado até aqui.

A todos e todas, meu muito obrigado.

## EPÍGRAFE

“É necessário que o cientista e sua ciência seja, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”.

*Carlos Rodrigues  
Brandão*

“A Sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se ela tivesse por fim apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens e mulheres mesmo quando aqueles homens e mulheres, à maneira de marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não tiver como tarefa restituir a esses homens e mulheres o sentido de suas ações.”

*Pierre Bourdieu*

SILVA, Emerson Ferreira da. **Entre ideologias e utopias: visões de mundo dos agricultores agroecológicos do Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR**, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Junho – 2018.

Orientador: Prof. Dr. Alvorí Alhert.

Co-orientador: Prof. Dr. Djoní Roos.

**Resumo:** O MST tem a agroecologia como uma de suas principais bandeiras, juntamente com a reforma agrária, e atua para que este paradigma produtivo seja adotado nos assentamentos nos quais o Movimento tem influência. Mesmo assim, na maioria dos assentamentos ainda prevalece a agricultura convencional. Neste trabalho, analisamos aspectos ideológicos atuantes nos sujeitos que praticam ou praticaram a agroecologia com o objetivo de identificar dentre os elementos que compõe a visão social de mundo dos assentados aqueles que os motivam ou não para a prática da agroecologia. Tendo como aporte teórico o conceito de ideologia como visão social de mundo, ou seja, como um conjunto de pensamentos e valores que, construídos socialmente, atuam no sentido de orientar as ações dos indivíduos, elegemos três visões de mundo que atuam de modo significativo sobre os assentados. São eles a agricultura tradicional, a agricultura convencional e a visão agroecológica. Para compreender como essas visões de mundo atuam na prática dos camponeses assentados foi estudado um grupo de agricultores do assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, no Paraná. Dentre as entrevistas realizadas elegemos oito para serem analisadas sendo quatro de agricultores agroecológicos, dois que deixaram de produzir de forma agroecológica e mais dois em transição para a agroecologia. Constatou-se que diante da insuficiência das políticas públicas para a promoção da agroecologia, os agricultores acabam sendo os maiores responsáveis pela viabilidade dos projetos agroecológicos, mas esses projetos só são continuados quando a visão de mundo agroecológica se consolida em detrimento de outras, como a da agricultura convencional ou tradicional.

Palavras-Chave: Agroecologia; Ideologia; Assentamentos Rurais; Sustentabilidade.

**SILVA, Emerson Ferreira da, *Between ideologies and utopias: world views of the agroecological farmers of the Celso Furtado settlement in Quedas do Iguaçu-PR*, Unioeste - State University of the West of Paraná. June - 2018.**

Advisor: Prof. Dr. Alvorí Alhert.

Co-advisor: Prof. Dr. Djoní Roos.

**Abstract:** The MST has agroecology as one of its main flags, along with agrarian reform, and acts for this productive paradigm to be adopted in the settlements in which the Movement has influence. Even so, conventional agriculture still prevails in most settlements. In this work, we analyze the ideological aspects of the subjects practicing or practicing agroecology in order to identify among the elements that make up the social world view of the settlers, those who motivate them or not to practice agroecology. Having as theoretical support the concept of ideology as a social vision of the world, that as a set of thoughts and values that, socially constructed, act to guide the actions of individuals, we choose three world views that act in a significant way on the settlers. These are traditional agriculture, conventional agriculture and the agroecological vision. In order to understand how these worldviews work in the practice of settled peasants, a group of farmers from the Celso Furtado settlement in Quedas do Iguaçu, Paraná, were studied. Among the interviews, we chose eight to be analyzed, four of which were agroecological farmers, two that stopped producing in an agroecological way and two in transition to agroecology. In view of the insufficiency of public policies to promote agroecology, farmers end up being the main responsible for the viability of agroecological projects, but these projects are only continued when the agroecological world view consolidates to the detriment of others, such as conventional or traditional agriculture.

**Keywords:** Agroecology; Ideology; Rural Settlements; Sustainability.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	Localização do município de Quedas do Iguaçu – PR .....	20
FIGURA 2	-	Chamado para manifestação contra o MST .....	25
FIGURA 3	-	Monocultivo no Assentamento Celso Furtado.....	28
FIGURA 4	-	Caminhão de leite atolado/leite não recolhido sendo descartado .....	29
FIGURA 5	-	Antigas instalações do Colégio Chico Mendes .....	30
FIGURA 6	-	Acesso ao financiamento nos estabelecimentos agropecuários por microrregião .....	51
FIGURA 7	-	Incidência de Buva em plantação de soja no Assentamento Celso Furtado	61
FIGURA 8	-	Lote agroecológico entre lotes com produção convencional no Assentamento Celso Furtado.....	94
FIGURA 9	-	Dia de campo no Assentamento Celso Furtado.....	97
FIGURA 10	-	Plantio de milho orgânico na comunidade Palmital.....	104

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – Evolução da produção de leite em Quedas do Iguaçu – PR.....26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAOQI - Associação dos Agricultores Orgânicos de Quedas do Iguaçu  
ABAG/RP - Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto  
ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos  
CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia  
CFO - Certificado Fitossanitário de Origem  
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
COAGRI - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda.  
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DERAL - Departamento de Economia Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EUA - Estados Unidos da América  
FAO - Food and Agriculture Organization  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU - Organização das Nações Unidas  
ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica Sustentável  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIS - Contribuição para o Programa de Integração Social  
PLS - Projeto de Lei do Senado  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PP - Partido progressista  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRV - Pastoreio Racional Voisin

PV - Partido Verde

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

WWF - World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>ÁREA DE ESTUDO: QUEDAS DO IGUAÇU E O ASSENTAMENTO CELSO FURTADO</b> .....	20
2.1	CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	23
<b>3</b>	<b>IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</b> ... ..	31
3.1	O CONCEITO DE IDEOLOGIA.....	31
<b>3.1.1</b>	<b>O conceito de ideologia em Karl Mannhein</b> .....	35
3.2	A IDEOLOGIA DO PROGRESSO.....	40
3.3	O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	44
3.4	DESENVOLVIMENTO RURAL.....	46
3.5	CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE.....	52
3.6	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	58
<b>4</b>	<b>IDEOLOGIAS E UTOPIAS: VISÕES SOCIAIS DE MUNDO NA AGRICULTURA</b> .....	66
4.1	IDEOLOGIA DA AGRICULTURA CONVENCIONAL.....	66
4.2	O CAMPEPINATO COMO VISÃO SOCIAL DE MUNDO.....	79
<b>4.2.1</b>	<b>O campesinato no Brasil</b> .....	79
4.3	A AGROECOLOGIA COMO VISÃO SOCIAL DE MUNDO NO MST.....	82
<b>5</b>	<b>VISÃO SOCIAL DE MUNDO DOS ASSENTADOS</b> .....	89
5.1	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	90
<b>5.1.1</b>	<b>Os produtores agroecológicos</b> .....	93
<b>5.1.2</b>	<b>Assentados que deixaram de ser agroecológicos</b> .....	101
<b>5.1.3</b>	<b>Assentados em transição agroecológica</b> .....	105
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
<b>8</b>	<b>ANEXO - QUESTIONÁRIO PARA FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ORGÂNICOS</b> .....	121

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada no Assentamento Celso Furtado, em Quedas o Iguaçu/PR, um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil, com 1089 famílias assentadas. Tem como objetivo geral identificar dentre os elementos que compõe a visão social de mundo dos assentados, aqueles que os motivam a aderirem ou não ao manejo agroecológico.

Como objetivos específicos, buscamos levantar informações junto aos agricultores assentados, produtores agroecológicos, sobre os motivos que os levam a optar por este tipo de produção, diferentemente da maioria, além de descrever os valores que compõe a visão social de mundo desses assentados. Objetivou-se ainda comparar grupos de agricultores: que optam pelo manejo agroecológico; que estão em processo de transição; e com que os deixaram essa forma de produção, a fim de identificar os valores que influenciam essas escolhas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem a agroecologia como uma de suas bandeiras, juntamente com a reforma agrária e atua para que este paradigma produtivo seja adotado nos assentamentos nos quais o Movimento tem influência. A oferta de cursos, palestras e outras atividades voltadas para a promoção da agroecologia entre os camponeses, sobretudo com os que estão acampados, fazem parte das estratégias do movimento para motivar a agricultura ecológica.

Mesmo assim, na maioria dos assentamentos ainda prevalece a agricultura convencional, como no caso do Assentamento Celso Furtado, o que demonstra que esta forma de agricultura ainda parece ser mais atrativa para os assentados, mesmo que estes não disponham de maquinários e de recursos financeiros para desenvolver tal produção.

Certamente, o resultado financeiro prometido pelo cultivo de grãos, principalmente da soja, é um incentivo para a adesão a este tipo de cultura. Todavia, é necessário considerar também que existe todo um conjunto de elementos em torno da agricultura convencional que faz com que esta seja escolhida até pelos pequenos produtores, para os quais ela não foi concebida.

Neste trabalho, analisaremos os aspectos ideológicos que atuam nos sujeitos que praticam ou praticaram a agroecologia. O trabalho é dividido em quatro capítulos, sendo que no primeiro abordamos a área de estudo, apresentando o

Assentamento Celso Furtado contextualizado no município de Quedas do Iguaçu.

No segundo capítulo, é feita uma revisão de literatura com o objetivo de problematizar sobre a questão da sustentabilidade e os limites que este conceito enfrenta no modelo de sociedade que tem seus rumos definidos pelo mercado. Amparados pelos aportes teóricos de Boaventura Sousa Santos (2002), Sachs (2009), Sen (2000), Polanyi (2002), Leff (2002), Boff (2012), Löwy (2014), Furtado (1978), entre outros, podemos afirmar que ao contrário do discurso da mão invisível, o sistema capitalista sobrevive à custa de constante apoio estatal. Na agricultura, a despeito do discurso de competência que os arautos do agronegócio costumam proferir, a análise dos fatos deixa claro que a hegemonia desse modelo de agricultura, observada hoje, foi sempre sustentado pelo Estado.

Ainda no segundo capítulo, é feita uma análise do conceito de ideologia, termo usado por vários autores com diferentes significados, causando muitas vezes uma imprecisão conceitual. Apresentamos um histórico do conceito até chegar à Marx, com o qual o termo se consolidou como “falsa consciência”. Não obstante, outros autores, mesmo de correntes marxistas, como Lenin, Lukács e Gramsci, vão atribuir também sentidos positivos ao termo, apontando para a possibilidade de existência de uma ideologia entre os dominados.

Na sequência apresentamos a conceituação de ideologia em Mannheim, que elegemos como aporte teórico para a análise da pesquisa de campo realizada neste trabalho. O autor húngaro trabalha com a noção de ideologia como visão social de mundo, ou seja, como um conjunto de pensamentos e valores que, construídos socialmente, atuam no sentido de orientar as ações dos indivíduos.

No terceiro capítulo, discutimos as visões de mundo que atuam sobre os assentados: a agricultura tradicional, a agricultura convencional e a agroecologia. Apresentamos um debate conceitual sobre o campesinato, mostrando que, longe de ser um sujeito anacrônico, o camponês é quem pode protagonizar o enfrentamento dos desafios que a agricultura tem pela frente, bem como em relação a produção de alimentos de forma sustentável e em quantidade suficiente para atender ao crescimento populacional.

Tendo uma relação de proximidade com a natureza, o camponês tem condições de ser o sujeito que pode protagonizar a nova agricultura baseada em princípios ecológicos. Em muitos aspectos, a agroecologia se mostra mais eficiente que a agricultura convencional, porém, requer mais mão de obra, dificuldade que

pode ser contornada com o trabalho familiar.

Também debatemos como é construída a ideologia em torno da agricultura alinhada com a cadeia do agronegócio, como única forma de produzir alimentos, além de abordamos a agroecologia como visão social de mundo que, no caso dos assentados, é transmitida através das experiências como o MST.

No quarto capítulo, apresentamos o resultado da pesquisa de campo realizada no Assentamento Celso Furtado, onde buscamos entender as motivações dos assentados em aderir ou não a práticas agroecológicas. Para tal análise, lançamos mão do conceito de visão social de mundo (*Weltanschauung*) de Karl Mannheim (1976). Consideramos que o camponês, ao ser assentado, traz um conjunto de ideologias que influenciam em suas opções por práticas agrícolas. Embora a agroecologia seja trabalhada pelo MST, principalmente no período de acampamento, a ideologia do agronegócio, que promete alta produtividade a partir da mecanização e introdução de insumos químicos, se mostrando bastante sedutora.

Desta forma, dividimos os entrevistados em três grupos: produtores agroecológicos; em transição para a agroecologia e os que deixaram a produção agroecológica. Identificamos três visões de mundo que atuam de modo mais significativo sobre esses produtores: a agricultura tradicional, a agricultura convencional e a visão agroecológica.

Um elemento importante ao se escolher os caminhos da pesquisa é a questão da abordagem. O presente estudo, tem por opção metodológica a análise qualitativa, que insere-se em uma linha de pesquisa descritiva, ou seja, quando não há como traduzir as informações coletadas na pesquisa de forma numérica e tem como objetivo trabalhar a questão da interpretação e da produção de significados. (PRODANOV; FREITAS, 2013)

A fim de levantar informações iniciais para a realização desta pesquisa, entramos em contato com várias pessoas que tinham ligação com a agricultura no Município de Quedas do Iguaçu/PR. Em nosso julgamento, o contato com essas pessoas poderia fornecer informações sobre os agricultores agroecológicos, figuras centrais para obtenção de informações para este trabalho, hipótese que se mostrou acertada. Desta forma, conversamos com pessoas da Secretaria Municipal de Agricultura, EMATER, Associação dos Agricultores Orgânicos de Quedas do Iguaçu (AAOQI), além de lideranças do assentamento, políticos, entre outros. Este estudo exploratório também contribuiu para um melhor planejamento da pesquisa, pois as

informações levantadas aumentaram a previsibilidade do que encontraríamos nas entrevistas realizadas posteriormente. Nos estudos exploratórios, “o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes e maiores informações, para em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental”. (TRIVIÑOS, 1987, p.109)

Nesta fase inicial, bem como ao longo de toda a pesquisa, procuramos, sempre que possível, participar das atividades coletivas que envolviam os assentados. Dentre as atividades que participamos destacamos: a comemoração do aniversário do assentamento Celso Furtado, Encontro Educadores nas Áreas de Reforma Agrária, dia de campo, Encontro de Juventude do Campo, seção na Câmara de Vereadores<sup>1</sup> com temas relacionados ao assentamento e da Feira de troca de sementes, esta última realizada no município de Laranjeiras do Sul-PR.

Em seguida realizamos um trabalho etnográfico de caráter exploratório, onde foram feitas visitas a três agricultores assentados, sendo dois agricultores agroecológicos e um que abandonou a agroecologia voltando a produção convencional.

O trabalho etnográfico permitiu conhecer de perto a realidade do assentamento e assim poder formular melhor as hipóteses do trabalho, bem como orientou para um melhor ajustamento das questões do formulário de pesquisa aplicado aos demais entrevistados na etapa seguinte. Também nesta etapa foi possível identificar as entidades que de alguma forma são ou foram atuantes nas atividades dos assentados, como a Secretaria Municipal de Agricultura, AAOQI, EMATER etc. Este trabalho preliminar, bem como a participação nas atividades coletivas citadas acima permitiu uma maior aproximação com o contexto dos entrevistados, fato que contribuiu para que se criasse um *rapport* entre entrevistador e entrevistado. Para Triviños, (1987) na pesquisa qualitativa o investigador deve ser capaz de compreender as dimensões compreender os significados latentes do comportamento dos entrevistados, o que só é possível quando se observa estes sujeitos em seu contexto social. Caso o pesquisador, que opte pela perspectiva qualitativa, se não for “capaz de compreender estas dimensões do comportamento do sujeito, derivadas principalmente, do contexto cultural, pode observar um fenômeno e explicá-lo equivocadamente.” (TRIVIÑOS, 1987, p.123)

---

<sup>1</sup> O município de Quedas do Iguaçu conta com dois vereadores assentados.

Na segunda etapa da pesquisa realizamos um número maior de entrevistas com assentados que produzem ou que produziram de forma agroecológica. Assim, o universo desta pesquisa teve como base os produtores agroecológicos, os que abandonaram a produção agroecológica e os que estão em fase de transição para agroecológica no Assentamento Celso Furtado.

A princípio, iniciamos o contato apenas com os agricultores cadastrados na AAOQI. Apesar do nome, a maioria dos agricultores cadastrados na nesta associação, produz apenas de forma convencional. Como a entidade entrega alimentos para a merenda escolar através dos programas governamentais, a organização não consegue atender a demanda apenas com produtos orgânicos. Dos 12 produtores assentados, cujo contato nos foi passado pela Associação, apenas 3 eram produtores agroecológicos e outros 3 estavam em fase de transição. Não foi possível localizar 2 produtores, pelo fato do cadastro estar desatualizado e, quanto aos demais, foi constatado não praticavam a agroecologia. Durante as entrevistas, fomos levantando informações sobre outros produtores agroecológicos, bem como sobre agricultores que deixaram de produzir sob esta forma de manejo, construindo assim uma “amostra bola de neve” onde “num primeiro tempo identificam-se algumas pessoas pertencendo à população visada, solicitando-lhes as coordenadas de outras pessoas (dessa população visada) com as quais elas têm contato, e assim sucessivamente.” (FIRDION, 2015, p.77).

Para realização dos propósitos deste trabalho, buscamos selecionar agricultores assentados com perfil da tipologia construída nas hipóteses. Para isso, elegemos a amostra do tipo não probabilística (ALMEIDA, 1989) pelo fato de não buscarmos necessariamente uma representatividade, mas uma seleção criteriosa de sujeitos com características específicas. Portanto, foram eleitas algumas entrevistas de cada perfil para serem analisadas sendo: duas entrevistas com agricultores que deixaram a agroecologia; duas entrevistas com agricultores em transição para a agroecologia e quatro com agricultores agroecológicos, considerando que as informações fornecidas por esses últimos constituem o principal ponto de interesse desse trabalho.

Neste sentido, as entrevistas narrativas ocuparam um lugar privilegiado nesta pesquisa, pois nos permitiu reconstruir a trajetória de cada entrevistado, bem como lançar mão de uma análise comparativa entre estas entrevistas. Para Weller:

Para o método documentário de interpretação, a análise comparativa tem como objetivo a reconstrução dos aspectos homólogos entre diferentes casos estudados (por exemplo, entre diferentes entrevistas). Quanto mais precisa for a análise, mais exatas serão as afirmações realizadas com base nos dados empíricos que, por sua vez possibilitarão a construção de tipo (WELLER, 2005, p. 278).

As entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido, mas evitou-se fazer uma pergunta após outra como um interrogatório, pelo risco de inibir a espontaneidade das respostas. Neste sentido, procuramos fazer com que as entrevistas tivessem o máximo de informalidade possível, iniciando com uma solicitação para que o entrevistado discorresse sobre sua história de vida até ser assentado. Ao longo das narrativas muitas questões do formulário de pesquisa iam sendo respondidas sem que houvesse necessidade do entrevistador perguntar. O efeito dessa estratégia de entrevista, aliada ao clima de informalidade que procuramos criar, foi que muitas entrevistas estenderam-se por horas, constituindo-se em riquíssimas fontes de informação.

A fim de compreender como diferentes ideologias atuam entre os assentados, lançamos mão da sociologia do conhecimento para analisar a influência das diferentes visões de mundo entre os sujeitos. É neste sentido que, ao analisar as práticas agroecológicas de agricultores assentados, buscamos nesta pesquisa focar na perspectiva dos sujeitos que expressam suas visões de mundo nas ações cotidianas (WELLER, 2005).

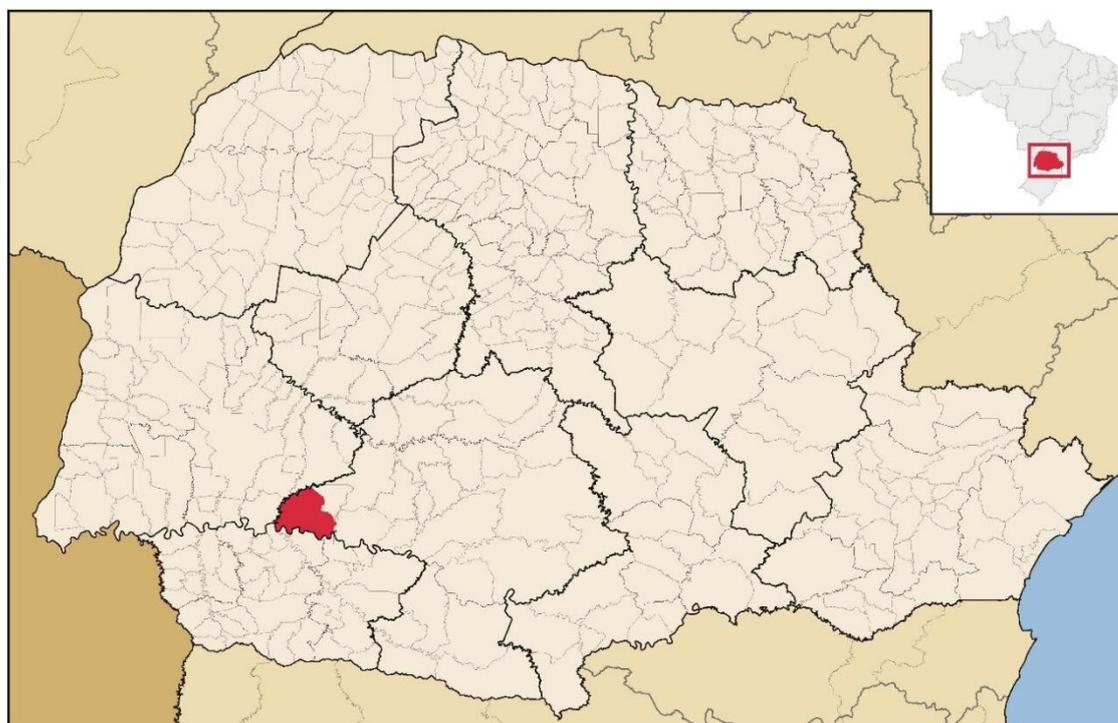
Ao falarmos sobre os assentados, é preciso refletir sobre a trajetória desses sujeitos até chegarem a esta condição. As experiências que estes sujeitos vivem são importantes para compreender suas escolhas, mas é importante também considerar a trajetória de vida desses camponeses e sua relação com o MST, principalmente do período de acampamento, assim como sua vida pregressa ao Movimento.

## 2 ÁREA DE ESTUDO: QUEDAS DO IGUAÇU E O ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

*O poder tem raízes na areia  
O tempo faz cair  
União é a rocha que o povo  
Usou pra construir  
(PJ e Raiz)*

O município de Quedas do Iguaçu fica em uma região que é palco dos maiores conflitos agrários do Paraná, fato que apesar de ter culminado com o assentamento de milhares de famílias, também resultou em muitos casos de violência, inclusive com vítimas fatais. O município é cortado pelo maior latifúndio de terras contínuas do Sul do Brasil, controlado pela empresa Araupel. Em 2005, parte dessas terras foi desapropriada para a criação do assentamento Celso Furtado, onde foi realizada esta pesquisa.

FIGURA 1 - Localização do Município de Quedas do Iguaçu



Fonte: Autor Raphael Lorenzeto de Abreu. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org>

A cidade de Quedas do Iguaçu localiza-se na Mesorregião geográfica Centro-sul paranaense, microrregião de Guarapuava, sendo o município mais ao ocidente desta região, fazendo divisa com as regiões Oeste e Sudoeste paranaense.

A sede do município fica a 447 km de Curitiba, capital do estado, e a 176 de Guarapuava, maior cidade da mesorregião, fato que leva muitos moradores recorrerem ao município de Cascavel para acessarem recursos não disponíveis na localidade, como tratamento médico especializado e ensino superior. Essa cidade fica a 128 km de Quedas do Iguaçu, sendo que é possível fazer esse trajeto sem passar por postos de pedágio. Todas as manhãs, vários ônibus da prefeitura de Quedas do Iguaçu partem em direção a Cascavel levando pacientes para tratamentos de saúde; ao final da tarde é a vez dos vários coletivos de estudantes que, além de seguirem para Cascavel, levam estudantes universitários para Dois Vizinhos e Laranjeiras do Sul, que são municípios próximos.

De acordo com o censo do IBGE, em 2010, o município tinha uma população de 30.605 pessoas, das quais 9.618 viviam no meio rural, ou seja, 33% do total de habitantes, percentual bem maior que o do estado, que possui apenas 15% da população vivendo no campo.

A emancipação do município de Campo Novo, antigo nome de Quedas do Iguaçu, ocorreu em 18 de outubro de 1967, quando através da lei estadual nº 5668, foi desmembrado de Laranjeiras do Sul, tendo como distrito Espigão Alto do Iguaçu, hoje também emancipado. Em 15 de dezembro de 1968, Campo Novo passa a se chamar Quedas do Iguaçu (SILVA, 2002). Assim como a maior parte do interior do Paraná, a região foi palco de um projeto de colonização protagonizado por empresas privadas que, no caso de Quedas do Iguaçu, se iniciou na década de 1930 pela Companhia Colonizadora Mercantil Paranaense, que passou a comercializar lotes ao norte do Rio Iguaçu, entre o Rio das Cobras e o Rio Guarani, em um imóvel denominado Rio das Cobras (CAMARGO, 2017). As terras comercializadas por esta companhia, haviam sido adquiridas da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que por sua vez, as recebeu como doação do governo do Estado do Paraná em 1944, desrespeitando a Constituição Federal de 1934, que estabelecia que toda área localizada à 100 km da fronteira pertencia ao Governo Federal, não cabendo, portanto, ações do Governo Estadual sobre essas terras (ROOS, 2010).

A colonizadora Companhia Colonizadora Mercantil Paranaense, que era polonesa, passou a promover a vinda de colonos, principalmente do Rio Grande do Sul e da Polônia. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a companhia, que além de vender os lotes também comercializava a produção agrícola dos colonos, passou a enfrentar dificuldades como a falta de combustível para abastecer os caminhões que

escoavam a produção. Esta crise fez com que a companhia fosse vendida para o grupo Votorantin, de São Paulo em 1944 e, posteriormente, para a Cia de Papel e Celulose Iguaçu (SILVA, 2002). A compra das terras por esta companhia criou um problema para a região, pois a empresa não tinha intenção de vender terras, mas a região continuava a atrair migrantes que chegavam principalmente do Rio Grande do Sul. Silva (2002) relata o depoimento de um dos representantes da companhia que segundo ele:

[...] com muitos rodeios, explicava que não iriam vender as terras para o povo, que não iriam comercializar, que para as atividades deles a colônia ainda era pequena para o que eles pretendiam fazer... Segundo eles iriam montar fábricas de celulose e grandes fazendas o que nunca fizeram (SILVA,2002, p.17).

Com isso, muitos colonos passam a ocupar terras do Estado, formando várias comunidades, mas sem titulação. A ocupação de terras do Estado contribuiu para a ocorrência de conflitos agrários. Na medida em que essas terras se valorizavam, despertavam a ganância de grileiros que aterrorizavam os moradores, valendo-se para isso da atuação de jagunços cujas ações de violência não poupavam nem mesmo autoridades:

No ano de 1955, Álvaro Natel de Camargo, fazendeiro, vereador e a maior liderança política e maior líder na criação do Distrito de Espigão Alto, era irmão do Prefeito de Laranjeiras do Sul e do Deputado Estadual do Município, também foi morto por um pistoleiro em sua própria casa (CAMARGO, 2017, p.61).

Já os camponeses sofriam constante violência física e psicológica por parte dos jagunços a serviço dos grileiros que os forçava a comprarem as terras que já ocupavam há vários anos. Além de assassinatos, os jagunços ateavam fogo em paióis que guardavam as colheitas e matavam animais, espalhando assim o terror por onde passavam (CAMARGO, 2017). Já para os indígenas que ainda viviam na região não havia nenhuma possibilidade de negociação, ou fugiam ou eram exterminados (SILVA, 2002).

Do outro lado do Rio Iguaçu, a Região Sudoeste também passava por situação de violência por parte de jagunços a serviço de grileiros. Diante dos abusos das companhias de colonização, os camponeses passaram a organizarem-se politicamente, exigindo que as autoridades garantissem o direito das famílias não serem obrigadas a pagarem pelas terras que ocupavam. Em resposta a tais mobilizações, os jagunços passaram a atuar com ainda mais violência, chegando a

assassinar barbaramente famílias inteiras. Como resposta a essas as ações, em 1957 milhares de camponeses se reuniram na cidade de Francisco Beltrão e outras cidades do Sudoeste paranaense, expulsando os grileiros e seus jagunços, episódio que ficou conhecido como “Revolta dos posseiros” (ALVES, 2008).

Em Quedas do Iguaçu, em 1963 as terras do imóvel Rio das Cobras passam para o controle do grupo Maizonave Giacomet (CAMARGO, 2017), que em 1972 se une ao grupo Marondin S.A., formando a Giacomet-Marondin Indústria de Madeiras S.A. O Grupo adquiriu mais de 100 mil hectares constituindo o maior latifúndio de terras contínuas do Sul do Brasil, abrangendo, além de Quedas do Iguaçu, mais quatro municípios: Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Rio Bonito do Iguaçu. Em 1997, a Giacomet-Marondin muda sua razão social para Araupel S.A (SILVA, 2002; ROOS, 2010).

## 2.1 CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

O imóvel adquirido pela Araupel é formado pelo latifúndio que foi constituído pela grilagem de terras federais, com a cumplicidade do governo estadual, pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, conforme exposto acima. Isto faz com que a titularidade dessas terras seja questionável, fato que motivou a ação de camponeses, organizados no MST, a reivindicarem essas terras para reforma agrária.

No município de Rio Bonito do Iguaçu, esses camponeses ocuparam as terras da Giacomet-Marodín, em 1996. Com cerca de 12 mil pessoas a ação, que constituiu-se como a maior ocupação de terras do Brasil, resultou na conquista de dois assentamentos onde foram assentadas 1.504 famílias em 1997 (ROOS, 2010).

Essa conquista fortaleceu a luta pela terra na região, favorecendo novas ações do MST. Um exemplo desse fortalecimento foi o crescimento da Coagri (Cooperativa de Trabalhadores Rurais de Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda.), que teve uma expansão significativa após a criação desses assentamentos, sendo que seu “número de associados que no primeiro ano era de 400 pessoas se multiplicou várias vezes em 4 anos, chegando a 4.165 associados em 2000” (FABRINI, 2002, p.170). A cooperativa abriu subunidades em Rio Bonito

do Iguaçu para compra de cereais, além de supermercados e agroveterinárias e passou a apoiar novas lutas dos camponeses na região (FABRINI, 2002). Esse apoio foi importante para a conquista do assentamento Celso Furtado, outro grande assentamento da região.

Mesmo com a quantidade expressiva de famílias assentadas nos dois assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu, ainda restaram cerca de 1.000 famílias sem serem assentadas. Em maio de 1999 esse número já chegava a 1.800 famílias, acampadas às margens da PR-158, quando no dia 10 deste mês cerca de 1.300 famílias desse acampamento ocuparam uma área da fazenda Rio das Cobras conhecida como “Bacia”, em Quedas do Iguaçu (ROOS, 2010; COCA, 2011). Diante de ameaças de despejo, em 12 de julho um grupo de cerca de 2.300 famílias ocupou outra parte da fazenda Rio das Cobras, conhecido como “Silo” (ROOS, 2010). O grande número de pessoas envolvidas fortaleceu a ocupação e dificultou ações de despejo por parte do Estado e também contribuiu para que o processo de desapropriação fosse acelerado. Sobre esse processo, destacamos a fala de uma das lideranças do assentamento Celso Furtado:

Diante dessa ocupação começou a clarear um pouco a questão do interesse da Araupel ceder a área. A gente trabalhava com a possibilidade de 13 mil hectares na época, aí nas negociações se negociou 25 mil hectares. Eles ofertaram como venda, o INCRA teve o entendimento de comprar essa área por 122 milhões, mas aí foi aprofundando e apareceu que o título dessa empresa poderia ser nulo. É um título que não é válido, então daí se retiraram da compra aí e partiu pra uma desapropriação (ARMANDO<sup>2</sup>, comunidade 10 de maio).

Assim, no dia 26 de setembro de 2005 foi criado o assentamento Celso Furtado, onde foram assentadas 1089 famílias, formando um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil (ROOS, 2010). Nem toda a área desapropriada foi destinada para o assentamento, uma vez boa parte desta área se constitui de reserva ambiental.

A conquista do assentamento não encerrou a luta, pois ainda haviam muitas necessidades para serem supridas para que as famílias pudessem viver com dignidade na terra conquistada. A construção de escolas, estradas, postos de saúde entre outros, são reivindicações que só foram atendidas, mesmo que muitas vezes precariamente, diante de muita mobilização por parte dos camponeses. A luta simbólica também faz parte da agenda dos assentados em Quedas do Iguaçu,

---

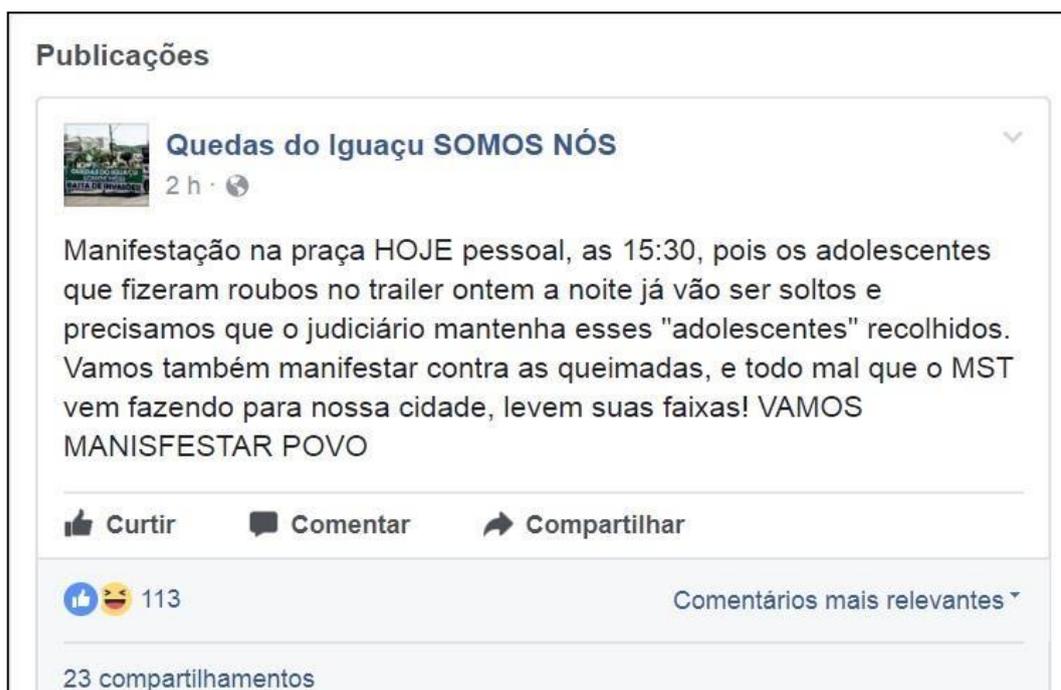
<sup>2</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes verdadeiros foram substituídos.

diante da campanha de desmoralização de tudo que relacione ao MST. Se a grande imprensa, de modo geral, segue uma linha editorial que criminaliza a atuação de movimentos sociais, em Quedas do Iguaçu essa campanha é feita de forma mais explícita pela imprensa local, que frequentemente associa o movimento com ações de criminalidade. Martins (2007), realizou uma pesquisa entre 2000 e 2004 onde apurou que neste período das 25 notícias relacionadas com o MST, publicadas em um jornal local:

[...] onze eram diretamente criminalizadoras dos integrantes do movimento, imputando-lhes crimes; seis tiveram caráter tendencioso, no sentido de estigmatização do movimento, em uma “quase” criminalização, alegando, por exemplo, que os sem terra destruíram a lavoura com tratores no lugar que invadiram; e oito delas referiam-se apenas a vinda à cidade de agentes do INCRA ou até de órgãos internacionais, como a notícia sobre a visita de membros do “The Memorial Robert Kennedy”, publicada no dia onze de maio de 2002, sem grandes alardes sobre o acontecimento, relatando apenas que tais membros vinham “estudar o processo de reforma agrária”, desvinculando a missão de uma ampla proposta de defesa aos direitos humanos e do direito à terra como motivo da visita. (MARTINS, 2007, p. 30).

Ainda hoje, mesmo após mais de 12 anos da criação do assentamento, ainda é comum o preconceito contra todos que tenham ligação com o movimento, sendo que persistem campanhas de criminalização.

Figura 2 - Chamado para manifestação contra o MST

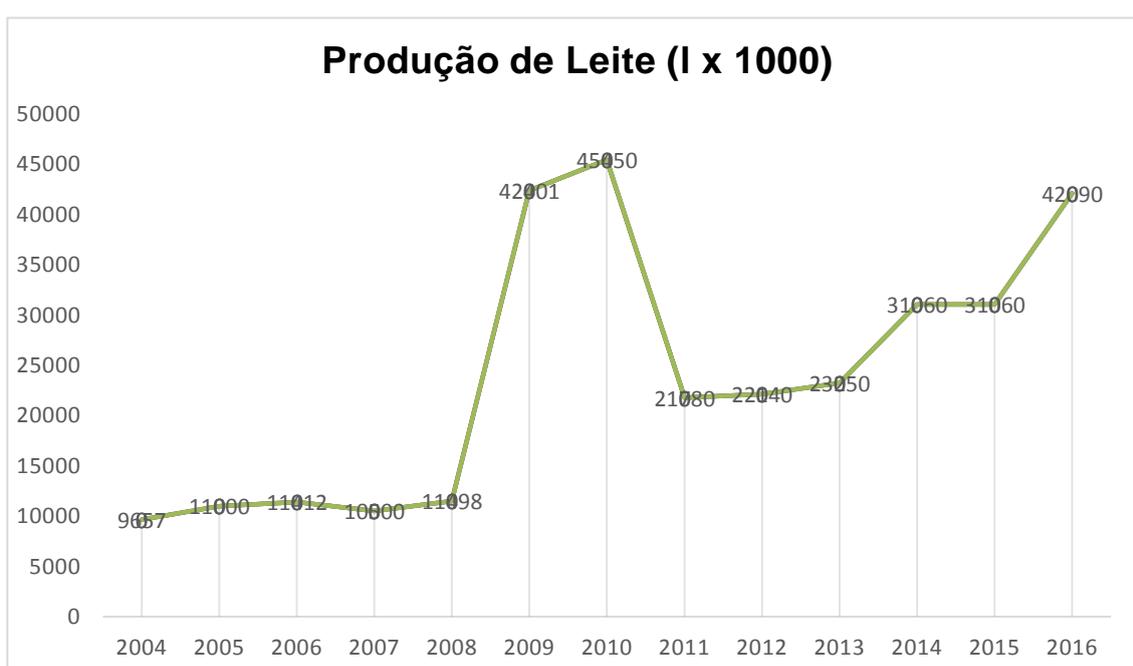


Fonte: Facebook, 2016

A imagem acima foi retirada de uma página da rede social Facebook, que possui mais de 5 mil seguidores. A postagem faz referência a crimes cometidos na cidade em setembro de 2017 e convoca a população para protestar pela prisão dos envolvidos. Embora não haja indícios de que os infratores tenham relação com MST, o movimento também foi incluído no protesto por, segundo a página, “fazer mal à cidade”.

Apesar de todo esse esforço para associar como negativa a presença do assentamento no município, os números revelam outra realidade. De acordo com dados do IBGE, após a criação do Assentamento Celso Furtado houve aumento de vários índices, como o número de empresas, empregos e produção agropecuária. Embora a base de dados consultada não permita identificar qual a influência do assentamento nesse crescimento, o fato é que para um município que no ano de 2002 possuía cerca 700 estabelecimentos rurais (SILVA, 2002), a criação de um assentamento com 1089 famílias pode alterar a economia local. A linha de crédito de R\$ 20.000,00 que cada família fizesse as primeiras benfeitorias nos lotes após a criação do assentamento, por exemplo, certamente representou um impacto significativo para as empresas do município, principalmente para o comércio.

Gráfico 1- Evolução da produção de leite em Quedas do Iguaçu



Fonte: IBGE. Org. pelo autor, 2018

Outro exemplo é a pecuária leiteira, atividade que tem sido a opção de muitos assentados, pelo fato de representar uma renda mensal, o que muitos consideram mais vantajoso que a sazonalidade da produção de grãos. O gráfico 1 mostra o aumento na produção de leite em Quedas do Iguaçu desde a criação do assentamento.

De acordo com o gráfico, organizado com dados do IBGE, a produção de leite em Quedas do Iguaçu saltou de pouco mais de 9 milhões de litros em 2004, um ano antes da criação do assentamento para mais de 42 milhões de litros em 2016, dos quais uma parcela significativa sai do assentamento Celso Furtado. Dados levantados pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apontam que em 2015 haviam 520 famílias assentadas produzindo leite (MONTEIRO, 2018).

Mesmo com esses dados, acreditamos que esses números ficam aquém do potencial que o assentamento Celso Furado tem em contribuir com o desenvolvimento do município de Quedas do Iguaçu, pois o apoio do poder público tem se mostrado insuficiente para fomentar iniciativas que promovam a dinamização da produção e consequente autonomia das famílias.

A principal característica do latifúndio sempre foi o acúmulo de terras, o que permite também a concentração de poder. Isso ocorreu no processo de grilagem de terras ocorrido em várias regiões do Paraná, inclusive em Quedas do Iguaçu, como já descrito, mas com o processo de modernização da agricultura, onde o poder não se concentra mais apenas nos latifundiários, mas também na cadeia de empresas as quais o agronegócio está subordinado. Neste sentido, a luta camponesa pela terra é incompleta se questionar apenas a concentração de terras, pois a forma de manejo imposta pelas empresas do agronegócio também constitui uma ameaça aos camponeses.

Se o MST demorou em reconhecer isso, sendo que apenas em 2000 o movimento rompe como o paradigma produtivista (BORGES, 2009), muitos camponeses ainda não perceberam que sua luta vai além da conquista da terra. Assim, entram no perigoso jogo do produtivismo que, embora no momento atual seduza com bons preços, deixa os pequenos agricultores reféns das oscilações do

mercado<sup>3</sup>.

No assentamento Celso Furtado, o avanço do agronegócio fica evidente nas dificuldades enfrentadas pelos assentados que optaram por produzirem alimentos orgânicos. Estas dificuldades fizeram com que a maioria desistisse de tal produção (BOZA *et al*, 2011), enquanto que a produção de soja, por exemplo, encontra vários elementos que facilitam seu desenvolvimento, como a maior facilidade para obtenção de crédito (GUANZIROLI, 2007) e comercialização.

Figura 3 – Monocultivo no Assentamento Celso Furtado



Fonte: Ferreira, 2018

Mas as ameaças à autonomia camponesa nos assentamentos não acontecem somente através cultivo de produtos que atendem aos interesses da cadeia do agronegócio. Ocorre também de formas sutis como através de discursos de políticos não alinhados com os interesses dos camponeses e que conseguem angariar votos entre os assentados, de professores não preparados para atuarem nas escolas do campo e através da morosidade do poder público em atender às necessidades dos camponeses. Com relação a este último item, uma queixa frequente dos assentados é com relação às estradas.

A ausência de pavimentação é um problema frequente no meio rural brasileiro, mas no assentamento Celso Furtado nota-se que há uma carência com relação à manutenção das vias que cortam o assentamento, como falta de cascalho. Mesmo nos trechos cascalhados, a falta de manutenção dificulta o

---

<sup>3</sup> No trabalho "Territorialização do agronegócio e concentração fundiária", de Cavalcante e Fernandes (2008), os autores afirmam que em momentos de crise há aumento na concentração de terras, favorecendo os agricultores mais capitalizados.

tráfego, principalmente de veículos de pequeno porte, como automóveis e motocicletas.

Figura 4 - Caminhão de leite atolado/Leite não recolhido sendo descartado



Fonte: Torrente, 2016.

Já na comunidade Palmital, onde fizemos parte da pesquisa de campo, as estradas foram feitas pelos próprios assentados, que tiveram que arcar com as despesas com maquinários para a construção das vias.

Quando chegamos aqui, não tinha estrada nada. Só mostraram o mapa pra nós onde ficava e viemo campando. Nem estrada ganhemo do INCRA, nada. Nós fomos jogados aqui e se quisesse estrada tivemos que pagar. Nós entremos com os orgânicos com uma vontade de trabalhar que meu deus do céu! No fim não deu nada! (MANOEL, Comunidade Palmital, 2017).

As escolas do campo são outro exemplo desse abandono. No Assentamento Celso Furtado, o Colégio Chico Mendes, inaugurado em 2007, mas que já funcionava desde o tempo de acampamento como escola itinerante, funcionou até 2017 de forma improvisada em um galpão. Esse local antes da criação do assentamento era usado para guardar insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc.), quando a área ainda era controlada pela Araupel (MOCELLIN, 2016).

Figura 5 – Antigas instalações do Colégio Chico Mendes



Fonte: Mocellin, 2016.

Portanto, mesmo após a criação de assentamentos há, contraditoriamente, um processo de expulsão do campo, materializado na forma precária com que o poder público atende as demandas dos camponeses.

### 3 IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

*Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, a propícia estação  
E fecundar o chão  
(Chico Buarque/  
Milton Nascimento)*

A partir de uma revisão de literatura, esse capítulo tem como objetivo apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir da ótica de autores que debatem o tema em sentido mais amplo, bem como de autores que se voltam especificamente para a agricultura. Também abordamos a questão da ideologia, desde a origem do termo, passando pelas correntes marxistas, que consagraram o termo, até o conceito de visão social de mundo em Karl Mannheim, sendo este último eleito como principal aporte teórico para as reflexões realizadas neste trabalho.

#### 3,1 O CONCEITO DE IDEOLOGIA

As sociedades divididas em classes convivem com contradições que são difíceis de serem mantidas sem a existência de conflitos ou de elementos que atuem no sentido de camuflar esses paradoxos. Entender o conceito de ideologia ajuda na reflexão sobre os meios que turvam os mecanismos de dominação presentes na sociedade capitalista. Falar em ideologia, no entanto, é entrar em um labirinto conceitual no qual os caminhos podem ficar muito confusos.

Nesse debate, há inclusive argumentos no sentido de abafar o conceito de ideologia considerando-o como um pensamento ultrapassado. Com o fortalecimento das ideias neoliberais na década de 1970, ganha força o discurso de Francis Fukuyama de que a história teria chegado ao fim (KANNAN, 2005), tese que se fortaleceu com a queda do muro de Berlim no final da década seguinte. O termo ideologia passou cada vez mais a ser considerado como ultrapassado, sendo muitas vezes usado em tom depreciativo em contraste com todo o esforço intelectual empreendido até então para conceituá-lo (SANTOS, 2002). É nesse sentido que atua a "ideologia da desideologização", que é uma forma de abafar o debate em torno da ideologia. Desse modo, ao retirar da discussão elementos que

devem ser reprovados, como o fascismo, coloca-se no mesmo pacote todas as ideologias, suprimindo assim todos os debates em torno dos conflitos sociais. "A desideologização significa, portanto, manipulação completa da vida humana" (PINHO, 2013, p.123).

O conceito de ideologia, apesar de estar longe de ser consensual, possui um significativo potencial explicativo para a compreensão das contradições existentes nas sociedades de classe. Apesar desse conceito circular por várias linhas de pensamento, o campo marxista é que o levou aos maiores debates problematizando sobre a superestrutura da sociedade. Se mesmo dentro da tradição marxista o termo assume significados diversos e sua limitação à definição como "falsa consciência" ficou consolidada como uma das interpretações mais usadas entre os pensadores marxistas.

No entanto, muitos autores de grande influência dentro do marxismo vão contribuir para que seja trilhado um caminho mais pertinente diante da polissemia que se criou em torno do conceito. Dentre esses pensadores podemos destacar Gramsci e Lukács, autores que, inspirados em Lenin, ultrapassam o conceito de "falsa consciência" ao considerarem que a ideologia também pode ter um sentido positivo.

Sem dúvida, foi a partir de Marx que o este conceito ganhou seu significado mais usado, o de "falsa consciência". É neste sentido que Marilena Chauí (1980) aborda o tema, ao mostrar como o conceito de ideologia está intimamente imbricado com os mecanismos de exploração presentes na sociedade capitalista, onde as contradições necessitam de mecanismos para serem ocultados, sob o risco de ameaça à perpetuação dos privilégios da classe dominante. Para a autora, a ideologia é:

[...] um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção (CHAUÍ, 1980, p.43)

O termo ideologia, de acordo com Marilena Chauí (1980), foi usado pela primeira vez por Destutt de Tracy, em 1801, para designar uma ciência das ideias estudadas como fenômeno natural. As ideias de Destutt de Tracy promoviam uma crítica ao sistema de poder na França, centralizado na monarquia e apoiado na

religião e na metafísica. Com a chegada de Napoleão ao poder, os ideólogos, que haviam apoiado o golpe de 18 Brumário, passaram a ocupar vários cargos no governo bonapartista, mas logo se decepcionaram com o imperador, vendo nele os mesmos defeitos do antigo regime que haviam ajudado a derrubar. Isso levou os ideólogos a romperem com o governo de Napoleão, sendo que o imperador, em um discurso, afirma que as "ideologias" eram responsáveis por todos os males da França. Nesta fala, Napoleão inverte a posição dos ideólogos que são acusados justamente daquilo que eles diziam se opor (CHAUÍ, 1980).

Como o peso da figura de Napoleão era bem maior do que os dos ideólogos, o sentido que ele atribuiu a palavra "ideologia" foi o que acabou se popularizando, sendo este sentido que posteriormente Marx vai utilizar em seus trabalhos. Em uma de suas mais conhecidas obras, a ideologia alemã, Marx utiliza o termo no sentido de "falsa consciência" ou mesmo de "consciência deformada da realidade" (LÖWY, 2015, p.19).

Já o filósofo positivista Augusto Comte resgata o sentido mais próximo ao original, usado por Destutt de Tracy, ao considerar como ideologia o conjunto de ideias de uma determinada época. Comte divide a história da humanidade em fases, sendo que em cada uma delas há a necessidade de que os teóricos criem ideias que vão nortear a sociedade (CHAUÍ, 1980). O autor considerava que as sociedades eram regidas por leis naturais que poderiam ser descobertas e usadas a favor da previsão dos males dessas sociedades, permitindo ações no sentido de controlar o destino da mesma. Para o positivismo, se as sociedades funcionam como a natureza, seria então necessário que os cientistas sociais usassem os mesmos métodos das ciências naturais, sendo que o pesquisador deveria estudar a sociedade de forma totalmente neutra e isento de qualquer valor ou ideologia. Por esta linha de raciocínio a dominação exercida pelas classes dominantes era algo natural, sendo que lutar contra a concentração de riquezas era lutar contra a própria natureza (LÖWY, 2015).

A partir de Durkheim, seguidor das ideias de Comte, as ciências sociais ganham um caráter mais técnico quando este autor escreve sobre o método sociológico, mantendo a ideia de que a sociedade é regida pelas mesmas leis que regem a natureza. Durkheim enfatiza a necessidade de objetividade por parte do cientista social, que deve afastar-se do objeto de pesquisa para conseguir uma neutralidade que irá conferir cientificidade ao seu trabalho e "chamará de ideologia

todo conhecimento da sociedade que não respeite tais critérios” (CHAUI, 1980, p.12).

Não é só entre os “não marxistas” que o termo ideologia é usado em sentido diferente daquele cunhado originalmente por Marx. Lenin, apesar de ser marxista, dá uma nova concepção ao termo que, segundo ele, seria “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWY, 2015, p.19). O peso da figura de Lenin no marxismo vai influenciar decisivamente a compreensão de ideologia para além da noção de “falsa consciência” ao inspirar autores emblemáticos dentro do marxismo, como Lukács e Gramsci.

Uma parte muito significativa dos trabalhos marxistas reconhecem Lukács e Gramsci como dois grandes expoentes dessa corrente de pensamento no século XX. Esses autores têm concepções semelhantes sobre ideologia e vão contribuir significativamente para a superação da redução ao conceito de “falsa consciência” que se consolidou em torno do termo dentro do pensamento marxista.

Lukács considera que a ideologia não é exclusividade apenas de uma classe social, mas está presente em todos os estratos sociais. Portanto, não é o caráter de falso ou verdadeiro que vai definir se algo é ou não uma ideologia. No entanto, em função de suas posições de classe, apenas o proletariado é que seria capaz de produzir uma consciência verdadeira da realidade, enquanto que “a burguesia possui uma falsa consciência da realidade, por que manipula um pensamento parcial no sentido de mascarar as relações de exploração” (CONDE, 1999, p. 40).

Gramsci por sua vez vai destacar que uma ideologia tem como fim a hegemonia, quando os dominantes subjagam os dominados, conquistando assim o seu consentimento. Há, para o pensador italiano, uma ligação muito estreita entre a ideologia e a prática de modo que a ação, ao mesmo tempo em que conduz à hegemonia, abre também a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia, na qual teria um papel importante a figura do intelectual orgânico<sup>4</sup>. O autor “vê que o fim hegemônico não existe apenas na classe dominante, mas que está também dentro de toda a classe que quer ascender ao poder, como seria o caso do proletariado através da luta pelo socialismo” (CONDE, 1999, p. 43-44).

---

<sup>4</sup> Para Gramsci, intelectuais orgânicos são sujeitos, não necessariamente eruditos, ligados a uma classe e que ajudam a organiza-la para que chegue à hegemonia. Fonte: [www.esquerda.net](http://www.esquerda.net).

Outro autor que avançou significativamente na definição do conceito de ideologia foi o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1976) que, partindo do marxismo, mas sem se limitar a essa linha teórica, apresentou uma distinção conceitual entre ideologia e utopia, onde o primeiro termo se definiria por um conjunto de elementos que atuam no sentido de manutenção da ordem estabelecida, enquanto que o segundo seria justamente a superação desta ordem apontando para a construção de uma nova realidade (LÖWY, 2015).

### 3.1.1 O conceito de ideologia em Karl Mannheim

Nascido na Hungria, Mannheim (1893-1947) teve sua vida pessoal marcada pelos principais acontecimentos históricos da primeira metade do século XX, como a primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução russa (1917), além do nazismo. Esses fatos o forçaram a sair de seu país, tendo vivido na Alemanha até a ascensão do nazismo, quando foi obrigado a migrar para a Inglaterra. Essa trajetória o possibilitou ter contato com grandes pensadores do século XX como Max Weber, Alfred Weber, Georg Simmel e Georg Lukács. A influência desses teóricos contribuiu para as reflexões que Mannheim faz sobre o conceito de ideologia na obra *ideologia e utopia*, considerada um clássico sobre o tema, na qual ele se esforça para fazer uma análise histórico-sociológica sobre esse conceito, buscando compreender a forma como os pensamentos podem se tornar ferramentas de ação política. O autor entende que existem formas de pensar que são construídas socialmente e que conduzem os indivíduos para que defendam a permanência do mundo como ele está ou ainda para que lutem pela construção de um outro mundo melhor. Os conhecimentos socialmente construídos por essas formas de pensar são objeto da sociologia do conhecimento, da qual ele é um dos criadores (MAZUCATO, 2016).

Para Mannheim (1976), a posição social é um elemento que determina a forma como são construídos as ideias e os valores, de modo que, em vez de indivíduos isolados são as ações coletivas que constituem o ponto de onde deve ser feita a análise sociológica:

[...] a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco

indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum (MANNHEIM, 1976, p. 31).

O pensador húngaro considera que a ideologia pode expressar-se em duas concepções distintas: a ideologia "particular", que ficaria mais restrita ao caráter psicológico onde a posição do outro é desqualificada, e a ideologia "total", que se refere à visão geral de um grupo ou classe social, ou seja, é uma visão mais ampla.

A concepção particular de ideologia implicada quando o termo denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam uma escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados. Essa concepção ideológica, que veio gradativamente sendo diferenciada da noção de mentira, encontrada no senso comum, é particular em vários sentidos. Sua particularidade se torna evidente quando é contratada com a concepção total, mais inclusiva, da ideologia. Referimo-nos aqui à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição de estrutura total da mente desta época deste grupo (MANNHEIM, 1976, p.81-82).

Assim, ao passo que a ideologia na esfera "particular" se relaciona à análise ao nível psicológico, seu caráter "total" opera no sentido coletivo, ou seja, considera o aparato conceitual do opositor como resultado de uma visão de mundo de um grupo social. Isso não significa que se possa afirmar que a ideologia "total" seja uma simples soma das partes, mas que "grupos sociais diferentes, cada qual com sua visão de mundo, se encontrem historicamente." (MAZUCATO, 2013, p.192).

Essas visões de mundo, segundo Weller (2005, p.262), não podem ser confundidas "com imagens de mundo ou com algo que tenha sido pensado ou produzido teoricamente: as visões de mundo são construídas a partir das ações práticas e pertencem ao campo que Mannheim definiu como sendo o do conhecimento ateórico."

A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim é uma forma de historicismo<sup>5</sup> que surgiu como alternativa para superar "os dilemas do relativismo,

---

<sup>5</sup> Historicismo é uma corrente de pensamento que parte do princípio de que os fenômenos sociais são históricos, diferentemente dos acontecimentos naturais, e que o pesquisador também está imerso no fluxo da história. Entre os representantes do historicismo estão Max Weber e Karl Mannheim (LÖWY, 2015).

para o qual todo o conhecimento é parcial e subjetivo” (LÖWY, 2015, p.99). O autor, no entanto, avança no historicismo, que considerava que as formas de pensamento estavam vinculadas a conceitos como cultura ou nacionalismo, ao acrescentar o conceito de classe social, que o historicismo alemão não considerava como importante.

Mannheim introduz, então, uma injeção de materialismo histórico, de marxismo, e afirma que o conhecimento não é só historicamente relativo, mas é também socialmente relativo, em relação a certos interesses, a certas posições, a certas condições do ser social, particularmente, das classes sociais (LÖWY, 2015, p.100).

O autor húngaro considera que a classe social é o ingrediente mais importante para entender os fenômenos sociais, embora não desconsidere os demais elementos existentes dentro de uma mesma classe (como a religião e a cultura), o que o faz ser acusado de marxista, mesmo que ele tenha se esforçado para fugir desse rótulo.

Na verdade, Mannheim avança em relação ao marxismo livrando-se das limitações relacionadas à noção de falsa consciência, ao propor uma separação do conceito de ideologia e utopia. Segundo o autor (1976), o conceito usado pelos marxistas conduz a uma armadilha conceitual ao atribuir somente ao opositor o erro na avaliação, fato que é o mesmo que o portador desse discurso afirmar que somente ele é o possuidor da verdade. Mannheim considera o fato de que não existe uma verdade, mas “várias verdades”, sendo que estas são produzidas de acordo com a posição social na qual os sujeitos se encontram inseridos. Assim, ao promoverem ações no sentido de modificarem ou manterem a realidade social, os atores apenas reproduzem estruturas de pensamento relacionadas aos grupos dos quais fazem parte. Ao fazer esse tipo de reflexão, Mannheim estabelece uma crítica também ao marxismo, acusando essa corrente de pensamento de usar o princípio do fiacre<sup>6</sup> (ou carruagem), que ele emprestou de Max Weber (LÖWY, 2015).

Os marxistas teriam feito um importante trabalho de denunciar os paradoxos nas várias formas de pensamento retirando suas máscaras e expondo suas contradições. Mas essa problematização feita pelos marxistas, no entanto, encontra seus limites no momento de expor as próprias contradições dessa

---

<sup>6</sup> Max Weber afirmava que os marxistas não aplicavam a si mesmos o seu método e tratavam "o materialismo histórico como se fosse uma carruagem que, fazendo-se um sinal, ela para (LÖWY, 2015, p.104).

corrente de pensamento. Neste momento, segundo Mannheim (1976), os marxistas agem como uma carruagem que para quando a ela se faz um sinal, ou seja, se eximem de aplicarem o método marxista a si próprios. E é justamente neste ponto que se encontra a grande virtude da sociologia do conhecimento que, segundo Mannheim, “desmascara todo mundo, inclusive o marxismo; já ninguém tem máscara, todos são apresentados como relacionados a posições sociais determinadas” (LÖWY, 2015, p.105). Dessa forma, Mannheim vai submeter também o marxismo a uma de suas maiores armas: o desmascaramento dos opositores, expondo as contradições de suas ideias. Nesse sentido, a sociologia do conhecimento trabalha com a noção de que todos os grupos sociais possuem estilos de pensamento que são condicionados pelos interesses sociais, o que não é diferente no marxismo (MANNHEIM, 1976). Desprovida de ligações com determinadas camadas sociais, como o marxismo, e sem as limitações apresentadas pelo positivismo que tentava transferir de forma mecânica os métodos das ciências naturais para explicar a sociedade, a sociologia do conhecimento reuniria condições para avançar em direção de uma análise mais próxima da realidade:

A superioridade da sociologia do conhecimento em relação ao marxismo seria o fato de não haver mais exceções, não haver mais privilégios, todos foram desmascarados, todas as teorias, ciências, interpretações da realidade econômica, social e histórica, vinculadas ou dependentes de uma posição social (LÖWY, 2015, p.105).

Ao contrário da proposta positivista, que defendia a neutralidade do conhecimento, afirmando que o pesquisador seria capaz de estudar um fenômeno social sem levar em conta seus próprios valores ou o contexto histórico do qual estava realizando sua pesquisa, a sociologia do conhecimento opera com a noção de que a produção de conhecimento está condicionada por “estilos de pensamento e as condições existenciais (ou *Weltanschauung*) de um determinado período histórico” (MAZUCATO, 2016, p.175).

Os estilos de pensamento, afirma Mannheim (1976), não são independentes e neutros como propunham os positivistas, mas condicionados às diversas demandas dos grupos sociais de onde eles são produzidos. Desta forma, as ideias devem ser contextualizadas socialmente e historicamente pois esses elementos é que vão condicionar a produção de formas de pensamento. Para Mazucato:

Nesta perspectiva o pensamento não é somente o fruto de reflexão contemplativa, mas também é resultado de um agir social que sempre se posiciona “com os outros” ou “contra os outros”, em que se fundamenta a construção de identidades coletivas a partir do pertencimento a certos *estilos de pensamento* do grupo (MAZUCATO, 2016, p.180).

Os pensamentos são, portanto, frações que refletem somente uma parcela limitada da realidade a partir do ponto de vista do grupo social do qual se origina. Segundo Löwy (2015), a sociologia do conhecimento, proposta por Mannheim, considera o contexto histórico e social que constituem a realidade na qual os grupos sociais estão inseridos, pautando sua análise na intenção desses grupos em manter ou modificar essa realidade. Neste contexto, os grupos que gozam de uma posição mais privilegiada na estrutura social, possuem um interesse maior no sentido de camuflar a realidade, considerando que eles se beneficiam desse acobertamento. Se a ideologia sempre tem um caráter parcial, influenciada pelo contexto social no qual é produzida, há a necessidade de reunir essas diversas ideologias parciais para produzir um conhecimento que se aproxime da verdade. Mannheim aponta que essa tarefa só pode ser executada por “intelectuais livremente flutuantes<sup>7</sup>” que segundo ele, por serem um grupo que não tem uma ligação com nenhuma classe específica, pois seriam oriundos de diversas camadas da sociedade, reuniriam as condições para defenderem os interesses do conjunto da sociedade (LÖWY, 2015).

Como as formas de pensamento são sempre parciais, os intelectuais, uma vez que representam vários pontos de vista, constituem o grupo que reúne os fragmentos desses vários pontos de vista, produzindo uma síntese um pouco mais próxima da realidade social (MANNHEIM, 1976).

As motivações no modo de pensar dos grupos sociais seriam então divididas entre ideologia e utopia sendo que, no caso da ideologia, atuariam no sentido de camuflar a realidade promovendo assim a conservação das estruturas sociais ou ainda, no caso da utopia, de denunciar as contradições da realidade social atuando no sentido de promover a transformação social (MAZUCATO, 2016).

A utopia, sendo uma categoria que tende a transformação social, se manifesta a partir do momento em que apresente propostas que são incompatíveis

---

<sup>7</sup> Os intelectuais “livremente flutuantes” seriam aqueles que por não estarem ligados a uma classe social têm a tarefa de realizar a conciliação entre os diferentes pontos de vista. Diferentemente daqueles que representam os interesses de uma determinada classe, que Gramsci chamou de “intelectuais orgânicos” (LÖWY, 2015).

com a conjuntura do momento:

As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresenta em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contratividade transformar a realidade histórica existente em outra atividade, mas de acordo com suas próprias concepções (MANNHEIM, 1976, p. 219).

Para Mannheim (1976), as utopias não são necessariamente algo que é impossível de se realizar, mas algo que não pode se realizar diante das mesmas estruturas sob as quais o atual modelo de sociedade encontra suas bases. Eram utópicos, por exemplo, os revolucionários da França que propunham um rompimento com a antiga forma de sociedade. Uma vez que chegaram ao poder, essa classe deixou de propagar utopias, ou seja, de defender a transformação social, passando a produzir ideologias para legitimar a nova estrutura social que agora os beneficiava.

Ao superar o limite de ideologia como falsa consciência que se consolidou no marxismo, Mannheim nos permite conceber a ideologia como oriunda como uma construção dos vários estratos da sociedade, e não somente da classe dominante com o intuito de manter esta dominação. Neste sentido, para os propósitos deste trabalho, podemos questionar:

Qual ideologia (ou quais ideologias) atuam nos assentados que aderem à agroecologia? A agroecologia é uma ideologia ou uma utopia?

Para refletir sobre estas questões, utilizaremos o conceito de ideologia de Karl Mannheim, exposto acima, por entendermos que tal concepção é a que melhor se adequa aos propósitos deste trabalho.

### 3.2 A IDEOLOGIA DO PROGRESSO.

O termo desenvolvimento começa a ganhar destaque em meados do século XX em substituição à noção de progresso que vigorava até então. A ideia de progresso começou a se fortalecer ainda no século XIX, com Hegel, a partir da introdução da noção de que o ser humano é um ser histórico, e atingiu seu auge com as teorias do francês August Comte (DUPAS, 2006).

Com a chegada da modernidade à Europa no século XVIII, impulsionada

por um conjunto de pensamentos que provocaram mudanças significativas no mundo ocidental, eclodiram duas revoluções, uma política e uma social, que mudam profundamente os rumos da civilização ocidental. A primeira foi a Revolução Francesa que pôs fim ao antigo regime, tendo como discurso a ideia de que nova sociedade deveria orientar-se pelos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade. A segunda foi a Revolução Industrial, que passou a organizar não só a forma como as mercadorias eram produzidas e as relações de trabalho, mas também como a sociedade seria estruturada, com a divisão entre burguesia e proletariado.

É nesse contexto que surge a modernidade, como uma nova forma de organização social, que foi se espalhando pelo mundo e alterando as estruturas sociais de várias nações. Com a modernidade, surgiu também a noção de progresso, como uma ideologia que iria servir de referência para as reflexões de vários pensadores, principalmente no século XIX.

Sendo sempre associada a ideia de evolução, a noção de progresso sempre se relaciona com avanço, ou ainda em melhoramento, baseado na crença de que o presente é melhor que o passado e que o futuro será melhor que o presente. Nesse otimismo, acreditava-se que o desenvolvimento das forças produtivas seria capaz de prover as necessidades humanas através do constante avanço. Mesmo autores críticos da sociedade capitalista, como Marx, acreditavam que a sociedade conseguiria encontrar caminhos para superar os elementos negativos da sociedade moderna.

Um dos maiores entusiastas do progresso foi o filósofo Augusto Comte, que contribuiu muito para a estruturação da ideia de progresso como ideologia. Em sua famosa teoria dos três estágios, o autor procura conceber uma noção de linearidade para as sociedades, onde todas deveriam atingir estágios mais evoluídos em uma linha histórica (CHAUÍ, 1980).

A partir de uma visão teleológica, atrelada à ideia de progresso, o autor vai criar a teoria dos três estágios, segundo a qual a história humana passaria por três etapas. A primeira seria a teológica, etapa na qual os homens explicariam as coisas a partir do espiritual, onde a religião forneceria todas as explicações. No segundo estágio, o metafísico, seria a filosofia quem passaria a fornecer explicações sobre o mundo, sendo que nesta fase os homens estariam em estágio mais avançado que na anterior. E havia finalmente um patamar superior, que seria o positivismo,

segundo o qual a ciência despontaria como única forma verdadeira de conhecimento que deveria conduzir a humanidade para o progresso (CHAUÍ, 1980).

Condorcet, pensador iluminista, também tinha uma visão otimista do progresso, que conduziria a humanidade a resolver questões relativas a igualdade e a liberdade. Para o britânico Adam Smith, seria a liberdade econômica que levaria a sociedade ao progresso (DUPAS, 2006).

Boaventura Sousa Santos (2002) chama isso de monocultura do tempo linear, baseada na noção sentido único e linear da história. Para o autor:

Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, como eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Essa lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado (SANTOS, 2002, p. 247).

Na escala de linearidade, onde o presente seria sempre melhor que o passado e o futuro melhor que o presente (SANTOS, 2002), o progresso é padronizado como uma via única que todos os países devem percorrer, sendo que as nações se encontram em diferentes posições nesta via. Caberia, portanto, aos países mais atrasados tentarem seguir os mais adiantados no processo de caminhada rumo ao progresso. Essa corrente de pensamento foi usada como justificativa para a dominação de povos que, sob o pretexto de que estavam recebendo o progresso, tiveram sua riqueza expropriada e sua cultura desvalorizada.

A ideologia do progresso é uma filosofia muito conveniente para justificar o processo de industrialização das sociedades modernas. A industrialização também fez com que os europeus chegassem a todos os continentes em busca de matérias primas e de novos mercados para os produtos de suas indústrias, levando também sua visão de mundo a todos os cantos do planeta (SOBRINHO, 2008).

O mundo ocidental, optou por associar o conceito de progresso ao “acúmulo de conhecimento científico e tecnológico” (DUPAS, 2006, p. 31). A ideia de progresso, portanto, da forma como foi veiculada pelo mundo ocidental, traz em si um caráter ideológico implícito ao eleger os elementos que compõe sua definição.

Não é difícil notar que a forma como essa ideia foi difundida serviu para privilegiar o mundo ocidental, ao eleger como preceito para definir quem era mais ou menos adiantado, os critérios que se encaixavam na sociedade capitalista, mesmo que isso tenha provocado a exclusão de uma parcela muito significativa da sociedade, pois na sociedade ocidental “o progresso é feito à custa da desarticulação social” (POLANYI, 200 p. 97).

Apenas no século XX é que a ideologia do progresso vai encontrar uma oposição mais consistente, principalmente a partir dos trabalhos de autores como Walter Benjamim e Karl Polanyi. Para esses autores, o progressismo estaria retirando o sentido da vida, dissolvendo as relações sociais e promovendo o desencantamento do mundo. Segundo Benjamin, “a vida da humanidade é um processo de realização e não um caminhar rumo ao tempo infinitamente vazio, característico da ideologia moderna do progresso.” (DUPAS, 2006, p. 59).

A grande crise da década de 1930, também contribuiu para que a ideia de progresso perdesse força dentro do liberalismo, sendo substituída pela noção de “desenvolvimento”, que surge para abranger todas as dimensões estruturais da sociedade, sejam elas econômicas ou socioculturais (ALMEIDA, 2015). Mais uma vez, como ocorreu com a ideia de progresso, a via do desenvolvimento seguida pelos países ricos foi proposta aos países pobres com a promessa de que, se eles imitassem o processo de industrialização dos países ocidentais eles também se tornariam “desenvolvidos”.

Esse conceito de desenvolvimento, que ganhou força no século XX, estava também baseado na ideia de produtivismo, ou seja, na máxima extração dos recursos naturais para serem colocados à serviço do modelo de sociedade concebido e propagado pelo ocidente. A lógica da modernização se fez presente tanto nos discursos liberais quanto, no chamado “socialismo real” que, também aderiu ao produtivismo como forma de alcançar o desenvolvimento (LÖWY, 2014).

A crença no progresso, conduzido pela livre economia, acabou subordinando a sociedade à lógica do mercado, onde a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas em benefício do bem comum acabou sendo sufocada pelo fundamentalismo do mercado. Karl Polanyi elabora uma crítica a esse fundamentalismo e aponta para a necessidade de construção de uma sociedade ativa, sob as bases democráticas, para superar esse entrave (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

### 3.3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Para Karl Polanyi, a economia de mercado não é um processo natural o qual os homens não conseguem controlar, mas uma ideologia construída por grupos cujos interesses não estão orientados para atender às necessidades humanas, e sim o lucro. A desconsideração do contexto histórico ao analisar os fatos econômicos leva à confusão entre a noção de economia com a noção de mercado, revelando a “falácia economicista” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O fato da relação de mercado ser uma relação livre, conduz à conclusão de que o mercado é algo natural pois ninguém é obrigado a comprar ou vender algo. Polanyi (2002) vai fazer um esforço para desconstruir a naturalização da ideia de que existe uma “mão invisível” controlando os preços segundo a lei da oferta e da procura. Segundo o autor, o Estado é o grande propulsor do mercado: “O liberal econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o Estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as condições de um mercado autorregulável” (POLANYI, 2002, p.181).

As relações de mercado no sistema capitalista têm como princípio a liberdade, sem a qual não é possível o desenvolvimento de elementos como a livre concorrência que, segundo as teorias clássicas é o que vai regular a economia. Essa liberdade contribui para ocultar a ideia de que o mercado é fruto de uma construção histórica e colabora com a noção de que a busca pelo lucro é uma motivação natural da humanidade, quando na verdade, a organização social baseada neste princípio é algo muito recente na história, conforme afirma Polanyi:

Todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações o lucro não ocupava lugar proeminente (POLANYI, 2002 p.75).

Portanto, a economia como está organizada hoje, é um projeto político, uma construção histórica conduzida pelo poder do Estado, diferentemente do que as teorias econômicas tentam fazer parecer. É nesse sentido que Polanyi considera a sociedade de mercado como uma ideologia (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Nesse contexto, para falar em desenvolvimento é preciso romper com o velho paradigma econômico que pressupõe apenas o crescimento material. Para Boff (2012), precisamos que o crescimento atenda às necessidades humanas, desde que sejam respeitados os limites da natureza. O autor questiona o fato do crescimento ser colocado como um fim, onde o capital material, fruto da exploração do trabalho humano, se sobrepõe ao capital humano e ao capital natural, como denunciou o líder indígena Davi Yanomami: “vocês, brancos, são o povo da mercadoria, o povo que não escuta a natureza porque só querem se interessar por vantagens econômicas” (Davi Yanomami, *apud*, BOFF, 2012, p. 134).

Para Almeida (1997), o desenvolvimento deve nascer de uma nova forma de organização social que tenha uma base não apenas econômica, mas também social, cultural e sustentável. Boff (2012), afirma que o desenvolvimento tem que dar oportunidade para as pessoas buscarem sua realização, de modo que todos sejam “convidados a dar a sua colaboração e sentir-se incluídos para, juntos, construir o bem comum” (BOFF, 2012, p. 136).

Amartya Sen, economista indiano e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, apresenta uma ideia de desenvolvimento que supera visões estreitas que relacionam desenvolvimento apenas com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Para o autor, desenvolvimento tem a ver com a ampliação das opções de escolha, não apenas de mercadorias, mas de acesso à elementos que conferem maior dignidade ao homem, como educação, saúde e direitos civis. Desenvolvimento significa, portanto, ampliação da liberdade (VEIGA, 2001).

Sen considera que o “desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (VEIGA, 2001, p.105). Essa visão contrasta com concepções que atribuem o desenvolvimento a elementos como industrialização, evolução tecnológica e, principalmente, aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda *per capita*. Esses elementos não são suficientes para ampliar a liberdade, embora sejam importantes. O aumento da liberdade está condicionado ao acesso das pessoas à serviços de educação, saúde, cultura e direitos (VEIGA, 2001). A superação da pobreza passa pela ampliação das oportunidades para o desenvolvimento da autonomia (BOFF, 2012). De acordo com Sen (2000, p. 26): “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos

programas de desenvolvimento. ”

O crescimento econômico é mais eficiente no sentido de redução da pobreza em sociedade onde a desigualdade é menor. “Seu impacto é pequeno quando há muita disparidade no acesso à propriedade da terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de gênero” (VEIGA, 2001, p.105). Para Furtado (1978,p. 106), a “concentração da propriedade da terra em uma economia essencialmente agrícola [...] significa necessariamente concentração de renda”. Nesse sentido, o Brasil, que historicamente tem sua economia baseada na produção agrícola, ao manter a concentração de terras mantém também a concentração da renda, fazendo com que haja dificuldades para a superação das desigualdades e consequente redução da pobreza.

A superação da desigualdade, no entanto, também encontra obstáculo no modelo econômico que coloca o mercado como superior a toda a sociedade. Para Boaventura Sousa Santos (2002) o modelo hegemônico de desenvolvimento, que tem a frente países ocidentais, desconsidera formas sociais de existência que não se submetam ao modelo dominante.

Para o autor, o conflito entre globalização neoliberal e globalização contra-hegemônica é mais intenso nos “países de baixo”. Os países hegemônicos desperdiçam a experiência social dos “países de baixo” e “desse desperdício é que se nutrem as ideias de que não há alternativas”

### 3.4 DESENVOLVIMENTO RURAL

As discussões entorno do tema do desenvolvimento rural ganham força a partir do início da década de 1990. Os estudos rurais até a década de 1980 se dividiram entre as correntes marxistas que inspiradas na teoria leninista, apontavam para a decomposição dos grupos sociais empobrecidos do meio rural em decorrência das mudanças nas relações de trabalho e as correntes de estudo que focavam na compreensão do aspecto cultural da população rural (SCHNEIDER, 2007).

No início da década de 1960 havia um debate na sociedade brasileira sobre o papel da agricultura frente ao desenvolvimento do país. Diante dos processos de industrialização e urbanização pelo qual o Brasil passava, fazia-se necessário que a agricultura fosse repensada para encontrar seu lugar neste

cenário (WANDERLEY, 2009). Neste período a agricultura se caracterizava com uma atividade cuja expansão se fazia pela intensificação do uso de mão de obra e do aumento da área de terra.

No início dos anos 1960 a reforma agrária estava na agenda, tanto do governo quanto de vários setores da sociedade, como dos sindicatos e da igreja, mas também era pauta de partidos conservadores que acreditavam que a reforma agrária seria uma forma de impedir que houvesse uma revolução social no campo (YAMAUTI, 2005). O governo dos Estados Unidos da América (EUA), preocupado com um possível avanço do comunismo na América Latina, lançou em 1961 um programa chamado “Aliança para o Progresso”, e exigiu uma reforma agrária como forma de impedir o surgimento de guerrilhas de tipo cubano no campo. No Brasil, a reforma agrária era:

[...] naquela conjuntura, uma mudança aceita praticamente por todos os setores da sociedade brasileira. Os dirigentes do PSD, Partido Democrático Social, mesmo apoiados em sólida base rural, por estarem comprometidos politicamente com Goulart, admitiam, em princípio, uma emenda constitucional para a reforma agrária. A UDN não pretendia aparecer ante o eleitorado como contrária à reforma. Setores da Igreja e das Forças Armadas declaravam também seu apoio à reforma agrária (O Estado de São Paulo, 22/5/63). As teses reformistas de Kennedy vinham, portanto, sendo assimiladas por setores conservadores conscientes de que a reforma agrária precisava ser feita antes que as Ligas Camponesas a fizessem [...] (YAMAUTI, 2005, p.27).

Com o golpe civil-militar de 1964, as tensões sociais no campo passaram a ser controladas pela força, o que proporcionou a implantação de um modelo de agricultura voltado para atender prioritariamente aos interesses do mercado:

O lançamento dos princípios da Revolução Verde nos anos 1960 dá uma reviravolta na estagnação da agricultura, que volta a assumir funções importantes na economia pós 1964. A adesão do governo e a adoção de medidas econômicas, como o crédito rural farto e subsidiado, os incentivos econômicos para a instalação de indústria a jusante e a montante do setor e exportação de excedentes, viabilizou a modernização do setor em curto espaço de tempo e ocasionou mudanças importantes no perfil produtivo da agricultura propriamente dita (MESQUITA, 2016 p.138-139).

Com a promulgação do estatuto da terra pelos militares, governo sinaliza a possibilidade de realização de uma reforma agrária, todavia o documento representou na verdade o direcionamento das ações do governo em favor da agricultura capitalista.

Ainda em 1964, já implantado o novo governo oriundo do golpe militar e após o desbaratamento e a eliminação dos movimentos camponeses, o Estatuto da Terra definiu a política agrícola como o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra (artigo 1º, parágrafo 2º) e escolheu a empresa rural como o modelo de unidade de produção a ser estimulado pelas políticas propostas. (WANDERLEY, 2009, p. 35).

Segundo Maria de Nazareth Baudel Wanderley, o texto da Lei conduz a interpretação de que ela foi criada para fazer com que o Estado se voltasse para a grande propriedade. A autora cita ainda o contraste do Estatuto da Terra com a Lei de Orientação Agrícola da França, promulgada em 1960, onde a unidade de produção ideal é aquela que tem como base o trabalho de duas pessoas “numa clara referência à associação entre família e estabelecimento produtivo ” (WANDERLEY, 2009, p. 35).

O exemplo da França mostra como o modelo de desenvolvimento escolhido pelo governo para a agricultura brasileira não era o único possível, sendo que a opção pelo modelo agroexportador, com base na grande propriedade, foi mais uma opção político-ideológica do que uma decisão baseada em razões técnicas ou econômicas (WANDERLEY, 2009).

Assim, sob o discurso de progresso para toda a sociedade, as ações do Estado em relação à agricultura foram conduzidas para atender apenas aos grandes proprietários. Esse processo culminou com “subordinação da agricultura à indústria”.

Para Furtado:

Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante, que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agro-mercantil, instrumento de ocupação econômica da América Portuguesa. (FURTADO, 1978, p. 122).

Dessa forma, o processo de modernização pelo qual passou a agricultura no Brasil, sobretudo a partir da década de 1960, contribuiu para intensificar as relações de poder existentes no mundo rural brasileiro, culminando com a expulsão da maioria dos trabalhadores rurais do campo, principalmente dos não proprietários (FERNANDES, 2013).

A atuação do Estado em favor da agricultura patronal, e sua pouca atuação em favor da promoção da agricultura familiar camponesa, contribuiu decisivamente para a expansão do primeiro modelo e conseqüente declínio do segundo, culminando com a aceleração do êxodo rural e aumento da concentração de renda

no campo. O contexto da ditadura civil-militar em que o Brasil se encontrava na implantação desse modelo, impediu que essa política fosse questionada, pois uma marca deste período foi a forte repressão aos movimentos sociais. Quando a ditadura começa a perder força, no final da década de 1970, culminando com a redemocratização em meados dos anos 1980, emergem movimentos de contestação ao modelo de agricultura dominante, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o MST, mas o agronegócio já estava consolidado.

Ações mais efetivas por parte do Estado em favor da agricultura familiar camponesa são implantadas somente em meados dos anos 1990, como o PRONAF, criado em 1996, momento em que a China passava a demandar cada vez mais soja, aquecendo o mercado mundial dessa *commodity*. As políticas públicas do Estado, já com décadas de atraso, chegam a um momento em que o agronegócio estava consolidado e passava por movimentos favoráveis em relação ao mercado externo (MESQUITA, 2016; FERNANDES, 2002; ALTIERI, 2012).

Sob a pressão dos movimentos sociais, no governo FHC houve um aumento do número de assentamento, sendo que só no primeiro ano deste governo 287 mil famílias foram assentadas (FERNANDES, 2008). Mas foi também neste governo que as políticas neoliberais, implantadas de forma mais intensa nos primeiros anos da década de 1990 com o governo Collor, se consolidaram, provocando aumento da desigualdade e desemprego (SCHNEIDER, 2007), o que obrigou muitas famílias a engrossarem as fileiras da luta pela terra.

O avançado estado de consolidação em que o agronegócio se encontrava no Brasil em meados da década de 1990, quando políticas públicas para a agricultura familiar camponesa passaram a ser implantadas, fez com que estas políticas resultassem em avanços bastante tímidos frente às necessidades de seu público alvo. A política de créditos, por exemplo, não foi concebida para atender as necessidades da agricultura familiar, e sim conduzi-la para a integração ao modelo dominante de agricultura (GUANZIROLI, 2007).

Somente no final do governo FHC e no governo Lula que ações mais efetivas em prol da agricultura familiar foram engendradas pelo Estado, com destaque para a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), em 1999, Criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, ocorreram mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que através da

Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009, passou a contar com 30% dos recursos federais para aquisição de alimentos.

Essas ações, no entanto, chegam com pelo menos três décadas de atraso em relação ao apoio que o Estado vinha ofertando à agricultura patronal. Ao contrário de vários discursos, o crescimento da agricultura alinhada com a cadeia do agronegócio não é fruto apenas da competência dos atores envolvidos no processo produtivo, pois a participação do Estado tem sido fundamental para que este setor atingisse tal desempenho. Para Fernandes (2008, p.38), “o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. ”

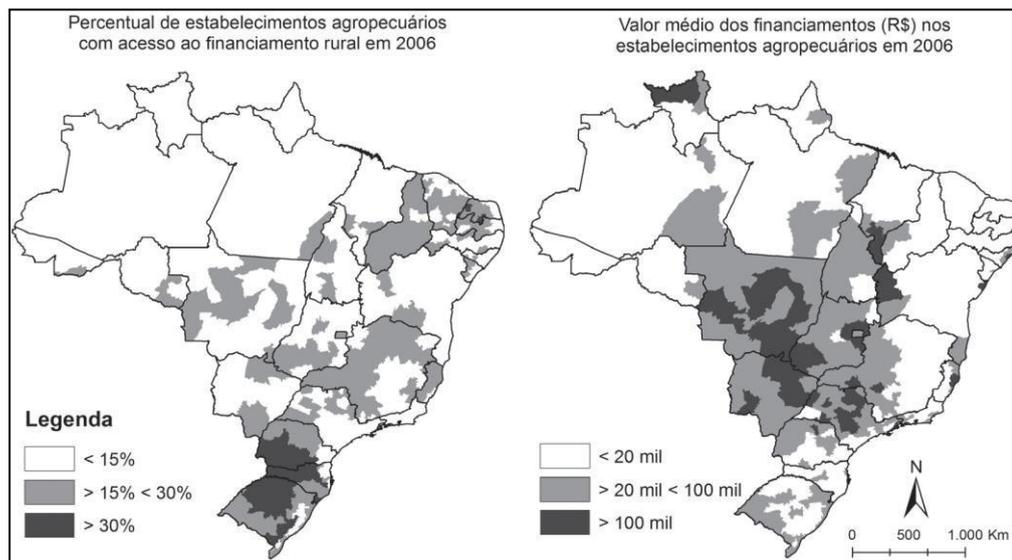
A expansão da agricultura industrial para o cerrado, responsável por grande parte da produção de soja ostentada pelos arautos do agronegócio, é um exemplo de como a atuação do Estado foi decisiva. Tal produção, só pôde ser viabilizada com o aporte de tecnologia desenvolvida pela Embrapa, (que é uma empresa pública) que desde sua criação desenvolve pesquisas voltadas prioritariamente para atender às demandas do agronegócio.

O Estado, portanto:

[...] foi um dos elementos determinantes da modernização da agricultura na ditadura militar, bem como a principal via de fomento da política agrícola do boom exportador de *commodities* e da reestruturação da “economia do agronegócio” a partir dos anos 2000. (LEITE; JUNIOR, 2014, p.84)

Mesmo com a expansão do crédito para a agricultura familiar camponesa com o PRONAF, a partir de 1995 a produção de *commodities* continuou sendo o grande destino dos créditos oferecidos pelo Estado. A figura 5 mostra como o crédito agrícola tem sido direcionado para regiões que são grades produtoras de *commodities*:

Figura 6 - Acesso ao financiamento nos estabelecimentos agropecuários por microrregião (2006).



Fonte: Censos Agropecuários IBGE (vários anos). Org. por LEITE; JUNIOR, 2014.

Na figura, é possível observar que mesmo com a incorporação do PRONAF ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), os maiores valores de financiamento se concentram nas regiões produtoras de soja, mostrando como a política de crédito do Estado acaba atendendo prioritariamente o agronegócio. Os dados do Censo agropecuário de 2006 mostram como a concessão de crédito para a produção de *commodities* é bem maior do que para os demais cultivos:

Se considerarmos apenas os produtores que cultivaram soja no Brasil, o percentual de acesso ao financiamento atingiu 61,1% dos informantes em 2006, ou seja, três de cada cinco sojicultores adquiriram empréstimo (enquanto no total geral de estabelecimentos este valor chega a menos de 20%) (LEITE; JUNIOR, 2014, p.92).

Isso é fruto de intensa atuação do Estado em favor da agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar camponesa. Sobre esta questão, Fernandes assevera que:

O Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura camponesa. E quando são criadas é por causa das lutas dos trabalhadores. Basta observar as políticas do Ministério da Agricultura, voltadas exclusivamente para a agricultura capitalista (FERNANDES, 2013, p.126).

Em face de tal conjuntura, o modelo de modernização da agricultura no Brasil não promove o desenvolvimento de todos os atores do mundo rural, reproduzindo o modelo de concentração de renda que sempre caracterizou o setor rural no país. Para Furtado (1978, p. 122), “Sem um tratamento de fundo desse

problema, dificilmente, desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país. ”

Mas a atuação do Estado em favor da agricultura patronal não tem como consequência somente concentração de renda. A busca por resultados em curto prazo que caracteriza a agricultura capitalista acaba deixando para segundo plano a questão ambiental, ou mesmo ignorando essa problemática, quando ela é colocada como obstáculo para o lucro deste setor. Diversas ações do Estado na direção de uma agricultura mais sustentável enfrentam oposição por parte dos representantes do agronegócio.

### 3.5 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

A palavra sustentabilidade se tornou um dos termos mais usado neste início de século. Como toda palavra que tem uso generalizado, o termo acabou perdendo parte do sentido original e muitas vezes é empregado apenas como uma bela expressão que agrega qualidades positivas a qualquer produto ao qual é associada.

Ainda no início do século XVI, Portugal e Espanha começaram a enfrentar escassez de madeira, usadas como combustível, para fabricação de móveis e demais utensílios, além de ser a principal matéria-prima dos navios usados nas grandes navegações empreendidas por esses países. Mais tarde, em 1556, na província Alemã da Saxônia, o uso intensivo de madeira fez com que fosse proposto um manejo sustentável da floresta, observando sua capacidade de regeneração e promovendo o reflorestamento (BOFF, 2012).

No Século XX, após o otimismo do século anterior, que depositava no progresso a esperança de um crescimento ilimitado, a questão da sustentabilidade novamente toma a agenda, desta vez a nível mundial. O mesmo progresso que ampliou extraordinariamente as possibilidades humanas trouxe consigo uma situação inédita na história da humanidade: pela primeira vez o homem se viu diante da possibilidade de extinção da vida no planeta por suas ações. A poluição do ar, das águas e a perda de fertilidade do solo passaram a se tornar problemas cada vez mais visíveis, mostrando uma face do progresso que até então não despertava maiores preocupações. Somado a isso, o perigo nuclear, materializado

pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki em 1945 e, mais tarde, o acidente na usina nuclear de Chernobyl, em 1986, deram uma dimensão do potencial destrutivo presente na sociedade moderna.

Na agricultura, o uso intensivo de produtos da indústria química, que eram vistos como grande solução para o combate a pragas, foram contestados pelos trabalhos da bióloga Raquel Carson que pesquisou os efeitos nocivos dessas substâncias para o meio ambiente e para as pessoas. O resultado dos trabalhos de Carson, publicados no livro “A primavera silenciosa”, em 1962 impulsionaram vários movimentos ambientalistas pelo mundo e levantou o debate sobre o uso dos produtos da indústria química (LISBOA, 2009).

Diante desses fatos, a partir da década de 1970 a Organização das Nações Unidas (ONU) promove vários debates sobre a questão ambiental. A partir das reuniões e conferências promovidas pela entidade para debater este tema, o conceito de “desenvolvimento sustentável” entrou na agenda da sociedade moderna e “começou a ser usado em todos os documentos oficiais dos governos, da diplomacia, dos projetos das empresas, no discurso ambientalista convencional e nos meios de comunicação” (BOFF, 2012, p. 36).

O primeiro desses grandes encontros realizados pela ONU foi a Conferência de Estocolmo, na Suécia, ocorrido em junho de 1972. Organizado para tratar estritamente da questão ambiental, esse encontro foi influenciado por vários eventos ocorridos na década anterior e que fizeram com que o tema ganhasse importância a ponto de ser discutido em um grande encontro. Entre esses eventos, podemos destacar a repercussão do livro “Primavera Silenciosa”; a criação do Clube de Roma, que reunia cientistas e empresários para debater a questão ambiental; a Conferência da Universidade de Keele, na Inglaterra, que criou o termo Educação Ambiental, entre outros (FERRARI, 2014).

Em 1987 a ONU publica o documento "*Nosso Futuro Comum*", também conhecido como relatório de Brundtland, no qual são definidos os contornos do desenvolvimento sustentável que seria aquele "que satisfaz as necessidades presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" afirma o texto. Em junho de 1992 a cidade do Rio de Janeiro recebeu outro grande encontro, conhecido como Rio-92 ou Eco-92, esse evento que ficou marcado como o maior encontro mundial para debater questões ambientais. Pela primeira vez uma reunião recebia um número tão expressivo de

Chefes de Estado, além de cerca de nove mil jornalistas, o que possibilitou que a questão ambiental fosse colocada em debate a nível global. Entre os vários documentos que resultaram da Rio-92, destacamos a Agenda 21, que estabelece um plano de ação envolvendo todas as nações para enfrentar os problemas ambientais e atingir a sustentabilidade (FERRARI, 2014).

A Rio-92 foi tão expressiva que passou a ser utilizada como referência para os encontros seguintes, como Rio+10 e Rio+20. Esse último encontro, ocorrido também na cidade do Rio de Janeiro, serviu para avaliar o andamento dos acordos firmados nos encontros anteriores e resultou no documento “O Futuro que Queremos”, com apelo para a proteção ambiental e o combate à fome e à pobreza, aliados ao desenvolvimento sustentável. Com relação à agricultura, esse documento (2012, p.23) reafirma a “necessidade de revitalizar os setores da agricultura e de desenvolvimento rural, nomeadamente nos países em desenvolvimento, de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”.

Dentre os desafios que a humanidade enfrenta neste início de milênio, a questão ambiental é um dos, senão o mais grave e deve ser pré-condição para qualquer forma de sociedade que venha a ser construída. Para Leff (2010, p.33), “a modernidade implantou em nossas consciências o fundamentalismo de mercado”. É necessário migrarmos rapidamente para uma sociedade sustentável, e a construção desta sociedade não se fará enquanto pensarmos e agirmos sob a consciência do mercado.

Para Sachs, “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado” (SACHS, 2009, p. 55). O autor alerta para o obstáculo que o mercado representa ao desenvolvimento sustentável ao focar em objetivos de curto prazo, onde o lucro é o único elemento respeitado.

Segundo Löwy (2014), a economia capitalista, ao se “desinsere” da sociedade, passou a desconsiderar as relações humanas e a funcionar unicamente segundo os critérios impessoais do lucro. Para o autor, a sociedade capitalista:

Só reconhece o cálculo das perdas e dos lucros, as cifras da produção, a medida dos preços, dos custos e dos ganhos. Submete a economia, a sociedade e a vida humana à dominação do valor de troca da mercadoria, e da sua mais abstrata expressão, o dinheiro (LÖWY, 2014, p. 62).

Mesmo com todos os limites que a economia capitalista apresenta à

promoção da sustentabilidade, as concepções de desenvolvimento sob a cartilha neoliberal, onde o livre mercado é o ideal a ser seguido, representa um risco ainda maior para a sustentabilidade para o nosso planeta. Para Boff:

O mercado livre se transformou na realidade central, subtraindo-se ao controle do Estado e da sociedade, transformando tudo em mercadoria, desde as realidades sagradas e vitais com a água, os alimentos até as mais obscenas como o tráfego de pessoas, de drogas e de órgãos humanos. (BOFF, 2012, p. 18).

A sociedade moderna se estabeleceu com esses princípios, deixando em segundo plano valores subjetivos que não se enquadram na lógica do lucro. Sobre essa lógica, foi criada uma sociedade onde o ter prevalece sobre o ser, e a aquisição de mercadorias é incentivada não apenas para a satisfação das necessidades humanas, mas como sinônimo de prestígio social. O resultado desse estilo de vida tem sido extremamente prejudicial ao meio ambiente e apresenta sérios riscos à nossa geração e, principalmente, às futuras.

Os níveis de consumo da população dos países ricos não podem ser replicados pelos demais habitantes do planeta sem sérias consequências ambientais. Uma forma de calcular o impacto ambiental do estilo de vida de pessoas e nações é o cálculo da pegada ecológica<sup>8</sup>. Segundo o relatório Living Planet, citado por Boff(2012, p.25), “em 1961 precisávamos de 63% da Terra para atender as demandas humanas. Em 1975 já necessitávamos de 97% da Terra. Em 1980 exigíamos 100,6% de Terra, (...). Em 2011 atingíamos a cifra de 145% de Terra”. Sem uma ação efetiva no sentido reverter esse processo, onde a extração de recursos naturais é feita em uma velocidade muito maior do que a capacidade da natureza se regenerar, a projeção para 2030 é que precisaríamos de três planetas iguais ao nosso para suprir tal necessidade de consumo (BOFF, 2012). Se o consumo médio de energia dos EUA fosse expandido para toda a população do planeta, as reservas mundiais de petróleo durariam apenas dezenove dias (LÖWY, 2014).

Considerando que só dispomos de um planeta, esse ritmo de consumo só

---

<sup>8</sup> Pegada ecológica se refere a um cálculo da quantidade média de recursos necessários para manter determinados estilos de vida. A pegada ecológica pode ser aplicada tanto para pessoas, quanto para cidades ou países. Os principais componentes levados em conta para o cálculo da pegada ecológica são: carbono, áreas de cultivo, pastagens, florestas, áreas construídas e estoques pesqueiros. Sociedades industrializadas, em geral têm uma pegada ecológica maior que as menos industrializadas, pelo fato de usarem recursos naturais de várias partes do mundo. Fonte: [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br).

é mantido à custa da exclusão de cada vez mais pessoas do acesso às riquezas produzidas pela humanidade:

Os 20% mais ricos consomem 82,4% das riquezas da Terra, enquanto os 20% mais pobres têm que se contentar com 1,6% apenas. As três pessoas mais ricas do mundo possuem ativos superiores a toda riqueza de 48 países mais pobres onde vivem 600 milhões de pessoas. 257 pessoas sozinhas acumulam mais riqueza que 2,8 bilhões de pessoas, o que equivale a 45% da humanidade (BOFF, 2012, p. 18).

Para Sachs (2009), os padrões de consumo dos países do Norte ao serem reproduzidos no Sul resultam em aumento da desigualdade. Leff (2010), salienta que ao contrário da promessa de que o mercado por suas próprias leis conseguiria equilibrar a economia e promover um crescimento sustentado, o que seguiu após experiências neoliberais foi o aumento da pobreza e da desigualdade social, acentuando a insustentabilidade.

Os autores apontam também para a necessidade de construção de outra economia, que priorize não as ambições do mercado, mas sobretudo as necessidades humanas. “O grande desafio diante da crise ambiental, não é economizar a vida e a natureza, e sim pensar e construir outra economia” (LEFF, 2010, p. 27). Sachs também fala sobre a necessidade de construção de outra economia, onde a questão ambiental ocupe lugar privilegiado. Para o autor (2009, p. 60): “É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências a articulação das estratégias rumo a este caminho. ”

Michael Löwy também propõe uma mudança estrutural na economia atual, através de uma ruptura radical com o modo de produção capitalista, pois um “capitalismo verde” seria apenas uma maquiagem para um problema estrutural (LÖWY, 2014). Todavia, Löwy também tece críticas ao modelo produtivista presente no pensamento marxista de inspiração soviética que assim como o sistema capitalista, apresenta um modelo de desenvolvimento extremamente predatório para com a natureza.

O autor propõe a libertação da dominação do valor de troca, que subordina a vida humana e a sociedade ao poder do dinheiro. Por isso, seria necessário a construção de uma sociedade pautada nas bases do ecossocialismo, uma economia voltada para o bem comum, sem os limites da “ecologia de mercado”, mas também sem cair no “socialismo produtivista” que também desconsidera os

limites da natureza (LÖWY, 2014).

Para Boff (2012), a proposta ecossocialista reúne condições para se apresentar como alternativa ao modelo de produção capitalista, sendo capaz de superar o produtivismo tanto do capitalismo quanto do socialismo, porém o autor considera que lhe falta ainda uma base social mais sólida para poder enfrentar o sistema econômico dominante. O ecossocialismo também teria como fator limitante o fato de desconsiderar o paradigma que reconhece a Terra como superorganismo vivo, condição que o autor considera necessária para a formação de uma nova consciência ecológica da humanidade (BOFF, 2012).

Quanto aos caminhos para a superação do atual modelo de sociedade, Boff (2012), Löwy (2014) e Sachs (2009) apontam para a democracia como condição fundamental na construção de uma outra sociedade.

Para Löwy (2014) o ciclo do produtivismo, responsável pela crise ambiental da atualidade e pela exploração dos trabalhadores, se deve ao fato das escolhas econômicas e das decisões produtivas estarem concentradas nas mãos de uma oligarquia de capitalistas. Por isso a construção de uma sociedade que supere o atual modelo de produção que está destruindo o meio ambiente, só se fará por meio da democratização econômica, onde a própria sociedade, e não os mercados, deve tomar as decisões relacionadas à produção e distribuição das riquezas.

Para Boff (2012, p. 126), “o caminho mais curto para se alcançar uma sociedade sustentável parece ser a realização da democracia”. Partindo do princípio da igualdade, o autor salienta que apenas a democracia é capaz garantir o acesso justo aos meios necessários para a sobrevivência ao mesmo tempo em que promove o respeito à Terra, vista não apenas como fornecedora de recursos, mas como um conjunto que forma um superorganismo vivo (Gaia) do qual a humanidade faz parte (BOFF, 2012).

Boff (2012) assevera ainda que os problemas globais que constituem a crise ambiental demandam o surgimento de uma governança global que seja capaz de conduzir a humanidade para o enfrentamento dos problemas globais de forma democrática.

A construção de uma sociedade sustentável implica na redução drástica dos níveis de consumo da sociedade atual. Não é mais possível pensar em uma sociedade onde os níveis de prestígio e status social sejam mensurados pelas quantidades de mercadorias que as pessoas podem adquirir.

Por outro lado, a produção de alimentos é uma questão um pouco mais delicada, pois por ser um elemento indispensável à sobrevivência humana, tal produção não pode ser reduzida, salvo os casos de desperdício, sem comprometer a segurança alimentar da parcela mais pobre da população. Todavia, é necessário pensar formas de agricultura que levem em conta os impactos ambientais desta ação. A revolução verde conseguiu aumentar a oferta de alimentos, mas sob condições que não podem mais ser continuadas sem consequências negativas para o meio ambiente. As circunstâncias atuais demandam uma forma de produzir mais eficiente, respeitando o solo e o ecossistema, garantindo que as gerações futuras também possam se beneficiar dos mesmos recursos que utilizamos para produzir.

### 3.6 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A agricultura é uma das mais antigas atividades humanas e desde que surgiu, há cerca de 10.000 anos, tem sido sua principal fonte de alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010). O domínio sobre técnicas de plantio e armazenamento de alimentos proporcionou a humanidade um maior planejamento das atividades, o que foi fundamental para o desenvolvimento de civilizações.

Com o acentuado processo de industrialização e urbanização, no século XIX ganhou força a tese de Thomas Malthus de que a produção de alimentos não seria capaz de acompanhar o crescimento populacional, mas a agricultura passou por transformações que fizeram com que tais provisões não se concretizassem.

Já nos séculos XVIII e XIX, a Primeira Revolução Agrícola Contemporânea, que se caracterizou pela intensificação do uso da terra e pela rotação de culturas em detrimento do sistema de pousio, proporcionou um aumento significativo da produção de alimentos (MARCATTO, 2002).

No final do século XIX inicia-se uma nova revolução agrícola, protagonizada principalmente pela introdução de insumos químicos e melhoramento genético de plantas. Essas inovações proporcionaram que a rotação de culturas pudesse ser substituída por sistemas de cultivo intensivo. A partir da Primeira Guerra Mundial, é intensificado o uso da mecanização na agricultura e de insumos industrializados (MARCATTO, 2002). Após a Segunda Guerra Mundial foi a vez de ser intensificado o uso de agrotóxicos: “Aqueles indústrias que durante a

Segunda Guerra Mundial produziam produtos químicos para matar pessoas, acabada a guerra, para não perder seus negócios, redirecionaram os produtos químicos para a agricultura” (BOFF, 2012, p.53).

Cada vez mais a agricultura passou a ser inserida na ideia de progresso presente no pensamento da modernidade. O aumento da produção passou a ser um fim a ser buscado através do desenvolvimento de técnicas que desconsideravam o conhecimento camponês bem como os impactos ambientais. O aumento de produção também tinha um caráter político, pois a escassez de alimentos era vista como uma forma de promover o surgimento de movimentos camponeses sob a influência de doutrinas de esquerda (MARCATTO, 2002).

Foi neste contexto que nos anos 1960 iniciou-se uma nova fase na agricultura, conhecida como Revolução Verde. No Brasil, esse processo, amplamente subsidiado pelo Estado, sob o governo militar, foi responsável pela modernização da agricultura sem que fosse alterado a estrutura de poder.

O processo de modernização da agricultura no Brasil, portanto, foi feito à custa da exclusão da maior parcela dos trabalhadores rurais, para os quais não havia lugar na nova agricultura pensada pelo Estado:

No Brasil, o cultivo de soja desloca 11 trabalhadores agrícolas para cada novo que emprega. Esse não é um fenômeno novo. Em 1970, 2,5 milhões de pessoas foram deslocadas pela produção de soja no Paraná e 300 mil no Rio Grande do Sul. Muitas delas são agora sem terra e mudaram para a Amazônia, onde acabam derrubando florestas antes intactas (ALTIERI, 2012, p.95).

O modelo de agricultura que se desenvolveu sob os moldes da Revolução Verde tem seus altos índices de produtividade sustentados por altos custos ambientais e sociais, o que faz com que esse modelo tenha que ser repensado enquanto paradigma produtivo. Tal agricultura, foi concebida dentro de um modelo de desenvolvimento que não é mais aplicável aos dias atuais e ao futuro. A grande demanda por combustíveis fósseis que esse modelo requer, frente a escassez desse recurso, é um exemplo de como a agricultura precisa ser repensada.

Segundo Altieri (2012), a Revolução Verde impôs uma forma de agricultura que tem gerado diversos impactos negativos para o meio ambiente e para as comunidades rurais. A monocultura, base desse modelo de agricultura, promoveu a perda de variedades crioulas, comprometendo a segurança alimentar de comunidades camponesas. A monocultura também favorece o surgimento de

pragas e doenças, o que faz aumentar o uso de agrotóxicos:

A manutenção de monoculturas exige aportes crescentes de agrotóxicos e fertilizantes, mas a eficiência de sua utilização está diminuindo e a produtividade das principais culturas começa a se estabilizar. Em alguns lugares, os rendimentos já estão em declínio (ALTIERI, 2012, p. 29).

Segundo o autor, o mercado de agrotóxicos inicia o século XXI movimentando um montante de US\$ 25 bilhões, volume que vem aumentando ano a ano. O Brasil ocupa um lugar de destaque nesta cifra, ao ter assumido o posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos. De acordo com Augusto *et al* (2015), só no ano de 2010 o acréscimo no mercado de agrotóxicos no Brasil foi na ordem de 190%. Os autores salientam que:

Em decorrência desse modelo químico-dependente de agrotóxicos, a cadeia produtiva do agronegócio se configura como um processo de insustentabilidade ambiental, pois no seu espaço se cria um território com muitas e novas situações de vulnerabilidades ocupacionais, sanitárias, ambientais e sociais (AUGUSTO *et al*, 2015, p. 109).

A transformação dos alimentos em mercadorias, segundo a lógica do mercado de *commodities*, faz com que os impactos ambientais da agricultura sejam colocados em segundo plano, pois interesses financeiros, em nome do lucro, não costumam respeitar limites (BOFF, 2012). Uma das maneiras mais eficientes de subordinação da agricultura ao mercado foi a sua inserção na cadeia que envolve desde a indústria de fornecimento de insumos até a de transporte e processamento da produção, conhecida com o agronegócio.

O fornecimento de insumos é hoje controlado por grandes multinacionais que cada vez mais condicionam a produção aos pacotes tecnológicos<sup>9</sup> que prometem alta produção, mas que também tem custo elevado<sup>10</sup>. As grandes empresas fornecedoras de insumos não têm compromisso com a produção, mas com seus próprios lucros. Desta forma, as inovações apresentadas por essas empresas são sempre no sentido de subordinar cada vez mais os agricultores aos

---

<sup>9</sup> Pacotes tecnológicos é nome como ficou conhecido o conjunto de produtos e técnicas, difundidos após a revolução verde, onde o agricultor recebe uma "receita" pronta, tornando-se um agente passivo, cuja função é apenas a de aplicar técnicas desenvolvidas por outros profissionais.

<sup>10</sup> Dados da Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, consultados em fevereiro de 2018, apontam que o custo de produção do milho é de R\$ 2.759,84 por hectare, sendo que a maior parte desse valor é representado pelas despesas com Fertilizantes, semente e agrotóxicos (R\$ 1.873, 88 é o custo desses três itens). Considerando que a produtividade média do milho no Paraná é de 146 sacas por hectare, e que, o preço por saca em 2018 é em torno de R\$ 36,00 (Departamento de Economia Rural - DERAL) é possível observar que na agricultura convencional, cerca de 52% do valor obtido por hectare (em torno de R\$ 5.256,00) é representado por custos de produção. Fonte: [www.agricultura.pr.gov.br](http://www.agricultura.pr.gov.br).

seus interesses. Um exemplo disso são as sementes transgênicas, apresentadas como solução para a redução de trabalho e de maior eficiência na produção, mas que na prática tem conduzido os agricultores para uma maior dependência à indústria de insumos, ao promover o aumento do uso de agrotóxicos:

As culturas transgênicas desenvolvidas para o controle de pragas enfatizam o uso de um único mecanismo de controle, o qual já tem se mostrado muitas vezes falho com insetos, patógenos e plantas espontâneas. Os transgênicos, portanto, tendem a aumentar o uso de agrotóxicos e acelerar a evolução das “superervas daninhas” e de insetos-praga resistentes (ALTIERI, 2012, p.38).

A solução para enfrentar a resistência que as pragas desenvolvem aos agrotóxicos tem sido o aumento do uso desses produtos, ou mesmo a combinação de diferentes agrotóxicos formando um “coquetel de veneno” para enfrentar a resistência desenvolvida, o que aumenta os impactos ambientais. Esses agrotóxicos, ao serem levados pelo vento, acabam atingindo outras propriedades, inclusive agroecológicas, comprometendo o de cultivo frutas e verduras, que sofrem com a ação de herbicidas aplicados em lavouras transgênicas.

Figura 7 - Incidência de Buva em plantação de soja no Assentamento Celso Furtado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O aumento do uso de agrotóxicos, em função da resistência desenvolvida

por pragas, também contribui para o aumento dos custos de produção, dificultando a viabilidade de pequenas propriedades. Para Andrioli (2016 p. 213), “a utilização da transgenia na soja aprofundou as conhecidas consequências da ‘Revolução Verde’ no Brasil, como a concentração da terra, o êxodo rural e o empobrecimento dos pequenos agricultores”.

Hoje, também a indústria de alimentos exerce grande influência sobre a agricultura. Essa indústria se estruturou de maneira a padronizar o gosto dos consumidores aos alimentos por ela processados e subordinou a agricultura para fornecer matéria-prima para atender a essa demanda. Como resultado, os produtos alimentícios precisam fazer um “longo passeio” do produtor ao consumidor, sendo este caminho intermediado pela indústria. Diante do eminente esgotamento das reservas de combustíveis fósseis, tal cadeia tem que ser repensada, sendo que a produção deverá ficar mais próxima do consumo para que se torne viável (WEID, 2009).

A crise ambiental também deve ser um elemento a ser levando em conta nas práticas agrícolas. O aquecimento global e suas consequências, como a mudança no clima, exige mudanças radicais em várias práticas da modernidade, principalmente na agricultura industrial que emite “nada menos que um terço do total dos principais gases de efeito estufa” (ALTIERI, 2012, p. 376).

O consumo de alimentos também tem passado por mudanças com aumento do número de consumidores que têm procurado manter hábitos alimentares mais saudáveis, o que demanda alimentos mais variados e menos processados (WEID, 2009). Pesquisa realizada pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (ORGANIS), com consumidores de produtos orgânicos em nove capitais do Brasil, mostrou que 84% dos entrevistados gostariam de aumentar o consumo de produtos orgânicos contra apenas 14% que responderam que não pretendem aumentar, tal consumo<sup>11</sup>. Nesse mesmo sentido, Brandenburg afirma que há uma procura “crescente da população urbana por um consumo do verde, de tradições e de uma atitude de precaução ao risco. Essa confluência de forças dinamiza o surgimento do rural ecologizado e de novos atores mediando as relações sociedade-natureza” (BRANDENBURG, 2010, p.426). Embora nem todo produto orgânico seja agroecológico, e haja dificuldade para os

---

<sup>11</sup> A pesquisa completa está disponível no site: [www.organicsbrasil.org](http://www.organicsbrasil.org)

consumidores fazerem essa distinção, a disposição desses consumidores em mudar seus hábitos alimentares abre possibilidades de expansão para produção agroecológica.

Diante deste cenário, a agroecologia tem um papel importante nestes novos tempos, ao apresentar alternativas para uma produção de alimentos que seja “socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável” (LEFF, 2002, p.39). De acordo com Altieri (2012), as bases da agroecologia reúnem condições científicas e técnicas que viabilizam uma nova revolução na agricultura.

Enquanto o uso intensivo de adubação química que a agricultura industrial se baseia, favorece o aparecimento de pragas, cujo controle é feito com o uso de agrotóxicos (ALTIERI, 2012), o método de manejo agroecológico se baseia “em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas (...) ao promover organismos benéficos via diversificação do agroecossistema” (ALTIERI, 2010, p. 23-24). A diversificação da produção não é viável para a agricultura capitalista, que requer produção em escala para que se viabilize economicamente. Por isso a agricultura familiar camponesa é a que reúne mais condições de encabeçar formas sustentáveis de agricultura:

Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal (VEIGA, 1996, p. 395).

Vários estudos demonstram que a agricultura familiar camponesa também é mais produtiva que a agricultura patronal. Portanto, o argumento de produtividade sob o qual se ampara a agricultura capitalista não se sustenta, pois tal produção demanda altos investimentos, muitos dos quais viabilizados através de incentivos governamentais, e mesmo assim ficam aquém da produtividade da agricultura familiar camponesa.

[...] a agricultura camponesa, do ponto de vista produtivo, é superior aos demais modos de produção agrícola. Isso foi amplamente demonstrado, por exemplo, nos estudos realizados na década de 1960 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida) na América Latina. O mesmo se aplica para o continente asiático. Mesmo sob condições adversas, os camponeses produzem muito mais por hectare (e também por quantidade disponível de água, etc.) do que as agriculturas

empresarial e capitalista. [...] A superioridade produtiva da agricultura camponesa é visível não só nas nações em desenvolvimento, como também, por exemplo, na Europa (PLOEG, 2009, p. 30).

Mitidiero Junior e Barbosa (2016), em trabalho onde analisam dados do censo 2006, afirmam “que quanto maior a propriedade menos produtiva ela é” (p. 24, grifo dos autores). Cabe lembrar que o trabalho dos autores é feito com base em dados censitários, ou seja, não é uma pesquisa amostral, mas feita com toda a população e constitui dados oficiais do Estado. O trabalho dos autores vai de encontro com a afirmação de Fernandes (2016), de que “a agricultura de base familiar no Brasil, embora controle somente 24,3% das propriedades agrícolas, produz 38% do valor da produção. Isso significa que o agronegócio (...) controla 75,7% das terras e produz apenas 62% do valor da produção” (p.313).

A agricultura familiar camponesa se mostra mais produtiva mesmo produzindo sob os princípios da agroecologia. Para Altieri, “As técnicas agroecológicas podem produzir altas colheitas de diversos cultivos e manter a fertilidade do solo, reduzindo a dependência do agricultor de insumos químicos de alto custo e de mercados instáveis” (2004, p.110). Um estudo da Universidade Inglesa de Sussex, encomendado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO, sigla em inglês) concluíram, após a análise de vários projetos de agricultura sustentável, que os mesmos são capazes de elevar a produtividade em quase 100% (WEID, 2009).

Experiências em transição agroecológica no Paraná indicam que as produtividades médias são superiores às dos sistemas convencionais e que, nos casos mais avançados, alcançam 9 toneladas por hectare (t/ha) para o milho, 3 t/ha para o feijão e 3,3 t/ha para a soja (WEID, 2009, p.61).

No Rio Grande do Sul, um conjunto de assentamentos de reforma agrária na Região Metropolitana de Porto Alegre têm obtido resultados expressivos quanto à produção agroecológica, fazendo com que a região se tornasse o maior produtor de arroz orgânicos da América Latina, sob a organização do MST. “A produção do arroz ecológico soma-se a esta orientação política do MST. Articuladas no Grupo Gestor do Arroz Ecológico, 546 famílias assentadas produziram na Safra 2016/17, 464.409 sacos, em 4.886 ha” (MARTINS, 2017, p.9). O arroz é produzido através do trabalho cooperativo das famílias assentadas.

Antonio Andrioli (2016), em sua tese de doutorado em que compara o

cultivo de soja orgânica e soja transgênica, descobriu que os produtores de soja orgânica tinham um custo de produção 43% menor que os de soja convencional e que ela ainda chegava a atingir um valor 50% maior no mercado. A produção por hectare da soja orgânica é menor nos dois primeiros anos, levantou a pesquisa, mas após este período tendia a se igualar. (ANDRIOLI, 2016)

Embora essas experiências ainda possuam uma proximidade com a agricultura convencional, pois são focadas na monocultura, são capazes de derrubar o argumento de que não é possível produzir sem a utilização intensiva de produtos químicos sintéticos, uma das bases da agroecologia.

Diante do exposto, é possível afirmar que a agricultura alinhada com a cadeia do agronegócio não é merecedora de todo prestígio que goza atualmente na sociedade. Seja na grande imprensa ou no governo, não faltam vozes para proclamar os grandiosos números do agronegócio, e ao mesmo tempo desqualificar os que denunciam suas contradições, sobretudo ambientais e sociais. Acreditamos que o conceito de ideologia pode nos ajudar a refletir sobre isso.

#### 4. IDEOLOGIAS E UTOPIAS: VISÕES SOCIAIS DE MUNDO NA AGRICULTURA

*Meus heróis morreram de overdose  
Meus inimigos estão no poder  
Ideologia!  
Eu quero uma pra viver  
(Cazuza)*

Para analisar a visão social de mundo dos assentados escolhemos três elementos que atuam de forma significativa na maneira como esses sujeitos desenvolvem o manejo em seus lotes: a agricultura convencional, a agricultura tradicional e a agroecologia.

Certamente, esses não são os únicos elementos que influenciam as decisões dos assentados quanto à escolha da forma de produção, nem podemos afirmar seguramente que são os mais importantes, pois há diversos elementos que atuam na construção da visão social de mundo de cada sujeito. No caso dos camponeses que entrevistamos no Assentamento Celso Furtado, alguns iniciaram a busca pela terra ainda nos anos 1980, momento em que os sindicatos rurais tinham um papel atuante na organização da luta pela terra. Nesta época também, segmentos da Igreja Católica, influenciados pela teologia da libertação, questionaram as estruturas desiguais da sociedade. Isso em um momento em que a agricultura convencional já estava em fase bastante avançada de consolidação.

A agroecologia ganha força bem mais tarde, mas as questões ambientais, de modo geral, passam a ter mais visibilidade a partir da Rio 92, principalmente através dos meios de comunicação que na década de 1990 passam a dar mais visibilidade a essa pauta<sup>12</sup>. Apenas em 2000 o MST assume a agroecologia como matriz produtiva, fato que faz com que os camponeses acampados, a partir desta época, passem a ter mais contato com essa forma de produção.

##### 4.1 IDEOLOGIA DA AGRICULTURA CONVENCIONAL

Agricultura convencional tem como base uma produção mais voltada para

<sup>12</sup> Em novembro de 1990 a Rede Globo de Televisão estreou o programa Globo Ecologia que ia ao ar uma vez por semana e promovia a educação ambiental através quadros variados, no formato do que a emissora chama de revista eletrônica. O programa deu bastante visibilidade para várias organizações não governamentais que atuavam na preservação de várias espécies, como tartarugas-marinhas e Peixe-Boi. Fonte: <<http://memoriaglobo.globo.com>>.

os mercados, onde a produção obedece a racionalidade investimento/retorno. Como essa agricultura é a que tem uma ligação umbilical com a cadeia do agronegócio, ela reflete todo o aparato ideológico que há em torno do mesmo. Os assentados, que são em sua maioria provenientes do meio rural, cresceram vendo as mudanças na agricultura como a intensificação do uso de maquinários e redução do trabalho braçal. Aos agricultores mais capitalizados, essa modernização proporcionou uma grande oportunidade para a expansão de suas atividades, pois o uso das tecnologias (maquinários e insumos) fez com que a produtividade aumentasse sem a necessidade de relativo aporte de mão de obra.

No entanto, por ser uma atividade diretamente dependente do mercado, a agricultura convencional oferece riscos, como toda atividade capitalista. As variações nos preços dos produtos agrícolas são um exemplo disso. Agricultores que optam pela monocultura são os mais vulneráveis à essas variações, sendo que os menos capitalizados (como é o caso dos que possuem pouca terra) são os que encontram mais dificuldades para manterem suas atividades em momentos de crise.

Mesmo assim, a possibilidade de êxito da agricultura convencional ainda é muito sedutora, e esse sucesso é apresentado pelos meios de comunicação como uma possibilidade que se estende a todos os sujeitos da agricultura, escamoteando que o sucesso de uns é feito a partir da exclusão de outros tantos.

Mas essa ideologia não é apresentada apenas nos meios de comunicação. Ela está presente nas orientações de engenheiros agrônomos, formados em faculdades cujos currículos praticamente ignoram formas alternativas de agricultura e seguem a cartilha da revolução verde (JACOB *et. al.*, 2016), está presente nas cooperativas agrícolas, que também atuaram como um importante instrumento de difusão dos pacotes tecnológicos que subordinam a agricultura às empresas fornecedoras de insumos cuja aquisição está condicionada, considerando que “as cooperativas passam a atuar no sentido da empresarialização da unidade agrícola produtiva independente de sua dimensão” (SANTOS, 2008 p. 100).

Esses elementos apresentam-se como vias que promovem apenas um modelo de produção e dificultam a manutenção de formas tradicionais de agricultura e dificultam o surgimento de novas práticas, como a agroecologia.

Os elementos persuasivos da agricultura convencional são tão eficientes que conseguem camuflar os casos de fracasso. Aqueles agricultores que não

conseguem manter a propriedade acabam vendendo as terras e se mudando (geralmente para a cidade). Ficam no campo somente os mais capitalizados, que passam a acumular terras, o que faz parecer que todos que aderem à agricultura moderna prosperam enquanto os casos de fracasso, devido ao fato de migrarem, não ficam aos olhos. Esse quadro se completa com a entrada em cena do conceito de agronegócio, que surge como uma nova cara para a agricultura.

O conceito de agronegócio surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1950, a partir dos trabalhos dos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg, para definir um conjunto de elementos articulados em uma cadeia que envolve tanto a produção agrícola quanto a de insumos, assim como a comercialização e distribuição desses itens. Dentro de uma estratégia de fornecimento de alimentos para a Europa no pós-guerra, para intensificar a influência política naquele continente, a produção em escala foi adotada como o objetivo de efetivar o plano de manter os países europeus dependentes dos Estados Unidos, evitando assim que se aproximassem dos países socialistas, dentro do contexto da guerra fria (FERNANDES; WELCH 2008).

No Brasil o agronegócio surge dentro de um projeto de modernização conservadora, quando o velho modelo do latifúndio se integra a outros setores da economia vestindo uma nova roupa que lhe proporciona uma aparência de modernidade, sem enfrentar as contradições existentes no meio rural no país. As transformações na agricultura patronal no Brasil, no entanto, vinham se fazendo bem antes, com a adoção das técnicas da revolução verde que se intensificaram durante o regime militar. Quando em 1993 foi criada a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entidade que assumiria o protagonismo dentre as entidades patronais da agricultura, o projeto de modernização conservadora já se encontrava consolidado. A nova agricultura brasileira, portanto, não surgiu do nascimento de algo novo, mas da transformação do velho latifúndio capitalista que, sem se livrar totalmente das suas contradições sociais e ambientais, passou a dominar as formas de produção agrícola no país (FERNANDES,2013).

No Brasil, enquanto o latifúndio foi durante séculos a expressão do capitalismo no meio rural, “o agronegócio é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p.21). O neoliberalismo é, acima de tudo marcado por

contradições, sendo propulsor de uma série de desigualdades, conforme apresentado neste trabalho por diversos autores (SANTOS, 2002; SACHS, 2009; SEN, 2000; LEFF, 2002; BOFF, 2012, entre outros). Na agricultura não é diferente. A expansão do modelo de agricultura alinhada com a cadeia do agronegócio, já em seus primeiros anos, levou a uma significativa concentração de terras, contribuindo para o êxodo rural e todos os problemas urbanos que este fenômeno contribuiu para que se acentuasse.

Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/67, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedade. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados disponíveis do INCRA e do IBGE. Já no período seguinte, 1967/72, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como "milagre brasileiro", aumenta apenas o número de grandes propriedades. (SILVA, 2001, p.12-13).

Essas desigualdades se acentuaram ainda mais quando no início dos anos 1990 as políticas neoliberais passam a ser implantadas com mais intensidade no Brasil. Essas informações constituem um exemplo de um lado do agronegócio que seus defensores se esforçam para não mostrar, sendo que para os agentes a serviço dos setores que lucram com a manutenção desse sistema de produção agrícola é necessário criar o tempo todo um discurso que apresente esse modelo de produção como necessário para toda a sociedade.

Como forma de esconder suas contradições, o agronegócio está sempre lançando mão de um discurso que legitime suas ações. Para Romão, (2006, p.2), "o discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo. " De acordo com Fernandes (2013, p.140), o agronegócio oculta "o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias."

Um exemplo de discurso que atua no sentido de legitimar as ações do agronegócio é a campanha lançada em agosto de 2016 pela maior emissora de TV aberta do Brasil com o slogan "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo". Nesta publicidade, é apresentado um novo vídeo a cada 15 dias com um setor do agronegócio, destacando suas qualidades. Divulgada em horários de grande audiência, a peça publicitária mostra a presença do agronegócio na vida de todas

as pessoas, destacando a importância dos seus diversos setores para a economia do país, ao mesmo tempo em que diversas imagens mostram máquinas modernas, animais de raça, grandes plantações e pessoas trabalhando. Todas essas imagens são apresentadas alternadamente em uma sequência que dificulta uma reflexão por parte do telespectador (MARCONDES FILHO, 1988), cabendo-lhe apenas absorver passivamente aquele conjunto de informações.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra (FERNANDES, 2013, p.259).

Apesar da campanha citada acima ser uma das mais explícitas, há vários outros recursos que atuam no sentido de construir uma imagem do agronegócio como um setor do qual todos são extremamente dependentes devendo, portanto, defendê-lo. Mas se o agronegócio é tão importante, por que ele precisa de campanha em sua defesa? Neste trabalho partimos da hipótese de que esse modelo de produção não é necessariamente o único caminho para a agricultura, pois formas alternativas de agricultura podem ser tão produtivas quanto à agricultura convencional (ALTIERI, 2012; ANDRIOLI, 2016), por isso a necessidade de um constante discurso ideológico no sentido de legitimar suas ações e ao mesmo tempo apagar formas alternativas de agricultura.

Desta forma, o discurso ideológico que atua no sentido de legitimar apenas um modelo de sociedade se reproduz também na agricultura, onde capitalistas transformam a produção de alimentos em um mero objeto para a multiplicação de capital privado (BOFF, 2012). Daí surge a necessidade de que as pessoas sejam convencidas que a atuação do agronegócio interessa não apenas àqueles que lucram com ele, mas à toda a sociedade pois, do contrário, a maioria da população passaria a exigir o fomento de formas alternativas de produção, como a agroecologia, e questionaria os volumosos subsídios que os grandes produtores abocanham do Estado.

É neste sentido que atua a campanha da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP) que tem como *slogan* a frase “Agronegócio, sua vida depende dele”. Assim como a campanha “Agro é Tech,

Agro é Pop, Agro é tudo”, citada acima, os vídeos da campanha da ABAG/RP, exibidos na TV e disponibilizados no endereço eletrônico<sup>13</sup> da entidade, são ilustrados com belas imagens que mostram setores do agronegócio funcionado harmonicamente, sempre com a estratégia de serem mostradas numa rápida sequência impedindo uma maior reflexão por parte do telespectador (ROMÃO, 2006). A campanha conta ainda com a fala de personalidades de grande popularidade da música, do esporte e da política, sempre enaltecendo as virtudes do agronegócio. Nessas falas é possível perceber a imposição da superioridade do agronegócio sobre todos os setores da sociedade, alijando este setor de qualquer consequência negativa. É emblemática nesta campanha a fala do cantor Almir Sater (extraída de Romão, 2006 p.3-4) na qual o artista diz que:

[...] hoje em dia não se compra mais boizinho, hoje em dia se faz agronegócios, acho que tá na hora da gente pensar desse jeito para poder enriquecer um pouco mais, agregar um pouco mais de valor porque eu acho que a riqueza é que conserva, é a riqueza que mantém as nossas florestas exuberantes, o maior perigo para a ecologia, para a conservação do nosso Brasil é a pobreza [...].

Nesta fala, assim, como em várias outras da campanha, o artista se esforça não só para mostrar as virtudes do agronegócio, mas também para atacar indiretamente outras formas de agricultura. De acordo com Romão (2006), os diminutivos, como “boizinho”, fazem referência à agricultura tradicional a qual é atribuída um status inferior, inclusive sendo responsabilizada pelos danos à natureza, pois, ao afirmar que a “riqueza conserva” automaticamente está se afirmando que:

[...] a pobreza é a causadora de depredações, destruições, desmatamentos, roubos, saques e devastações. O efeito de responsabilizar a pobreza é duplamente condenatório, visto que além de serem pobres, os pobres ainda são culpados pela sua ação nefasta em relação à natureza (ROMÃO, 2006, p.4).

Ao dizer que “a *riqueza*” conserva, preserva, resguarda e protege o meio ambiente, os discursos provenientes dos setores ligados ao agronegócio procuram valorizar aqueles que se alinham a esta cadeia, ao mesmo tempo em que atuam no sentido de atribuir valor negativo a tudo que não se ombreie com seus interesses.

Seja de forma explícita, como na campanha citada acima ou de forma sutil, a ideologia do agronegócio é apresentada para as pessoas do campo e para a sociedade em geral, como a única via para a agricultura. A música “soja e trigo”,

gravada em 1975, por Jacó e Jacozinho, uma das duplas sertanejas de maior sucesso naquela década, também é um exemplo dos vários elementos que atuaram e atuam na construção ideológica do modelo de agricultura que atualmente é dominante:

Eu já fui um bão empregado/Honrado no eu querido sertão/ Trabalhei de tratorista/Fui orgulho do patrão/Um dia Deus me ajudou/ Comprei um pedaço de chão/Negócio bão do momento/ Agora é esse, meu amigo/Tiro o trigo e planto soja/Tiro a soja e planto trigo/Quem sabe preparar a terra/ Não erra, é lucro que não tem fim/Já destoquei minha mata/ E arei todo o capim/ Tô plantando e tô colhendo a coisa virou pra mim [...]. Eu tenho todos os maquinário / Calcário jogo muitas toneladas/ Depois ponho um bão adubo/ Pra ficá bem reforçada/ Depois passo o herbicida/ A terra está preparada/ Negócio bão do momento/ Agora é esse, meu amigo/ Tiro o trigo e planto soja/ Tiro a soja e planto trigo/ Eu sou um homem muito franco/ No banco eu entro de botinão/ Vem o gerente sorrindo/ E pega na minha mão/ Foi o trigo e foi a soja/ Que me fez virá patrão [...].(SANTOS; JACÓ, 1975)

Da música da dupla sertaneja à campanha “agro é pop, agro é tech, agro é tudo”, veiculada pela maior emissora de TV do Brasil, a ideologia da agricultura convencional penetra no imaginário de agricultores e atua no convencimento de que essa é a melhor forma de agricultura. Outro exemplo disso são os eufemismos utilizados na tentativa de desconstruir a imagem negativa dos agrotóxicos, produtos que constituem uma das bases da produção de grãos do agronegócio atualmente.

Os agrotóxicos são produtos altamente perigosos ao meio ambiente e às pessoas, sendo que diversos estudos apontam para a sua relação com diversas doenças (CARNEIRO, et al, 2015). Até o final da década de 1980 havia uma variedade de termos para designar essas substâncias, como herbicidas, inseticidas, biocidas, pesticidas e defensivos agrícolas, etc. Para padronizar a terminologia a lei 7.802, promulgada em junho de 1989, instituiu a palavra “agrotóxico” como o termo a ser utilizado para se referir aos produtos químicos usados na agricultura para o controle de insetos e doenças (D’ÁVILA et al, 2016).

Ao adotar o termo “agrotóxico” a lei tem como objetivo criar um alerta quantos aos riscos inerentes ao uso desses produtos, contribuindo para a intensificação do cuidado com relação ao uso de tais substâncias, porém, no discurso corrente dos setores ligados ao agronegócio, o termo oficial raramente é usado, sendo substituído pelo eufemismo “defensivos agrícolas”, mesmo que esses

produtos sejam usados mais para “atacar” do que para defender<sup>13</sup>.

Existem ainda iniciativas no poder legislativo no sentido de oficializar os eufemismos com relação aos agrotóxicos. Um exemplo, é o caso do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 680, de 2015, de autoria do senador paranaense Álvaro Dias, que propunha a mudança na lei 7.808/89 na qual o termo “agrotóxico” deveria ser substituído por “produtos fitossanitários”. Diante da repercussão negativa do PSL, o senador, que em 2016 se filiou ao Partido Verde (PV), retirou o projeto. Embora esse projeto de lei tenha sido retirado do senado, há outro semelhante tramitando na câmara dos deputados<sup>14</sup> que também propõe a substituição do termo “agrotóxico” pelo eufemismo “Defensivos Fitossanitários”.

A exclusão do termo “agrotóxico” da lei atende aos interesses do mercado, que já se refere a estas substâncias sob o eufemismo “defensivos”, além de facilitar a comercialização de alimentos que são cultivados com o uso desses produtos. Essas medidas corroboram com a manutenção do modelo dominante de agricultura uma vez que, procura-se camuflar o perigo representado pelas substâncias químicas utilizadas na produção alterando a nomenclatura ao invés de se buscar alternativas para que promovam a redução do uso desses agrotóxicos.

Da mesma forma, a estrutura de pesquisas existente no Brasil atua prioritariamente no sentido de proporcionar o sucesso do modelo dominante de agricultura. O surgimento de um modelo de agricultura altamente dependente de insumos externos à propriedade e de difícil sobrevivência para os pequenos empreendimentos rurais não é obra do acaso, mas fruto de um conjunto de ações que atuaram e atuam para a construção desse modelo. Até a década de 1960, os departamentos de pesquisa vinculados ao Ministério da Agricultura eram

---

<sup>13</sup> Um exemplo disso é o vídeo feito pelo cientista político e professor de relações internacionais Christian Lohbauer, ligado à cadeia do agronegócio e a grupos políticos conservadores. Em um de seus vídeos, o professor Lohbauer, que também já foi diretor de Assuntos Corporativos e Governamentais da Bayer, afirma que: “[...] O Brasil é o maior consumidor de defensivos agrícolas. Um termo que talvez você nem conheça porque desde a escolas nos ensinam um outro nome: ‘agrotóxico’ [...]. Moçada! Vocês acham mesmo que a indústria tá envenenando milhões de consumidores com produto tóxico? Que vai te fazer mal comer um vegetal que foi geneticamente modificado justamente para ser mais saudável e resistente à praga? Só para registrar, esse negócio dos alimentos orgânicos é super bacana, você acha que dá para sustentar o mundo com suco verde de blogueira de Instagram? [...]”. Christian Lohbauer, que é graduado em Comunicação Social, possui mais de 100.000 seguidores nas redes sociais e seus vídeos recebem milhões de acessos. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bAYaRPR0YEU> e <https://www.christianlohbauer.com/>.

<sup>14</sup> Projeto de Lei 3200/2015, de autoria do deputado Covatti Filho - PP/RS

influenciados por representantes da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que direcionava a pesquisa para a diversificação, o que acabava de alguma forma favorecendo os pequenos produtores. A partir do golpe civil-militar em 1964, houve uma mudança de sentido quanto ao direcionamento das pesquisas para a agricultura no Brasil. Em 1970 foi criada uma comissão com o objetivo de avaliar a política de pesquisas agropecuárias no país, gerando informações para a criação da nova instituição de pesquisas agropecuária, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Cabe ressaltar que, em sua maioria, os membros desta comissão eram formados por pessoas que tinham ligações com empresas privadas, ligada à agricultura (MENDONÇA, 2012).

Em 1973, sob forte influência desse grupo, foi criada a Embrapa, com o objetivo de concentrar as pesquisas agropecuárias no Brasil. Em pleno regime militar, o que extinguiu qualquer participação de movimentos sociais na nova instituição de pesquisa que nascia, a Embrapa atuou no sentido de produzir tecnologia para atender as demandas do setor patronal, cuja influência estava garantida pelos representantes que formaram a comissão que orientou a criação da instituição de pesquisa. Desta forma, a Embrapa iniciou seus trabalhos deixando os pequenos produtores praticamente excluídos de suas pesquisas. De acordo com Mendonça (2012, p.82) “o modelo da Embrapa (...) implicava em selecionar atividades e produtos em nível nacional deixando de contemplar interesses locais, ou seja, a pequena produção”.

A criação da Embrapa foi o coroamento de um projeto de agricultura que incluía um conjunto de elementos que atuavam no sentido de culminar com a exclusão da agricultura camponesa, além de acentuar a dependência de multinacionais estrangeiras, vendedoras de insumos:

No Brasil, foram criados os sistemas de assistência técnica e extensão rural e o sistema de pesquisa agrícola, com seus mais de trinta Centros Nacionais de Pesquisa. Os currículos das universidades de agronomia foram completamente reformulados (1960), e os professores universitários foram enviados para treinamento em universidades dos EUA (principalmente). O governo brasileiro também: criou linhas especiais de crédito rural para permitir a compra de máquinas, equipamentos e “insumos modernos”; estabeleceu subsídios especiais para a instalação do emergente setor agro-industrial. Uma parte importante dos recursos financeiros, materiais e equipamentos necessários foram fornecidos por agências doadoras do primeiro mundo e por organismos internacionais (MARCATTO, 2002, n.p.).

As pesquisas direcionadas pela Embrapa priorizavam a viabilização daquilo

que ficou conhecido como “pacotes tecnológicos”, que se constituíam de conjuntos de insumos, fornecidos por empresas especializadas. Ao mesmo tempo em que aumentavam a produção, esses pacotes produziam uma dependência cada vez maior das empresas fornecedoras desses insumos, que eram as mesmas as quais estavam ligados os membros do grupo que articulou a fundação da empresa de pesquisa (MENDONÇA, 2012).

É possível perceber que o discurso de sucesso proferido pelos defensores do agronegócio deixa de mencionar muitas informações que são cruciais para entender o fato da agricultura inserida nesse modelo ter conseguido ascender nas últimas décadas. Não é possível, porém, mencionar os detalhes que promoveram o crescimento do atual modelo dominante de agricultura no Brasil, sem tocar também nas contradições sob as quais esse modelo se consolidou, e se mantém cada vez mais forte. Habermas (2009), afirma que o desenvolvimento de técnicas muitas vezes serve à dominação, pois “no *a priori* material da ciência e da técnica se oculta um projeto de mundo determinado por interesses de classe e pela situação histórica” (HABERMAS, 1968, p.50).

O caso da criação da Embrapa e direcionamento das pesquisas prioritariamente para atender um setor da agricultura mostra como o Estado está longe de ser um agente neutro no direcionamento dos rumos da agricultura no Brasil. A ideologia de que o agronegócio é o único caminho para a agricultura, permeia todas as esferas do Estado, do legislativo ao executivo, passando pelo judiciário e formando um conjunto de ações que dificultam uma maior democratização das ações do poder público com relação à agricultura. Exemplo disso são os assentamentos de reforma agrária, que só são criados após muita pressão dos movimentos sociais.

Mas o problema não se limita apenas a aquisição de terras porque até mesmo os proprietários encontram nas ações do Estado obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades. Um exemplo é o caso de corte de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que sofreu uma redução de R\$ 318 milhões em 2017 para R\$ 750 mil para 2018 (CONTAG, 2017). Decisões políticas como esta têm um impacto significativo na sobrevivência de muitas famílias no campo, sendo que a realização de tais cortes ocorre ao mesmo tempo em que o governo aprova no Senado um perdão de dívidas dos grandes produtores rurais, cuja renúncia fiscal, só para 2018, está prevista em R\$ 1,87 bilhão.

Além do perdão de dívidas, o governo ainda concede incentivos fiscais para a comercialização de agrotóxicos como a redução total de Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), além de 60% de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mesmo em um momento que o país passa por uma crise econômica que não atinge o agronegócio com a mesma intensidade com que afeta outros setores da economia. Em entrevista ao jornal El País<sup>15</sup>, o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, afirma que com os incentivos fiscais restam sobre os agrotóxicos apenas 22% de imposto, valor muito baixo se comparado com os medicamentos, por exemplo, sobre os quais 34% do valor final é composto de tributos.

No mesmo sentido, com relação a aplicação das leis, pois o Estado demonstra ser mais rigoroso com os agricultores que não se enquadram no modelo dominante de agricultura. Um exemplo em que as leis foram aplicadas no limite da severidade pelo Estado é o caso da "operação Agro-Fantasma", da Polícia Federal, que em 2013 prendeu 11 agricultores no interior do Paraná, sob a acusação de suposta fraude no PAA. Esses pequenos produtores haviam feito um contrato para fornecer alimentos para o PAA e, diante da imprevista queda de produção de alguns produtos devido a imprevistos relacionados a mudanças climáticas, acabaram substituindo alguns itens que estavam nos contratos.

Contudo, verifica-se a partir da narrativa dos próprios agricultores e suas organizações, que as "irregularidades" observadas eram estratégias organizativas, considerando as peculiaridades da agricultura e sua total dependência da natureza. Ou seja, na necessidade de cumprir os contratos, os agricultores muitas vezes não conseguiam ter a totalidade do produto para entrega e assim recorriam a outros agricultores ou então, em acordo com a instituição compradora, entregavam outro produto similar no mesmo valor (TRICHES e GRISA, 2015, p.20).

Cabe ressaltar que essa ação, mesmo que não tenha respeitado integralmente os contratos, não representou prejuízos para os cofres públicos, pois houve apenas uma substituição de parte de alguns produtos cuja produção não foi suficiente para atender o compromisso. Mesmo assim, o juiz federal de primeira instância Sergio Moro determinou a prisão preventiva de 11 agricultores que ficaram detidos por 48 dias sob a acusação de estelionato, associação criminosa e

---

<sup>15</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/03/politica/1457029491\\_740118.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/03/politica/1457029491_740118.html)

falsidade ideológica. Essas irregularidades “que, anunciadas pela mídia, potencializavam a opinião pública no sentido de desqualificar o Programa. Estes argumentos confluíam para uma oposição aos processos de aquisições de gêneros alimentícios (...)” (TRICHES e GRISA, 2015, p.20). Embora, após o julgamento, todos tenham sido inocentados das acusações, diversas cooperativas e associação de produtores tiveram suas atividades praticamente paralisadas durante as investigações e não conseguiram mais se reestabelecerem, até porque na sequência da operação houveram vários cortes de recursos do PAA, como já exposto acima.

Todas essas ações dão indicações de que há no Estado brasileiro uma inclinação para que suas atuações sejam mais voltadas para o favorecimento do modelo dominante de agricultura. Como dito acima, o Estado não é um agente neutro, cujas práticas são conduzidas para o bem-estar de toda a sociedade, mas, uma instituição que é comandada por pessoas embutidas de ideologias e que pautam suas ações de acordo com determinada visão social de mundo (MANNHEIM, 1976). Essas ideologias não se perpetuam somente pelo fato de muitos membros do Estado, com poder de decisão, serem oriundos das camadas economicamente dominantes da sociedade, mas também pelo fato de que a cadeia do agronegócio usa de forma muito eficiente os mecanismos de difusão de ideias alinhadas com os seus interesses.

Vários meios são usados para a programação dessas ideias, como a televisão, os currículos das faculdades e até mesmo das escolas, são espaços onde são construídas formas de pensar que atuam no sentido da legitimação do agronegócio como a única forma de agricultura. Grandes empresas do setor investem na construção dessa ideologia, como no caso da empresa Syngenta, que possui um programa de educação no campo que só em 2016 atuou em 153 municípios distribuídos em 11 estados brasileiros, ofertando formação presencial para 667 professores, fazendo com que essas informações chegassem a mais de 16 mil crianças e adolescentes, de acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), parceira do projeto. Uma das ações do projeto da empresa chinesa para serem trabalhadas nas escolas rurais é a distribuição de cartilhas. Esse material didático dedica a maior parte de suas páginas para transmitir informações sobre cuidados como o meio ambiente, inclusive citando

trechos da carta da terra<sup>16</sup>, mas termina fazendo apologia aos valores do agronegócio. Das 78 páginas da cartilha, apenas três pequenos parágrafos mencionam a agricultura orgânica, mesmo assim o texto é usado para subestimar a eficiência desse tipo de agricultura afirmando que “a agricultura orgânica não oferece soluções para os problemas urgentes causados pelas atuais tendências de produção e consumo mundial de alimentos” diz o texto.

No que se refere aos agrotóxicos, no entanto, o material pedagógico da Syngenta apresenta diversas formas de prevenção de acidentes nas várias etapas do seu manuseio, como transporte aplicação e descarte das embalagens. Mas em nenhum momento menciona o risco que esses produtos trazem ao meio ambiente e aos consumidores e, conseqüentemente, não cita a necessidade de redução do uso de tais substâncias.

Mas a entrada da ideologia do agronegócio na escola não se restringe a projetos isolados, complementares aos conteúdos trabalhados. Em 2006 a ABAG/RP e a Secretaria de Estado da Educação, do estado de São Paulo, firmaram uma parceria para a inclusão de mais uma matéria nos currículos de 106 escolas de 54 municípios da região de Ribeirão Preto: a disciplina de “agronegócio” (ROMÃO, 2006).

Em um universo de diversas ciências, como existe na atualidade, certamente é impossível inserir todas na grade escolar. Desse modo, é feita uma seleção sobre quais devem integrar os currículos escolares. Inserir o agronegócio como disciplina da rede pública, “apresentar-se como tema de estudo na mesma posição em que estão Matemática, Português, Geografia, História, Ciências etc. é, no mínimo, ser considerado um campo científico merecedor de crédito e pesquisa.” (ROMÃO, p.13, 2006).

A ideologia da agricultura convencional é, portanto, uma visão social de mundo que muitos agricultores trazem consigo ao aderirem ao MST. Mesmo que o movimento tenha todo um trabalho para desconstruir essa ideologia, agricultores que cresceram tendo essa forma de produção como referência, dificilmente se desfazem desses valores.

---

<sup>16</sup> Aprovada em 2000, após 8 anos de discussão, a carta da terra é um documento que resulta de um debate que envolveu mais de cem mil pessoas de 46 países, e que apresenta os caminhos para que a humanidade alcance a sustentabilidade no novo milênio. A ONU deverá dar ao documento o mesmo status da declaração universal dos direitos humanos (BOFF, 2012).

## 4.2 O CAMPESINATO COMO VISÃO SOCIAL DE MUNDO

Este tópico tem por objetivo apontar alguns elementos que nos permitem reconhecer o camponês como um sujeito capaz de se adaptar aos diferentes contextos, e não como um sujeito anacrônico que tende a desaparecer ou passar por um processo de mutação engendrado pelo mercado. Conforme Saquet (2014, p.129), “o campesinato efetiva-se como uma classe social que sobrevive em meio às contradições da expansão capitalista”. Portanto, para entender as relações sociais existentes no campo é fundamental passar pelo estudo sobre o campesinato.

Atualmente, novos debates permeiam a sociedade, dentre os quais podemos destacar a questão ambiental e o aumento da preocupação com um estilo de vida mais saudável, que inclui a alimentação. A agricultura industrial, praticada sob os moldes da Revolução Verde, terá cada vez mais dificuldade para atender a essa demanda, sendo necessário a busca de alternativas a essa forma de produção de alimentos. Nesse sentido, a agricultura camponesa reúne condições para protagonizar o fornecimento de alimentos com qualidade, e que atenda às novas demandas da sociedade (WELD, 2009). A agricultura camponesa é também a que tem mais condições de produzir alimentos com menos agressão ao meio ambiente (LEFF, 2010; ALTIERI, 2012).

### 4.2.1 O campesinato no Brasil

No Brasil, os diversos sujeitos que passaram a compor o espaço rural caracterizam-se por traços culturais distintos dos camponeses europeus da idade média sendo que aqui, o campesinato está mais para uma classe, do que para um estamento (MARTINS, 1981). A elite brasileira sempre relegou uma posição secundária para o campesinato, principalmente “quando comparado ao campesinato de outros países. Foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades” (WANDERLEY, 1996, p.8).

É esse “bloqueio”, feito pela elite agrária no Brasil, que historicamente obrigou o campesinato a se constituir enquanto classe, ao lutar contra a opressão sofrida. Para Martins:

O nosso campesinato é construído com a expansão capitalista, como

produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências ou tentativas de aliciamento, de acomodação e subordinação (MARTINS, 1981, p.16).

Esse caráter de classe do campesinato no Brasil, engendrado pelas lutas para resistir aos ataques da elite agrária, não descaracteriza sua essência, assentada no “modo de vida” (SHANIN, 2008). A combinação do isolamento nos sertões com o abandono por parte do Estado – alinhado historicamente aos interesses dos latifundiários – fez com que os camponeses no Brasil construíssem um modo de vida baseado na autonomia quase que total em relação ao mundo urbano. A precariedade da posse da terra, aliada à vasta extensão territorial brasileira, permitia a busca por novas terras sempre que o latifúndio expandia-se sobre o território camponês, foram elementos que contribuíram para o isolamento do campesinato nos sertões do Brasil (MARTINS, 1981; BRANDENBURG, 2010).

No interior do estado de São Paulo, por exemplo, o campesinato adaptou-se ao isolamento em relação ao meio urbano e passou a constituir um modo de vida quase independente. Os povoados eram raramente frequentados apenas para a compra dos poucos utensílios que não podiam ser produzidos pelos próprios camponeses. Resultado de uma mistura racial entre indígenas e os bandeirantes que fixaram moradia, esses sujeitos construíram povoados dispersos e adaptados à realidade local onde a religiosidade e a solidariedade atuaram como elemento de unidade. Mesmo com essa relativa homogeneidade com relação à ascendência, o traço característico desse grupo é o modo de ser e não o racial (CANDIDO, 2010). Esse campesinato, descrito como caipiras por Antonio Candido (2010), foi um grupo social que povoou, além do estado de São Paulo, o norte do Paraná, sul de Minas Gerais e partes de Goiás e Rio de Janeiro.

Se em São Paulo e regiões adjacentes de outros estados a expansão cafeeira expulsou os camponeses para cada vez mais longe, no Nordeste brasileiro, que iniciou a colonização sob o domínio do latifúndio da cana-de-açúcar, as terras que restaram aos camponeses eram aquelas castigadas pelo clima, as do sertão. Havia também trabalhadores que recebiam permissão dos latifundiários para cultivarem pequenas roças com culturas de subsistência nos meses em que não havia trabalho com a cana-de-açúcar. No sertão nordestino predominou, além das lavouras de subsistência, a criação de gado e o cultivo do algodão, atividades que não costumavam usar mão de obra escrava. Os sertanejos castigados pelo

clima nem sempre conseguiam viabilizar uma produção que os permitisse acessar mercados e conseguir renda (RISK, 2010).

No sul do Brasil, o governo procurou estimular a colonização a partir do incentivo da vinda de imigrantes europeus para ocuparem a região que se caracterizava por densidade demográfica muito baixa (FRITZ FILHO, 2009). Esses trabalhadores, conhecidos como colonos, também apresentaram características camponesas, “desenvolvendo uma identidade ligada à liberdade e ao trabalho árduo, conhecimento tradicional, amor à terra etc.” (SEYFERTH, 1992, n.p.). Embora os colonos de Santa Catarina, por terem ascendência europeia, organizem o trabalho de forma mais voltada para o mercado, nota-se mais uma vez que a autonomia e liberdade têm um peso significativo na formação cultural da população rural do Sul do Brasil; assim como a luta pela sobrevivência em regiões com pouco acesso a recursos externos à propriedade.

Porém, mesmo considerando que as formas da precariedade são diferenciadas, os camponeses tiveram, de uma maneira ou de outra, que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul. (WANDERLEY, 1996, p.9)

Além desses grupos, muitos outros compõem o campesinato no Brasil, como os caiçaras no litoral e os seringueiros na região amazônica. Mesmo com toda a diversidade, a unidade desses sujeitos fica evidente em momentos de conflito, quando se unem para enfrentar adversidades (MARTINS, 1981). As divergências quase sempre se associam aos latifundiários, com os quais sempre tiveram que disputar a terra “e conviver traumáticamente com as ameaças e ações efetivas de grileiros, jagunços e milícias para nela se manterem, nem sempre com resultados positivos.” (CARVALHO, 2016, p.165). Ao longo da história, foram muitos momentos de enfrentamento, como na revolta dos posseiros no sul do Brasil (ALVES, 2008); o caso dos seringueiros na região amazônica, liderados por Chico Mendes (Löwy, 2014) e as ligas camponesas no Nordeste (MARQUES, 2012), e atualmente a luta camponesa pela terra, encabeçada pelo MST.

#### 4.3 A AGROECOLOGIA COMO VISÃO SOCIAL DE MUNDO NO MST

A agricultura convencional, modelo dominante na atualidade, foi gestado no século XIX com a introdução de produtos químicos para promover a fertilização do solo em substituição às técnicas, como a rotação de culturas ou de humos (DANIEL, 2007) e, mais tarde, com a introdução do uso de inseticidas e da mecanização.

A expansão da agricultura convencional encontrou um argumento nobre em sua defesa: a eliminação da fome. Esse argumento, no entanto, desconsiderou o caráter político da distribuição de alimentos. O aumento da produção, por si, não garantiu necessariamente que os alimentos chegassem a todos, como nos casos em que a fome persiste mesmo em regiões que são grandes produtoras de alimentos<sup>17</sup>.

A produção agrícola alinhada com a cadeia do agronegócio também dificulta a diversificação da produção, uma vez que as técnicas foram desenvolvidas para o plantio em monoculturas. Desse modo, os pequenos produtores ao aderirem a esse modelo de agricultura, reduzem a variedade de alimentos produzidos, comprometendo a segurança alimentar da família.

A agroecologia, por sua vez, não impõe uma substituição de formas tradicionais de agricultura por práticas modernas, mas propõe uma resignificação do rural com a incorporação de questões ambientais (BRANDENBURG, 2010). Muitos críticos da agroecologia afirmam que esse modelo é menos produtivo, demandando a abertura de novas áreas de florestas para compensar a baixa produtividade. A eficiência da agroecologia, no entanto, caracteriza-se pela diversificação da produção, ao mesmo tempo em que procura integrar a vegetação nativa com baixa utilização de recursos naturais não renováveis. Tal atitude promove a redução de emissão dos gases de efeito estufa. Vários estudos têm demonstrado que a agroecologia pode ser mais produtiva que a agricultura convencional, mesmo utilizando poucos recursos externos à propriedade (WEID, 2009; ALTIERI, 2012). Para Brandenburg (2010, p.426) “se na modernidade a

---

<sup>17</sup> O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas, aponta que em 2016, no Mato Grosso do Sul, um dos maiores produtores de grãos do Brasil, houve um crescimento na morte de crianças indígenas menores de cinco anos, passando de 599 óbitos em 2015 para 735 óbitos em 2016. O documento aponta entre as principais causas das mortes "desnutrição proteico-calórica grave não", ou seja, falta de alimentação (CIMI, 2016, p.115).

tradição é seu oposto a ser ultrapassado e a natureza é objeto de controle, na modernidade avançada do rural em reconstrução, a natureza é parceira e parte integrante das relações sociais”. Segundo Altieri “as técnicas agroecológicas podem produzir altas colheitas de diversos cultivos e manter a fertilidade do solo, reduzindo a dependência do agricultor de insumos químicos de alto custo e de mercados instáveis” (2004, p.110).

A agroecologia, no entanto, exige uma quantidade de mão de obra muito maior que a produção convencional. A diversificação da produção é um complicador para a mecanização da produção, pois a maioria dos maquinários disponíveis no mercado é concebida para atender as necessidades da agricultura convencional. A demanda por trabalho, que caracteriza a agroecologia, é um fator que faz com que esse sistema de produção não se enquadre na agricultura capitalista, portanto, a agricultura familiar camponesa tem muito mais condições de desenvolvê-lo (WEID, 2009).

Para Saquet:

Nem toda agricultura camponesa é (agro)ecológica, mas as práticas (agro) ecológicas são camponesas, ou seja, não são empresariais, envolvendo conhecimentos, técnicas, tecnologias e princípios como a cooperação e a valorização do patrimônio ecológico e familiar bem como a organização política e luta num movimento de resistência à chamada Revolução Verde e à expansão do capital (SAQUET, 2014, p.132).

Os produtores agroecológicos, no entanto, têm de enfrentar não apenas os desafios da produção alternativa, mas também uma luta política para se afirmarem em um ambiente onde a forma de produzir já está alinhada com interesses específicos.

O MST entrou nesta política, sendo que hoje a agroecologia é uma das suas principais bandeiras, juntamente com a luta pela terra. Nas publicações e nos encontros promovidos pelo movimento, os debates em torno da produção ecológica encontram lugar privilegiado, sendo incentivada também nos acampamentos, entre os camponeses que estão à espera da terra. Nos assentamentos mais recentes, a agroecologia é adotada, parcial ou integralmente, como forma de produção para as famílias assentadas.

A agroecologia, no entanto, entrou na pauta do MST apenas no final da década de 1990. Até então, o movimento defendia uma agricultura produtivista como forma de desenvolver os assentamentos (BORGES, 2009).

A opção do MST pela agroecologia, tem um caráter político, além do produtivo, e estabelece uma resistência, não só em relação ao latifúndio, mas também em relação às empresas transnacionais que exercem um controle cada vez maior sobre a agricultura (SOUZA, 2017).

O discurso da agroecologia se estabeleceu no MST com mais ênfase a partir de sua inserção no movimento, o que incluiu uma rede maior de aliados políticos (Organizações não governamentais - ONG – associações e órgãos internacionais) e o acesso às políticas públicas governamentais com foco socioambiental (SOUZA, 2017, p.18).

Com a incorporação da agroecologia pelo MST, surge o desafio “de se construir um ideário de organização nos espaços conquistados para a reforma agrária” (SOUZA, 2017, p.95). Para viabilizar a implantação da agroecologia nos assentamentos, o movimento passou então a fomentar várias ações para promover a conscientização dos camponeses para esse sistema de produção.

Constituído em meados da década de 1980, o MST organizou-se num momento em que a conjuntura da agricultura no Brasil consolidava-se, com o processo de modernização (OLIVEIRA, 2016). No contexto da luta pela terra, o movimento enfrentou, já em seus primeiros anos, a reação de setores conservadores da agricultura, principalmente dos reunidos em torno da UDR (União Democrática Ruralista), que mantiveram milícias, além de pressão política para a defesa de seus interesses no Congresso.

Essas intensas ações por parte dos setores ligados ao latifúndio resultaram em várias conquistas que dificultaram a ampliação da reforma agrária. A constituição de 1988, sob a influência de representantes do latifúndio, ficou muito aquém das necessidades do campesinato no que se refere à democratização da terra. Além disso, a partir da década de 1990, durante o governo Collor, a reforma agrária foi paralisada. O MST precisou concentrar suas ações no desenvolvimento dos assentamentos já criados.

A dificuldade em avançar com a proposta da reforma agrária fez com que o MST concentrasse suas ações na esfera na produção. A cooperação foi a saída adotada para aumentar a produção nos assentamentos. Até os anos 1990 o movimento defendia o uso das técnicas da agricultura convencional para a produção. O saber camponês era considerado um empecilho, uma vez que não

estava voltado para a produção (BORGES, 2009). Portanto para o desenvolvimento de formas coletivas de produção, era preciso promover o fim das relações tradicionais de trabalho pois “o campesinato seria portador de 'vícios' que desarticulariam a forma de cooperação institucionalizada pelo MST” (BORGES, 2009, p. 100).

É nesse intuito que foram criadas as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), que valorizavam o trabalho coletivo, além de representarem um aprendizado, preparando o camponês para uma nova sociedade. Assim, as cooperativas priorizavam a adoção de técnicas modernas, as mesmas usadas nas grandes propriedades, bem como a racionalização do trabalho (FABRINI, 2002).

O trabalho organizado sob as bases da agricultura moderna também não trazia resultados satisfatórios sob o aspecto financeiro. Esse modelo de agricultura, concebido para a grande propriedade, tem como princípio a redução de mão de obra e a produção em grande escala, gerando um rendimento muito baixo para cada família.

Essa crise no modelo cooperativista, foi agravada pela política do governo FHC, que dificultou o acesso ao crédito por essas instituições, o que contribuiu para que as mesmas passassem a enfrentar problemas financeiros (FABRINI, 2002). Isso abriu a possibilidade para que a agroecologia ganhasse espaço no MST. Em 1995, o movimento passou a integrar a via campesina<sup>18</sup>, organização que surgiu como uma forte crítica ao modelo de agricultura dependente das empresas. Neste mesmo ano ocorreu o III Congresso Nacional do MST onde a agroecologia já era apontada como uma alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos.

A agroecologia, entretanto, ganhou cada vez mais espaço a partir dos problemas enfrentados pelo modelo cooperativista e pelas barreiras impostas pelo Estado, sendo que:

A partir de 2000, a agenda política do Movimento assumiu a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com esse paradigma de desenvolvimento rural conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de transição agroecológica,

---

<sup>18</sup> “A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade.” (Bernardo Mançano Fernandes). Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina>.

como principal caminho para a sustentabilidade. (BORGES, 2009, p. 113).

Assim, no IV Congresso Nacional do MST, realizado em 2000, a agroecologia assumiu o protagonismo na estratégia do movimento quando a sustentabilidade<sup>19</sup> passou a nortear seus princípios, juntamente como a luta pela terra. Essa mudança fez com que o saber camponês fosse resgatado “como condição não apenas de implementação da agroecologia, mas da própria reprodução social dos camponeses” (GUHUR, 2010, p. 146), tendo em vista que tal saber fora deixado em segundo plano pelas estratégias de desenvolvimento concebidas para os assentamentos.

O MST passou então a promover estratégias para disseminar o conhecimento sobre agroecologia, tanto entre os camponeses já assentados quanto entre os que estavam acampados à espera da terra (BORGES, 2009).

Após a mudança das estratégias para o desenvolvimento dos assentamentos rurais com a inclusão da sustentabilidade, o MST passou a fomentar o debate sobre a agroecologia. A partir de 2000, diversos eventos foram realizados sobre a temática da sustentabilidade e agroecologia:

Em 2003, no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Via Campesina lançou a campanha ‘As sementes são patrimônio da humanidade’, assumida com protagonismo pelo MST (LUZZI, 2007). O Movimento também passou a fazer parte da organização de vários eventos importantes: o Encontro Nacional de Agroecologia (realizado em 2002 e 2006), a Festa Nacional das Sementes Crioulas, em Anchieta-SC, realizada anualmente; a Jornada Paranaense de Agroecologia, realizada anualmente desde 2002, primeiro em Ponta Grossa-PR, e depois em Cascavel; o Congresso Brasileiro de Agroecologia (realizado anualmente, desde 2003), e o Congresso Latinoamericano de Agroecologia (com a primeira edição realizada na Colômbia, em 2007, e a segunda em Curitiba, em 2009). E passou a integrar a Articulação Nacional de Agroecologia –

---

<sup>19</sup> O IV Congresso Nacional do MST aprovou uma série de compromissos para serem observados nos assentamentos que afirmam a posição do movimento na direção da sustentabilidade:

1. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
2. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
3. Cuidar das nascentes dos rios, açudes e lagos.
4. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
5. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
6. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
7. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
8. Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade.
9. Lutar contra a privatização da água.
10. Praticar a solidariedade e rebelar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração, praticada contra a pessoa, a comunidade ou a natureza (KULESKA, 2008, p.304).

ANA, criada em 2002 (GUHUR, 2010, p. 143).

Também foram criadas diversas iniciativas de educação para promover a agroecologia entre assentados e acampados. Escolas e centros de formação ligados ao MST passaram a oferecer cursos sobre agroecologia e meio ambiente. No Paraná, diversas iniciativas promoveram a agroecologia por meio da educação.

Em 2001, a Escola José Gomes da Silva, localizada em São Miguel do Iguaçu- PR, ofereceu o Curso Prolongado em Agroecologia na modalidade não formal, com duração de 60 dias. Em 2002, foi fundada a Escola Milton Santos, em Maringá-PR que em 2003 passou a oferecer o curso Técnico Agropecuário com ênfase em agroecologia. Também neste mesmo ano, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) passou a oferecer cursos na área de agroecologia, no município de Cantagalo, região centro-sul do Paraná (GUHUR, 2010).

Em 2005, foi criada a Escola Latino-americana de Agroecologia no Assentamento Contestado, município da Lapa, região de Curitiba. A escola é resultado de uma parceria entre o MST e a Via Campesina com o governo do Paraná, no mandato do então governador Roberto Requião, e da Venezuela, na gestão do então presidente Hugo Chaves (GUHUR, 2010). A Escola Latino-Americana de Agroecologia passou a oferecer o curso de “Tecnologia em Agroecologia”, um dos primeiros na área de agroecologia em nível superior.

O curso superior oferecido pela Escola Latino-americana de Agroecologia é resultado de uma parceria com a Universidade Federal do Paraná – UFPR. Assim como no Paraná, o estabelecimento de parcerias com universidades brasileiras e estrangeiras foi uma alternativa para conseguir angariar bons profissionais para a formação nos cursos em escolas ligadas ao MST.

Todas essas iniciativas exerceram influência sobre os camponeses vinculados ao MST, sendo que experiências agroecológicas foram iniciadas em vários assentamentos criados a partir de 2000. Em Diamante do Oeste, no Paraná, o assentamento Ander Rodolfo Henrique, criado em 2003, foi palco de um projeto onde desde início do assentamento todas as famílias deveriam produzir de forma agroecológica (SOUZA, 2017).

A internalização da agroecologia, no entanto, é um processo complexo. Longe de permanecer estático ou mesmo de transformar-se radicalmente, o camponês sofre várias influências incorporadas em sua visão social de mundo.

Essas influências muitas vezes são contraditórias. Mesmo assim, atuam no sentido de construir visões de mundo que se materializam em determinadas maneiras de fazer agricultura.

O aparato ideológico em torno do modelo hegemônico de agricultura da atualidade foi intensificado a partir das décadas de 1960 e 1970 com a implantação de inúmeras mudanças que visavam modernizar o campo, mas que deixavam de fora os camponeses. Os agricultores foram persuadidos a aderirem às modernidades apresentadas como a melhor ou a única maneira de fazer agricultura. Os pequenos agricultores também se sentiram seduzidos por esse progresso, sem perceber que essa nova agricultura os excluía. Para Souza, (2017, p.111), “existe uma relação de fetichismo do agronegócio para com os assentados”.

A seguir, faremos uma análise das diferentes visões de mundo identificadas nas entrevistas realizadas com os agricultores do Assentamento Celso Furtado.

Os acampamentos constituem espaço privilegiado para a disseminação de informações. A proximidade entre as famílias e o contato constante com as lideranças, permite que as ideias do MST sejam divulgadas de forma muito mais eficiente do que nos assentamentos, onde a dispersão das moradias e a disponibilidade de tempo menor, devido ao trabalho na propriedade, dificultam a socialização de informações vindas do movimento. Nas entrevistas que realizamos para esta pesquisa, todos os entrevistados afirmaram que tiveram conhecimento da agroecologia no acampamento, sobretudo pela atuação dos representantes da ONG WWF, que desenvolvia um projeto no acampamento.

Nas entrevistas também foi possível notar uma postura de muito respeito com relação ao MST, maior do que para com qualquer outra instituição. Parece clara a convicção de que o desejo de conquista de um pedaço de terra só pôde ser materializado pela ação do Movimento. A agroecologia assume, neste caso, o caráter de uma dívida moral que o camponês tem com o movimento que lhe viabilizou a posse da terra (SOUZA, 2017).

## 5 VISÃO SOCIAL DE MUNDO DOS ASSENTADOS

*A chuva cai sobre a natureza e a planta cresce gerando a riqueza  
E o trabalhador luta com certeza,  
pra não faltar o pão sobre a nossa mesa  
A terra guarda a raiz da planta que gera o pão  
A madeira que dá o cabo da enxada e do violão  
(Oficina Nacional dos Músicos do MST)*

O estudo das visões de mundo dos assentados, tema deste trabalho, tem como foco a influência dos três elementos que detalhamos acima: a visão tradicional de agricultura, visão da agricultura convencional e a visão agroecológica. Obviamente, uma vez que estão inseridos na sociedade, os assentados são influenciados por diversos outros elementos que se refletem em seus valores, crenças, pontos de vista, ideias etc. Por isso, neste trabalho, ao privilegiarmos a reflexão com base na análise das três visões de mundo, não significa necessariamente que desprezaremos as demais influências.

O modo de vida urbano, por exemplo, com seu forte apelo para o consumo de variadas mercadorias é algo que chega ao campo, principalmente pelos meios de comunicação de massa e exige adequações dos agricultores que se influenciam por essa ideologia. O mundo do consumo traz uma série de produtos e serviços que foram concebidos para serem oferecidos à trabalhadores cuja renda é mensal (contas de luz, internet, telefone, prestações de lojas etc.) por isso os agricultores, cuja renda na maioria dos casos é sazonal, têm dificuldades para acessar esses itens. Na pesquisa de campo, muitos entrevistados relataram que optaram pela pecuária leiteira justamente pelo fato desta atividade proporcionar uma renda mensal, conforme fala de um dos entrevistados, que deixou de produzir orgânicos para produzir leite:

A minha renda agora tá a maioria no leite. É a saída né, que o povo achou pra entrar um retorno que entra todo mês. Por isso que a gente começa e com esse negócio... por exemplo, de luz. É uma coisa boa, mas é uma coisa que todo mês o tem que ter o dinheiro pra pagar senão complica. Então o leite dá trabalho né, mas possibilita um dinheirinho todo mês. (EDSON, Comunidade Palmital, 2016)

Muitos entrevistados nunca haviam trabalhado com leite antes de serem assentados, mas viram nesta atividade uma possibilidade de uma renda mais segura por conta da regularidade.

Mesmo que tenham que levar em consideração as necessidades de consumo que a sociedade atual impõe, ainda é possível notar uma presença muito significativa dos três elementos que elegemos para analisar o perfil dos indivíduos que iremos pesquisar.

## 5.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Explorar as práticas dos agricultores assentados para chegar aos tipos existentes é uma tarefa desafiadora, pois os sujeitos estão inseridos em uma teia de elementos que atuam sobre sua conduta.

Inicialmente, procuramos entender quais elementos contribuíram para a prática agroecológica, haja visto que há um conjunto de fatores que atuam para que os agricultores não façam esta escolha.

Na pesquisa de campo identificamos basicamente quatro perfis de agricultores: agroecológicos; em transição para a agroecologia; os que deixaram de ser agroecológicos e os convencionais. Este último, devido ao recorte analítico que fizemos, não constitui objeto desta pesquisa.

Inicialmente uma das perguntas deste trabalho era por que tantos assentados deixaram de ser agroecológicos. Ao longo da pesquisa, porém, fomos nos convencendo que a pergunta mais adequada seria: por que alguns ainda continuam? Percebe-se que vários fatores, tanto práticos quanto simbólicos, contribuem para que todos adotem a produção convencional. O fato da agricultura convencional já fazer parte do cotidiano dos sujeitos da agricultura, faz com que muitos simplesmente não consigam conceber outra forma de produzir. Ao se depararem com formas alternativas de agricultura, mesmo que inconscientemente, acabam expressando falas que desmotivam aqueles que tentam produzir desta maneira.

Na verdade, dos produtor que tem soja no lote eu vou dizer que não tem 10% que planta, a maioria é arrendado. Os caras planta porque não querem trabalhar, não é que não querem trabalhar, eles acham que aquilo dali (diversificação, produção orgânica) não compensa né. Olha, um vizinho ali, ele planta soja, esse é ele mesmo que planta, ele veio aqui, eu

tava plantando esse maracujá, ele falou assim “você é besta, vai caçar serviço, o trabalhão que isso vai dar pra você. Larga mão disso! ” Daí eu falei assim, “mas homem do céu, eu gosto” (CARLOS, Comunidade 10 de maio, 2017).

Mesmo assim, os fatores práticos ainda constituem o maior obstáculo para a produção agroecológica. A transição para esse tipo de manejo não se limita apenas a guardar o pulverizador de agrotóxicos, mas demanda uma transformação estrutural no fazer agricultura, e para isso é necessário a transformação de uma série de elementos.

As entrevistas para este trabalho foram realizadas entre 2017 e 2018, e foram feitas nas residências dos entrevistados. Todos os entrevistados são homens com idade variando entre 29 e 61 anos de idade, e escolaridade entre 4ª série primária e superior completo. Ressaltamos que algumas entrevistas foram feitas com a participação das esposas, mesmo que de forma parcial, pois muitas entrevistas foram realizadas pela manhã, horário em que as mulheres geralmente estavam ocupadas com o preparo do almoço. O perfil dos entrevistados que escolhemos para analisar neste trabalho é o seguinte:

Antônio, tem 56 anos, é católico e estudou até a 4ª série primária. É natural de Chopinzinho-PR. Tem dois filhos solteiros, mas atualmente nenhum mora com ele, estão empregados em cidades vizinhas. É produtor agroecológico desde a criação do assentamento e atualmente produz frutas. Sempre morou na roça, sendo que o pai possuía 10 alqueires o que era insuficiente para o sustento dos 6 filhos, à medida que estes iam se casando e constituindo novas famílias. Participou da ocupação da fazenda da Araupel e Quedas do Iguaçu, sendo uma das famílias contempladas com o lote.

Bernardo, tem 61, é católico estudou até a 8ª série do ensino fundamental. É natural de Palmeira-PR. Tem três filhos, todos casados, vive no lote apenas com a esposa. Sempre morou na roça, sendo que a família possuía terra, mas a mãe acabou se desfazendo da propriedade após seu pai passar por problemas de saúde. Depois de casado trabalhou como empreiteiro, meeiro, diarista e boia-fria, até entrar no MST. Milita no MST desde 1993 e, em 1996 foi assentado em Goixim-PR. Em 2013 trocou o lote onde foi assentado por outro no assentamento Celsofurtado e desde então tenta produzir de forma agroecológica. Embora a troca de lotes seja uma prática legal, ele ainda não conseguiu regularizar a documentação, o

que o impede de conseguir financiamento.

Carlos tem 29 anos é evangélico e possui o ensino médio completo. Nasceu no São Jerônimo da Serra-PR, mas passou boa parte da infância no Paraguai, para onde a família havia imigrado para conseguir melhores condições de vida. Diante da instabilidade daquele país, a família resolveu voltar para o Brasil, onde ingressou no MST para conseguir terra. Carlos ainda era adolescente quando os pais e os irmãos conseguiram um lote. Hoje, já casado e com um bebê, ele é quem cuida do lote dos pais, já idosos, adotando desde então práticas agroecológicas hoje produz frutas, legumes, verduras e café.

Daniel tem 40 anos, é natural de Rodeio Bonito-RS. É católico e possui o ensino superior completo. É casado e pai de duas filhas (uma de 9 e a outra de 15 anos). Seu pai ingressou no MST nos anos 1980 e atualmente é assentado Estado do Rio Grande do Sul. Já trabalhou como técnico agrícola, mas atualmente dedica-se apenas pecuária leiteira no sistema PRV<sup>20</sup>, sendo que é ele quem administra o lote do irmão, cuja família é titular do imóvel, mas trabalha em um colégio no próprio assentamento.

Para a análise neste trabalho, escolhemos também dois agricultores em transição para agroecologia cujo primeiro é Hélio, que tem 62 anos, natural de Chopinzinho-PR, casado e tem cinco filhos, mas atualmente apenas o mais novo, de 17 anos, mora com ele. Hélio estudou até a 6ª série, é católico e também é de uma família de agricultores. Sua principal ocupação antes de ser assentado era de empreiteiro, mas teve vários outros trabalhos. Foi assentado em 1996 em Rio Bonito do Iguaçu e 2006 veio para o assentamento Celso Furtado, após trocar o lote. Desde que chegou em Quedas do Iguaçu a principal atividade de seu lote foi a pecuária leiteira, tendo migrado para o plantio de soja no último ano, após se aposentar. Mantém em uma pequena parte do lote uma produção orgânica.

Outro agricultor em transição é Geovane, 47 anos, católico. É casado, natural de três Barras do Paraná, sendo único dos entrevistados que não militou no MST. Seu lote foi adquirido de um assentado, que enfrentou dificuldades financeiras após alguns anos arrendando a terra. A maior parte do seu lote é ocupada com

---

<sup>20</sup> O sistema PRV (Pastoreio Racional Voisin) é uma técnica de manejo de pastagem desenvolvida pelo francês André Voisin e que tem como princípio a adoção de técnicas que possibilitem a regeneração mais rápida da pastagem, através da divisão em piquetes. No Brasil, um dos maiores especialistas neste sistema é o professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/ibs-ass>.

soja e pastagem. Também produz legumes, verduras e frutas em uma área perto de casa que, apesar de pequena possui uma produção bastante variada.

E por fim descrevemos o perfil dos dois assentados que deixaram de produzir agroecológicos:

Edson é casado, católico, tem 57 anos e sua esposa 50 anos. São naturais de Capanema-PR e sempre moraram na roça. Participaram do acampamento que deu origem ao assentamento Celso Furtado, sendo uma das famílias contempladas com o lote. O casal tem três filhos, que moram na cidade, em outros municípios. Um neto de 10 anos mora com eles. Tanto Edson quanto sua esposa estudaram até 4ª série do ensino fundamental.

Fábio, é casado, tem 55 anos e sua esposa 52 anos. São naturais de Capitão Leônidas Marques-PR e sempre moraram na roça. Ingressaram no MST no início dos anos 1990, intercalando períodos em acampamentos e outros desenvolvendo outras atividades. O casal tem três filhos, mas todos moram na cidade, em municípios vizinhos. Os dois estudaram até a 8ª série do ensino fundamental.

### **5.1.1 Os produtores agroecológicos.**

O preço diferenciado dos produtos orgânicos certamente é um elemento motivador para a produção agroecológica, todavia as dificuldades de manejo e a burocracia para a certificação e comercialização nem sempre compensam os valores adicionais que o selo orgânico agrega. É necessária uma motivação maior que a financeira para aderir à agroecologia.

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que os produtores agroecológicos valorizam muito a questão ambiental, e adotam o respeito à natureza como condição para o desenvolvimento de suas atividades. Também demonstram preocupação com a saúde que os alimentos sem agrotóxicos proporcionam.

Como é fica as futuras gerações que virão? Que futuro nós queremos deixar para eles? Não podemos deixar alimentos contaminados, veneno. Igual fala dos transgênicos, o que que é o transgênico? É veneno!! Nada mais é do que veneno! Nós temos que colocar na cabeça dessas pessoas [assentados] que nós não podemos comer veneno. Tem que oferecer pras crianças dos outros aquilo que eu ofereço pras minhas crianças, e o que eu como também. Tem que ter essa consciência (BERNARDO,

Comunidade Três Caícos, 2016).

Figura 8 - Lote agroecológico entre lotes com produção convencional



Fonte: Monteiro, 2017.

Nesta fala, aparecem motivações que são fundamentais para a persistência na atividade, uma vez que as limitações para acessar os mercados constituem um obstáculo para os produtores não familiarizados com as particularidades que a comercialização desse tipo de produto exige. A relação com o MST também contribuiu para a assimilação de valores ambientais, como expresso nas falas abaixo, onde eles respondem por que optaram por esse tipo de produção:

Na verdade, a gente trabalhou na época de acampamento... a gente teve oficinas sobre meio ambiente com o pessoal IAP. Daí a gente sempre se interessou em... cuidar né. Cuidar da terra. Como se diz, é cuidando da terra que se protege o planeta. Cuidando da água que se protege o meio ambiente, que se protege a natureza. (BERNARDO, Comunidade Três Caícos, 2016).

Primeiro, saúde, um alimento mais saudável. E pra preservar, pra ver a natureza como amiga e não como inimiga. Vimos o preço só que mais a alimentação mais saudável, sobre a saúde. Esperamos que um dia seja um trabalho mais reconhecido, mas até aqui a gente tá sendo teimoso. (ANTONIO, Comunidade Palmital, 2016).

Nessas falas, é possível notar uma proximidade com o texto da Carta da Terra (BOFF, 2012), onde aparece várias vezes, os verbos “proteger” e “cuidar” (considerando também seus derivados), assim como nos relatos acima. Os

acampamentos do MST são locais propícios para a disseminação desse tipo de conhecimento. Os grupos sociais, para Mannheim (1976), constituem espaços privilegiados para o surgimento de formas de pensamentos determinantes no agir dos sujeitos. Para o autor, as “pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação” (MANNHEIM, 1976, p. 32).

Se os valores ambientais são elementos motivadores para a produção agroecológica, o apoio do poder público, muito aquém das necessidades desses produtores, constitui-se como um percalço para a viabilização das atividades dos produtores agroecológicos. A falta de conhecimento sobre a agroecologia por parte dos gestores reflete na pouca disposição desses sujeitos para fomentar esta produção.

Quando a gente entrou aqui eu achei que ia dar pé, só que faltou apoio. Em termos, assim, de acompanhamento de técnico, tava o pessoal da WWF, vinha o pessoal do CEAGRO também fazer uma conversa com a gente. Veio o pessoal da ECOVIDA também, quase que cansemo de tanto fazer reunião né, pra gente pegar a certificação [...]. Esbarremos no prefeito que ele tinha que dar o “sim” por causa água, e ele não deu. Enrolou e não deu. (ANTONIO, Comunidade Palmital, 2016)

Esta entrevista exemplifica a sensação dos produtores agroecológicos de que eles enfrentam muito mais dificuldades do que os demais assentados, pela falta de reconhecimento para a produção agroecológica.

A compra de alimentos orgânicos para a merenda escolar, prevista em lei, também é um exemplo de como as ações do poder público ficam aquém de suas potenciais contribuições para o aumento da produção agroecológica e orgânica.

Mesmo após a liberação das compras, as exigências feitas pela Secretaria de Educação, muitas vezes ficam em desconformidade com a realidade da agricultura:

Aqui a nutricionista faz um balanceamento da dieta de acordo com o que o corpo de uma criança precisa, é aquilo e pronto. Não leva em consideração épocas de produção. Ela não leva em consideração que no final do ano nós não consegue produzir fruta. Setembro, quem que tem fruta? Eu já tive numa reunião com uma nutricionista e os produtor falou “tem que ver que a gente não consegue produzir” e ela falou assim: “você não conseguem produzir, mas as crianças precisam de comer. Então se você não produz a gente vai pegar do mercado” (...). Olha o que eles

exigiram agora: hortaliças, têm que ser colhida no dia e tem que ser entregada no dia. Aí você soma quantas escolas tem. Aí até chegar na associação né, até ele colher, chegar na associação, a associação separar, levar em todas as escolas. (CARLOS, Comunidade 10 de maio, 2017)

Essas exigências estão em descompasso com a legislação sobre a alimentação escolar<sup>21</sup>, pois ao levar em conta apenas as necessidades nutricionais das crianças em detrimento da viabilidade prática dos agricultores em atender essa demanda, as exigências da Secretaria de Educação representam obstáculos para a produção familiar, sobretudo para os agroecológicos, que são os mais afetados pelas determinações dessa instituição. Para Mannheim (1976, p.82), “o caráter e a situação de vida específicos do sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações”. Assim, a forma de agir socialmente, expressa na fala da profissional de nutrição da prefeitura, dão pistas de que ela possui uma visão de mundo que concebe a natureza como algo que deve ser dominado e colocado a serviço das pessoas.

A distância do Assentamento Celso Furtado dos centros de formação do MST, também constitui um entrave para o acesso a informações que poderiam contribuir com a superação das dificuldades da produção agroecológica. Desta forma, se o assentado optar por se deslocar até os centros de formação, ele precisa deixar o trabalho na propriedade durante os dias em que está fora, o que nem sempre é viável. Sendo assim, muitas vezes o conhecimento para a produção agroecológica fica restrito às formações feitas durante o período de acampamento, sendo que neste caso as dificuldades que vão surgindo na prática, acabam tendo que ser resolvidas intuitivamente, ou com a troca de informações entre os próprios agricultores. Alguns produtores agroecológicos conseguem criar uma rede de contatos maior, pelo fato de acessarem a internet por exemplo, que é uma ferramenta utilizada por esses produtores, tanto para buscarem soluções para

---

<sup>21</sup> A resolução nº 26 de 17 de Junho de 2013, do fundo de desenvolvimento da educação, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, deixa claro no seu art. 2º, inciso V, que a alimentação escolar tem como uma de suas diretrizes: "o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos". Já o Art. 14 da mesma resolução, orienta que a quanto à oferta de alimentos nas escolas, os cardápios devem "pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada." Fonte: [www.fnnde.gov.br](http://www.fnnde.gov.br).

alguma dificuldade com relação ao manejo, quanto para se comunicarem. O uso de redes sociais para trocar informações com demais produtores agroecológicos de várias localidades, facilita a solução de problemas práticos que surgem ao longo do manejo agroecológico.

Apesar do conhecimento que a gente tem acumulado e da experiência de trabalho e da possibilidade que a gente teve, de estudar, e tal né, eu dificilmente eu tomo uma decisão sem ouvir uma segunda opinião né. Então ali é o grupo de amigo né. Que nem, eu tenho um amigo meu que é veterinário, e mora lá no Rio Grande do Sul, a mil e poucos quilômetros daqui ele produz leite então nós estamos toda a semana trocando ideia, então ele tem um problema lá ele socializa comigo, eu tenho um aqui eu socializo com ele uma coisa boa que a gente faz né. (DANIEL, Comunidade 10 de maio, 2018).

Além da internet, a rede de contatos também contribui para superar as poucas oportunidades e capacitação para aperfeiçoar a produção agroecológica existentes na região. Esses contatos viabilizam por exemplo que suas propriedades possam ser incluídas nas poucas ocasiões em há alguma atividade de aperfeiçoamento no assentamento, como dias de campo.

Esses contatos também viabilizaram, por exemplo, que a produção de café de um produtor agroecológico passasse de uma pequena produção, para atender ao consumo da família, para uma atividade que hoje representa cerca de 40% da renda da propriedade. A partir do processamento diferenciado do café, com fermentações especiais, o produtor consegue um preço diferenciado pelo produto, tendo inclusive fornecido para bares *gourmet* de Curitiba

Figura 9 – Dia de Campo no Assentamento Celso Furtado



Fonte: Ferreira, 2017.

Ainda como soluções viabilizadas pelas redes de contatos, podemos citar a adaptação de uma estufa, construída para a produção de hortaliças, para fazer a secagem do café, aproveitando a estrutura em uma época que seria pouco utilizada. Outro assentado resolveu as necessidades de água, fator importante para produção leiteira, construindo uma cisterna com capacidade de cerca de 20 mil litros e que é abastecida com água da chuva, captada do telhado de sua residência. Cabe lembrar que estas soluções são feitas com recursos dos próprios produtores, pois eles dificilmente acessam ações do Estado para apoiar suas atividades, como linhas de crédito especiais, por exemplo. Para Brandenburg (2010, p. 426), o rural ecologizado “não constitui um projeto do Estado ou de políticas governamentais, ou seja, o projeto de um rural ecologizado não é oriundo do sistema (Estado e mercado), como é o projeto de um rural modernizado.”

Considerando que a maioria desses agricultores nasceram antes da consolidação do processo de modernização da agricultura no Brasil, engendrado pelo governo civil-militar, é bem provável que tenham crescido vivenciando uma agricultura que não utilizava práticas modernas, como o alto uso de insumos industrializados. Isso certamente contribui para que práticas ecológicas de agricultura remetam a formas de agricultura que já foram vivenciadas por eles no passado, pois “embora o rural tenha se transformado com a modernização da sociedade, não se pode falar generalizadamente, nas condições brasileiras, de um rural totalmente modernizado, a exemplo dos países modernos avançados” (BRANDENBURG, 2010, p.423).

A influência da visão de mundo da agricultura tradicional também se reflete na relação com a terra, vista não como uma mercadoria, mas sobretudo como um local de reprodução social. A terra tem uma importância tão grande para o camponês, que chega a motivá-lo para enfrentar latifundiários e os aparelhos de repressão da sociedade, principalmente aqueles protagonizados pelo Estado. Destacamos essa relação com a terra nas falas abaixo:

Pessoas falam que tenho que vender esse lote e comprar um melhor de trabalhar. Eu não digo que não vendo, mas enquanto eu tiver força pra trabalhar... isso daqui, a gente conquistou esse lote foi para vender? Não! A gente conquistou isso aqui! Agora eu não digo se a gente tiver um problema de saúde... (ANTONIO, Comunidade Palmital, 2016).

Fizeram [a terra] virar capital. A terra não é capital, a terra é fator de produção. Faz mais de 20 anos que eu sou assentado e eu nunca pensei de vender. Fica pros filhos. Eu sou contra a venda. (BERNARDO, Comunidade Três Secos, 2016)

Nota-se nas duas falas a importância atribuída à terra, que no primeiro depoimento é justificada pela conquista através da luta, enquanto que no segundo é possível perceber um tom mais político, principalmente quando é citado o fato da terra ser considerada capital, discurso muito consoante com o do MST.

A longa relação com o processo de luta pela terra também contribui para que os valores socioambientais pregados pelo MST sejam assimilados. Tanto Carlos quanto Daniel têm ligações com o MST que remontam desde a infância, sendo que ambos se inseriram na luta pela terra através dos pais, quando ainda eram crianças.

Carlos nasceu no Norte do Paraná, em uma época em que a cultura do café, tradicional naquela região, já se encontrava em declínio, o que obrigou a família, que se dedicava a esta atividade, a deslocar-se para outras regiões em busca de melhores condições para produzir. Nesse processo, sua família acabou chegando ao Paraguai, onde enfrentou dificuldades para exercer a agricultura diante da instabilidade política pela qual aquele país passava.

Assim, sua família retornou ao Brasil onde passaram a lutar por terra, nos acampamentos do MST, sendo que com a criação do Assentamento Celso Furtado, seus pais e seus irmãos foram contemplados com lotes. Carlos ainda era adolescente, sendo que hoje, já casado, ele é quem administra a propriedade dos pais, pois o atual estado de saúde de seu pai não o permite.

Daniel também começou cedo sua relação com a luta pela terra. Em 1987, seu pai juntou-se aos camponeses que, organizados no MST, lutavam por reforma agrária no Rio Grande do Sul. Em 1990 a família de Daniel, que era da região Norte do Rio Grande do Sul, foi contemplada com um lote no município de Candiota, sul do estado, onde mesmo após assentado seu pai continuou a militar ativamente nas ações do movimento, como na cooperativa de sementes orgânicas, onde foi dirigente por vários anos.

Daniel estudou em uma das primeiras escolas do MST, localizada no município de Braga-RS, que na época era organizada em parceria com outras entidades, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Essa escola oferecia formação técnica e profissional concomitante com o ensino fundamental e médio, onde já havia disciplinas voltas para técnicas alternativas de agricultura, possibilitando que ele tivesse contato com princípios da agroecologia já na

adolescência.

Nos primeiros anos do assentamento Celso Furtado, Daniel trabalhou como técnico do CEAGRO, fornecendo assistência técnica para as famílias assentadas. Com o fim do contrato que a entidade tinha como INCRA, ele passou a dedicar-se apenas à pecuária leiteira.

Na biografia desses dois últimos produtores é possível notar que eles tiveram um contato precoce com o MST, fato que certamente contribuiu para que muitas ideias do movimento fossem incorporadas a visão social de mundo deles. É possível que isso justifique o fato da agroecologia aparecer em suas falas de modo bastante natural, sem grandes necessidades de justificativas ou de críticas aos modelos convencionais de produção. Os relatos mencionam algumas dificuldades que enfrentam, como a falta de recursos para investimentos na produção, ou mesmo dos planos para aumentarem a diversificação da produção, mas sempre dentro da matriz agroecológica.

Eu tenho plano de fazer assim cultivo de uns 300 pés de uva, pra ter uma uva pra fazer um vinho, e que tendo assim pro consumo pro consumo, a gente acaba vendendo né no mercado né. Eu gosto de ver o cultivo da uva. Por isso que eu tenho um grande apego (DANIEL, Comunidade 10 de maio, 2018).

É possível que alguns traços da cultura camponesa ajudem superar a falta de apoio do poder público. Identificamos estes traços nas práticas de solidariedade, como a troca de dias de serviço, e na disposição para produzir os alimentos para o autoconsumo. Daniel lembra que a solidariedade foi fundamental para que a família superasse as dificuldades nos primeiros anos de assentada:

[...] daquela época de 20 ou 30 anos atrás tinha muitos hábitos que hoje não tem né. Então essa coisa da novena, do mutirão isso tinha muito. Essa coisa de ir se visitar tinha muito né eu me lembro o povo no fim de semana era uma movimentação né, de gente a pé indo se deslocar um pra casa do outro e coisa e tal né. E hoje já não né (DANIEL, Comunidade 10 de maio, 2018).

Já Carlos, como citado acima, reside no lote dos pais, sendo que seu pai está com 88 anos, e até pouco tempo era quem administrava o lote, com práticas predominantemente tradicionais, e que agora são complementadas com técnicas agroecológicas.

### **5.1.2 Assentados que deixaram de ser agroecológicos**

Há um conjunto de elementos que contribuem para que a agricultura praticada no Brasil obedeça aos critérios do mercado. Como já foi explanado alhures, vários setores atuaram para que o modelo de agricultura convencional se destacasse como única forma de produção. Neste processo, destacamos a atuação do Estado que, como responsável pela elaboração e execução de políticas públicas, se mostra praticamente inerte frente às necessidades camponesas. Isso pode ser verificado, por exemplo, na morosidade com que o Estado atende as demandas dos camponeses com relação à reforma agrária, que só é realizada após muita pressão dos movimentos sociais.

Neste tópico, abordaremos o caso dos assentados que desistiram da agroecologia, que denominaremos de “ex-agroecológicos”. Como já citamos acima, na criação do Assentamento Celso Furtado foram criadas duas comunidades dedicadas a produção de orgânicos: a comunidade dos orgânicos e a comunidade Palmital. Na pesquisa de campo focamos na comunidade Palmital, sendo que na comunidade dos orgânicos entrevistamos apenas lideranças.

Quando perguntados sobre o motivo de terem iniciado o plantio de orgânicos tanto os entrevistados, selecionados para análise quanto os demais entrevistado que deixaram a produção de orgânicos responderam que tal opção já veio do acampamento. Considerando que o período de acampamento até a criação do Assentamento Celso Furtado foi de 1999 até 2005, esse período coincidiu com os primeiros anos em que o MST direcionou sua orientação quanto à matriz produtiva nos assentamentos para a agroecologia, fato consagrado a partir do IV Congresso Nacional do Movimento realizado em 2000 (BORGES, 2007). Pelo menos nos casos dos acampamentos que deram origem ao Assentamento Celso Furtado, é possível afirmar que a agroecologia chegou mais como um discurso político do que como um projeto viável para que os camponeses desenvolvessem autonomia.

A formação de sujeitos dispostos a aderirem a práticas agroecológicas é algo difícil de ser concretizado apenas com alguns cursos de formação, como foi o caso dos acampamentos que precederam a criação do Assentamento Celso Furtado. No processo de convencimento, de acordo com Boza *et al* (2011), foi anunciado que aqueles que aderissem à agroecologia teriam prioridade para serem assentados, bem como teriam apoio para a produção e receberiam preços

diferenciados pelos produtos orgânicos.

Expressões como "falta de apoio" ou "falta de incentivo" é recorrente nas entrevistas, o que dá a entender que os assentados esperavam uma ajuda maior do que receberam. Pela queixa quanto aos preços, também é possível inferir que se esperava uma vantagem em relação aos preços dos produtos convencionais que acabou não se concretizando. Após pesquisa no Assentamento Celso Furtado, Boza *et al* (2011, p.3), afirmam que nos assentados “foi plantada a ideia de que os produtos orgânicos têm preços diferenciados no mercado e que seria uma alternativa com maior viabilidade econômica”. Na pesquisa de campo, ouvimos relatos de agricultores que esperavam receber o dobro do preço em relação aos produtos convencionais.

A atuação da ONG WWF foi fundamental para a disseminação do cultivo de orgânicos no assentamento: “quando tinha a ‘WF’ eles incentivavam bastante, mas daí eles foram embora daí foi tudo desacorçoando, daí paremo com os orgânicos” (ANA, (esposa de Fábio), Comunidade Palmital, 2017). Mas no geral, os relatos dos assentados deixam transparecer que a entidade tinha uma visão mais preservacionista do que social. Uma das propostas dos técnicos da ONG era que os assentados optassem pela agrofloresta, com cultivo de frutas consorciado com árvores nativas:

Mas daí o WWF tinha uma proposta que não... não conseguiu também, a... a intenção do WWF era não mexer em nada na mata. Era pra fazer plantio de fruta. Agrofloresta consorciada com a mata nativa. Mas nós não tinha outro recurso, nós tivemos vários seminários... (EDSON, Comunidade Palmital, 2016).

ENTREVISTADOR: Mas as frutas demoram anos pra produzir.

Isso! A minha proposta... qual é a ajuda? Porque veio gente lá de Curitiba, Brasília de Goiás, lá nesses seminários daí eu questioneei: nesses três anos que demora pra nós conseguir tirar as primeiras frutas, nós vamos viver do quê? Daí deixei eles sem resposta. Então é uma coisa que funciona se tiver oportunidade (EDSON, Comunidade Palmital, 2016).

As falas demonstram que a ONG fez um trabalho de convencimento dos assentados para produzirem orgânicos, ainda no tempo do acampamento, mas houve muitas falhas na implantação dessas ações na prática. A possibilidade de preços diferenciados para os produtos orgânicos foi usada como persuasão para convencimento dos camponeses, em detrimento da conscientização ambiental, por exemplo.

Boff (2012, p.155), afirma que a educação para a sustentabilidade deve ter como princípio o resgate dos “direitos do coração, os afetos e razão sensível e cordial que foram relegados pelo modelo racionalista da Modernidade”. As entrevistas dão pistas de que o processo de convencimento dos camponeses para que se tornassem produtores de orgânicos apelou justamente para o lado racional, representado na possibilidade de resultados financeiros superiores aos dos produtores convencionais.

Não conseguia assim, o preço como se fosse orgânico mesmo, daí tanto faz né? Se tu ponha veneno ou não o preço é um só.... (BEATRIZ (Esposa de EDSON), Comunidade Palmital, 2016).

E também é o mesmo preço do convencional, nunca tivemos nada de apoio. Aí foi acabando daí teve umas famílias que venderam o lote também, daí foi entrando com máquina, veneno tudo também. (FÁBIO, Comunidade Palmital, 2016).

A entrada da agricultura convencional na comunidade de orgânicos acentuou o contraste entre as duas formas de agricultura, influenciando para que os produtores agroecológicos sucumbissem aos signos da agricultura de alta produtividade.

De fato, o homem do campo é o tempo todo bombardeado com promessas de altos ganhos e redução de trabalho, tanto pelos meios de comunicação, como pelas pessoas a sua volta. A sociedade capitalista não se especializou apenas em produzir mercadorias, mas também em produzir ideologias onde o individualismo e o consumismo prevalecem sobre o coletivo:

Os tipos humanos, que a sociedade burguesa produz, forma e deforma, têm impressas, em si, na mente e no corpo, a marca do fetichismo da mercadoria. A individualidade de classe, na medida em que é a negação da individualidade pessoal, tensiona ao limite de sua própria negação, a subjetividade humana (ALVES, 2010, p.14-15).

O fetichismo da agricultura convencional se expressa principalmente na redução de trabalho e possibilidade de altos ganhos através da mecanização, enquanto que a produção orgânica é associada a uma atividade mais laboriosa e menos rentável. Esse fetichismo da agricultura moderna ficou explícito no fato dos agricultores entrevistados terem optado justamente pelos mesmos produtos que são tradicionalmente cultivados pela agricultura capitalista: soja, milho etc.

Figura 10 - Plantio de milho orgânico na comunidade Palmital



Fonte: Trabalho de Campo. Ferreira, 2017.

Para o cultivo da soja, por exemplo, foi necessário um esforço muito grande para conseguir controlar o ataque de insetos, e após a colheita o produto tinha que ser transportado até o comprador, em Capanema-PR, o que aumentava os custos. Para os pequenos produtores, entrar no jogo do mercado, pode ser muito perigoso, pois as regras não os favorece. A não observância desse detalhe cobrou seu preço dos assentados, que faziam a gestão do cultivo de forma intuitiva, sem um planejamento de custos e pesquisa de mercado para decidir qual produto era mais vantajoso com relação a produção, custos e mercado etc.

### 5.1.3 Assentados em transição agroecológica

Os dois agricultores desse grupo, que selecionamos para analisar as entrevistas, têm a produção em fase transição cultivada em apenas uma pequena parte do lote e não dependem totalmente da renda proveniente dos produtos cultivados nesta área. Ambos cultivam soja convencional, sua principal fonte de renda, e têm uma área de pastagem onde criam bovinos, além do espaço de cerca

de um hectare<sup>22</sup> onde há a diversificação.

Ao mesmo tempo em que a soja proporciona a maior parte da renda desses produtores, o tempo livre proporcionado pelo cultivo desta cultura possibilita o desenvolvimento de outras atividades, sem maiores preocupações com os riscos dos quais o plantio de verduras e legumes está sujeito, como no caso do produtor Geovane, que em duas ocasiões em 2017 teve grande parte da produção perdida, por geada e pelo vento, que destruiu parcialmente sua estufa, onde cultivava pepinos.

Já Hélio não possui fonte de água suficiente para irrigar sua produção, fato que o faz optar pelo plantio de culturas que, segundo ele, não dependem de irrigação, como pipoca, batata doce e mandioca. Mesmo assim ele fica sujeito às regulares pluviométricas para que possa produzir.

Nota-se que a parte da propriedade dedicada a diversificação, além de ser a que tem os maiores riscos é também a que exige o maior tempo de trabalho. Todavia, em nenhum momento das entrevistas houve queixa quanto a este trabalho, mesmo que a área em transição tenha ocupado a maior parte das falas nas entrevistas. A diversificação foi um tema mencionado pelos dois entrevistados, mesmo que o entrevistador não tenha feito perguntas direcionadas a este ponto:

[...] eu mexo com meio de tudo, eu planto melancia eu planto feijão de vagem planto abobrinha, batata (GEOVANE, Comunidade Renascer, 2017).

Temo pipoca, temo feijão, temo mandioca, temo arroz, temo abobrinha, temo melancia, temo melão há rúcula, essas coisarada. Tudo nesse pedacinho (HÉLIO, Comunidade Renascer, 2017).

Os dois entrevistados já chagaram a morar na cidade, mas nasceram no meio rural, onde também passaram a maior parte de suas vidas. Geovane não participou de ocupações do MST, sendo que seu lote foi adquirido de um assentado, que passou por dificuldades financeiras após alguns anos arrendado o lote. Nesses arrendamentos, geralmente o arrendatário paga adiantado pelo uso da terra, à vista, valor que nem sempre é suficiente para a sobrevivência do arrendatário até a próxima safra, gerando acúmulo de dívidas.

Já Hélio foi contemplado com um lote no assentamento Ireno Alves do

---

<sup>22</sup> Os lotes do assentamento Celso Furtado variam entre 10,89 hectares a 15,73 hectares (ROOS, 2010)

Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, município vizinho, em 1997. O agricultor relata que ficou dois anos acampado e neste período nunca deixou de trabalhar.

Pela biografia dos dois entrevistados, podemos afirmar que há pouca possibilidade da agroecologia ter sido incorporada de forma significativa à visão de mundo desses sujeitos pelo MST. Hélio, entrou para o MST em meados dos anos 1990, época em que o movimento ainda tinha uma visão muito produtivista (BORGES, 2007), e também dedicou muito tempo ao trabalho durante o período de acampamento, o que certamente o impediu de participar mais efetivamente das atividades formativas do MST. Já Geovane, por não ter sido acampado, não teve nenhuma formação do MST, embora demonstre um respeito muito grande pelo movimento, principalmente pelos companheiros assentados, afirma que não estaria disposto a submeter-se ao processo de luta pela terra, pela discriminação a qual os integrantes dos movimentos sociais passam.

O que explicaria então a adesão desses agricultores à produção agroecológica? A segurança financeira proporcionada pelo plantio da soja é desejável para ambos, mas é possível observar nas falas que a diversificação da produção os remete a experiências do passado. Geovane afirma que desde o início da década de 1990, quando ainda era solteiro, planta melancia e outros produtos, fazendo adubação somente com esterco. Já Hélio cresceu em uma cultura tradicional, como ele demonstra em sua fala, quando perguntado se já morou na roça:

Sempre. Desde criança. Nunca sai da roça<sup>23</sup>. Só sei trabalhar na roça. Mexer com criação...formei pasto pra esses fazendeiro, trabalhei muito em fazenda fazendo cerca, formando pasto, cuidando de gado dos fazendeiro...

Meu pai nunca trabalhou pra ninguém. Quando ele ia trabalhar pra uma pessoa ia tudo nós (família) pra **ajudar**. O pessoal lá tava apurado com uma colheita de feijão ou, naquele tempo plantava bastante arroz né, de repente uma colheita de arroz, qualquer coisa lá é: “vamo lá ajudar o cumpadre!” Quase tudo era compadre dele né. Daí corria tudo nós ajudar lá. Mas **não cobrava nada**. (HÉLIO, Comunidade Renascer, 2017. Grifo nosso)

A fala mostra a prática do mutirão, muito comum nas comunidades camponesas para superar as dificuldades impostas pelo isolamento dos sertões do

---

<sup>23</sup> Em outro trecho da entrevista ele afirma, contraditoriamente, que já morou na cidade. Ele não afirmou quanto tempo, mas analisando a entrevista como um todo, é possível inferir que foi um tempo muito pequeno.

Brasil (CANDIDO, 2010), assim como a agricultura diversificada, priorizando o sustento da família.

Já nas falas de Geovane, apesar de também valorizar muito o trabalho com a terra e a diversificação, é possível notar uma influência maior da agricultura moderna. Várias vezes ele fez menção à agrotóxicos, sempre minimizando os efeitos negativos dessas substâncias e deixando transparecer uma certa convicção de que ele tem o domínio sobre o uso desses produtos:

Olha eu tento respeitar vamos assim dizer, quando a coisa ataca, eu uso o menos agressivo, que a pessoa consulta a pessoa, agrônomo aí... aí respeitam que nem um **veneninho** que as pessoa usam bastante, **que não tem quase nada** de se usar é o Decis né. Aquele lá disse que nem abelha disse que não mata né. Dai o que eu respeito é as carências né (GEOVANE, Comunidade Renascer, 2017. Grifo nosso).

O eufemismo “veneninho”, cujo uso “não tem quase nada”, minimiza os efeitos negativos do agrotóxico citado, já que o Decis EC 25 possui classificação toxicológica I, enquanto que o Decis 25 EC possui classificação toxicológica III (GAMA *et al.*, 2013), portanto, são produtos considerados “medianamente tóxico” e “extremamente tóxico”, respectivamente. Estudo de Macagnan *et al* (2016), concluiu que a Deltametrina, princípio ativo do Decis, provocou morte em organismos aquáticos pesquisados, ou seja, o produto em contato com a água pode causar danos ambientais. Já em humanos, a exposição à Deltametrina causa apoptose (morte celular) causando várias doenças neurodegenerativas (HOSSAIN; RICHARDSON 2011).

A influência da visão de mundo da agricultura moderna na fala de Geovane, reflete o momento da agricultura em que esse agricultor vivenciou. Nascido em 1971, e tendo passado toda a infância no meio rural, Geovane cresceu no período de modernização da agricultura, o que certamente exerceu influência sobre sua concepção de manejo. Formas alternativas de agricultura passaram a chamar sua atenção apenas quando ele passou a entregar alimentos para a merenda, através da AAOQI, quando o preço diferenciado dos produtos orgânicos despertou-lhe interesse em conciliar uma forma de agricultura que lhe é mais motivadora (diversificação) com uma possibilidade de renda mais segura.

Nota-se a importância do Estado com propulsor de formas sustentáveis de agricultura, neste caso, com os preços diferenciados. Mas o Estado, paradoxalmente, é falho quanto à oferta de condições para que os agricultores

desenvolvam esta forma de produção. Embora os agricultores entrevistados tenham demonstrado interesse em cultivar produtos orgânicos, ambos aguardavam uma visita técnica para orientá-los sobre como iniciar o processo.

A prefeitura não dispõe de técnicos para atenderem essa demanda e a AAOQI não conseguiria contratar um técnico sem que isso gerasse impacto financeiro que comprometesse suas atividades. Desta forma, o trabalho de assistência técnica no assentamento é feito somente pela EMATER, cuja equipe técnica tem que atender um universo de 2.391 estabelecimentos agropecuários, do município de Quedas do Iguaçu (IPARDES, 2017).

Diante das deficiências da assistência técnica, esses agricultores iniciaram o processo de transição por conta própria, motivados pelos preços diferenciados e pela busca de uma alimentação mais saudável, no caso do agricultor Hélio. Nenhum dos entrevistados mencionou o cuidado com o meio ambiente como justificativa para o cultivo de orgânicos.

Segundo eles, as informações para a produção são buscadas com outros produtores ou de forma intuitiva, baseada na própria experiência, já que nenhum deles chegou a fazer curso de produção orgânica.

Não pego informação com ninguém. Os meus vizinhos aí é tudo no veneno né. Eu até, eu tenho um livro ali, que é orgânico né. Faz muito tempo que eu tenho aquele livro e ali ensina a fazer o adubo, a ureia muita coisa né. Mas por enquanto a gente tá aí começando né. Então a gente tá fazendo de acordo com o que a gente sabe. Mas por enquanto não tem orientação de ninguém. O cara da EMATER, falou que vai vir aqui. Ele falou: “Eu vou lá na sua casa pra ver o quadro que nós vai plantar então pra nos ver. Dai eu vou te dar umas dicas lá”. Então ficou dele vir essa semana, mas até agora ainda não veio (HÉLIO, Comunidade Renascer, 2017).

Nas visitas às propriedades foi possível constatar a ausência de itens básicos para a produção orgânica, como o cultivo plantas para atuarem como quebra-vento, barreiras que diminuem a velocidade do vento e que contribuem para que os agrotóxicos aplicados em plantações vizinhas atinjam a lavoura orgânica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Precisamos estudar os camponeses  
não só para ajudá-los, mas para nos ajudar.  
Não temos que ensinar aos camponeses como viver  
nós é que temos que aprender com eles como viver  
e como resolver problemas nos quais  
a maior parte da população está envolvida.  
(SHANIN, 2008, p. 28-29)*

Refletir sobre os processos que fazem com que os indivíduos tomem determinadas decisões é uma tarefa desafiadora, pois o fato de cada sujeito ter uma experiência única leva o pesquisador se deparar com um emaranhado de elementos que orientam as ações desses atores. Muito além de uma substituição de técnicas de manejo, a transição agroecológica precisa dialogar com esses elementos para que avance.

Ao analisar as motivações dos agricultores assentados para aderirem à agroecologia, é necessário considerar que tal ação se faz em uma conjuntura extremamente desfavorável, sobretudo se considerarmos o papel do Estado. Seus representantes, em sua maioria, tratam de forma desigual as diferentes formas de agricultura, sendo que a atenção recebida pela agricultura familiar não faz jus ao papel que este setor tem na sociedade.

Se a agricultura familiar como um todo sofre com as limitações impostas, as iniciativas agroecológicas sofrem ainda mais com os obstáculos que dificultam seu desenvolvimento. A escassez de crédito específico para a agroecologia, ou até mesmo o excesso de burocracia para acessá-lo e a falta de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao setor, constituem exemplos disso.

Diante dessas barreiras, os agricultores acabam sendo os maiores responsáveis pela viabilidade dos projetos agroecológicos, uma vez que se dependessem apenas de condições externas, tais projetos minguariam. Foi o que aconteceu com o grupo que desistiu da produção de orgânicos, que nesta pesquisa denominamos de “ex-agroecológicos”, cujas motivações foram insuficientes para superar as dificuldades que enfrentaram. A motivação financeira, com possibilidades de receberem o “dobro do preço” pela produção, fez com a adesão

ao cultivo de produtos orgânicos fosse feita sem uma avaliação mais cuidadosa de todas as dificuldades do processo. Há de se considerar que no processo de convencimento para que se tornassem produtores agroecológicos, os representantes do MST podem ter usado a agroecologia mais como um discurso, em oposição ao agronegócio, do que como uma forma de produzir com toda sua complexidade.

A visão de mundo da agricultura convencional também dificultou que esses agricultores adotassem alternativas diferentes de produção, como a variação de culturas cultivadas. Muitos aderiram ao cultivo da soja, cujas técnicas de manejo não são concebidas para pequenos produtores, pois demandam, entre outras coisas, de maquinários caros.

Os entrevistados que deixaram de produzir orgânicos também se queixaram de não terem recebido assistência técnica suficiente para resolver os seus problemas da produção. Neste caso, certamente eles acabaram solucionando algumas demandas de forma intuitiva, acionando práticas da agricultura tradicional, como a prática de queimadas para limpeza do terreno. Portanto, ao prevalecer a visão de mundo da agricultura convencional e da agricultura tradicional, em detrimento da agroecologia, podemos dizer que no período de acampamento a agroecologia não foi trabalhada de forma eficiente.

Isso não significa que nada do que foi trabalhado tenha sido aproveitado. Em várias propriedades visitadas os assentados mantinham uma horta para o consumo da família onde produziam sem o uso de produto químicos industrializados, embora alguns tenham relatado que as plantas tenham apresentado problemas devidos à aplicação de herbicidas em propriedades vizinhas.

Já os produtores agroecológicos caracterizam-se pela rejeição ao modelo de agricultura convencional, muitas vezes amparados por concepções consoantes com o discurso do MST. Nas entrevistas com esses assentados, parece haver uma ligação um pouco maior com a visão de mundo camponesa, mas as motivações para a produção orgânica parecem ser mais amparadas nos discursos políticos do MST do que necessariamente em algo que remeta a práticas camponesas tradicionais vivenciadas no passado. Como as ações do movimento são mais voltadas para luta pela terra, esses agricultores encontram dificuldades para acessarem informações que os possibilitem aperfeiçoarem o manejo em seus

lotes, fato que é agravado pela limitada rede de contato que possuem.

Alguns desses produtores agroecológicos são mais proativos e possuem mais facilidade para acessar informações que os permite superar muitas dificuldades na produção. Na fala desses, menções à agricultura convencional aparecem raramente, quase sempre como um assunto secundário. Parece não haver uma necessidade de crítica ao modelo convencional de agricultura como justificativa para a adesão à agroecologia.

Nos agricultores agroecológicos, a visão social de mundo camponesa é bastante presente, o que certamente se justifica pela biografia dos entrevistados onde o trabalho voltado para a subsistência da família, a religiosidade, a cooperação como vizinhos, entre outros, eram presentes. Mas a visão de mundo agroecológica certamente é a mais predominante, sendo que o contato precoce com formas de agroecologia pode ter contribuído para que tais práticas fossem assimiladas como a (e não uma) forma de fazer agricultura.

Os agricultores em transição têm o interesse inicial na produção orgânica despertado pelo preço diferenciado que esses produtos alcançam nas chamadas públicas de compra para a merenda escolar. Mais uma vez, notamos o potencial do Estado como propulsor de iniciativas sustentáveis ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, limita tais iniciativas ao não oferecer condições para que os agricultores possam desenvolver essas atividades. Os agricultores em transição que entrevistamos, apesar de já terem iniciado a produção, ainda não haviam recebido assistência técnica e contavam apenas com os próprios conhecimentos para desenvolverem tais atividades, pois também não haviam tido a oportunidade de participarem de nenhum curso de formação, apesar da disposição em acessar esse recurso.

A visão de mundo da agricultura convencional ainda é muito presente nesses produtores, tanto que a segurança financeira das duas propriedades visitadas ainda era baseada no plantio de soja transgênica, sendo que em nenhum momento os entrevistados deixaram transparecer que tal cultivo pudesse ter um caráter provisório. Todavia, a visão de mundo camponesa também se mostrou presente no manejo que faziam do espaço onde eles iniciaram a transição.

Não resta dúvida que a atual conjuntura social, política e econômica é favorável à agricultura convencional, sobretudo pelo poder financeiro que os grupos ligados a ela detêm. Contudo, novos debates na sociedade contemporânea

podem permitir o crescimento de novas formas de agricultura, como a agroecologia, que podem ter uma conjuntura mais favorável, principalmente a partir de novos hábitos de consumidores que estão cada vez mais em busca de alimentos menos processados e saudáveis.

Na busca pela manutenção da hegemonia, a agricultura convencional e toda a cadeia do agronegócio lança mão de uma série de recursos, a fim de impor continuidade da superioridade de sua visão social de mundo. Para isso, são realizadas diversas investidas, como campanhas publicitárias nos meios de comunicação em massa e inserção de ideologias do agronegócio nas escolas, como a distribuição de cartilhas ou mesmo de interferências na grade curricular.

É profícuo pensar em formas de promover a sustentabilidade, principalmente entre os jovens, para que a agricultura do futuro seja orientada para o respeito às pessoas e ao meio ambiente. Os trabalhos de promoção da agroecologia realizados pelo MST nos acampamentos possibilitam a ampliação do debate sobre esse tema, mas são necessárias ações permanentes que permitam a construção de uma agricultura sustentável.

Atualmente há no município uma ação bastante promissora que é a criação da feira da reforma agrária e da agricultura familiar, que seria realizada mensalmente no centro da cidade e semanalmente nos bairros, organizada pelos próprios assentados. Embora a ideia da feira não seja a comercialização exclusiva de produtos orgânicos, este espaço possibilitará uma maior visibilidade para os produtores agroecológicos e certamente contribuirá para a aproximação deles com os consumidores. Além dos assentados, a feira contará também com a participação de camponeses que estão acampados e que já produzem alimentos orgânicos em pequenas áreas próximas ao acampamento, o que permitirá a eles, caso venham a ser assentados, começarem a produção nos futuros lotes já com um canal de comercialização. Iniciativas como esta, apontam para a possibilidade de construção de uma outra agricultura a partir do protagonismo dos próprios agricultores.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n.Especial, p. 51-85, 1997.
- ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.** Brasília, MEC/ABEAS, 1989.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ALVES, Adilson Francelino. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná).** Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – UFSC, Florianópolis, 2008.
- ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele; RODRIGUES, Suelen de Leal . Formas de (re)produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. In: João Pedro Stedile. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2016, v. 9, p. 105-125.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** Disponível em: [http://www.giovannialves.org/artigo\\_giovanni%20alves\\_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf). Acesso em 03/05/2018.
- ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.** Chapecó: UFFS, 2016.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. *et al.* **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.** In: CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (org). **Dossiê ABRASCO, um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. 2015.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- BORGES, Juliano Luis. **Movimentos Sociais e Sustentabilidade: os Desafios da Extensão Rural Agroecológica em Assentamentos de Reforma Agrária.** Revista CESUMAR, v. 17, p. 203-230, 2012.
- BORGES, Juliano Luis. **MST: do produtivismo a agroecologia.** In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2009, Curitiba. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2009. p. 01-22.

BOZA, Christiano; PEREIRA, Manuela Franco de Carvalho da Silva; XAVIER, Leonardo Pereira. **A formação, a evolução e o fim da Brigada Orgânica do Assentamento Celso Furtado, PR.** Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, 2011.

CAMARGO, Ilizeu Mirman de. **História dos pioneiros: Espigão alto do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Campo Novo e imóvel Rio das Cobras.** Ed. Condensada. Quedas do Iguaçu: Calgan, 2017.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social.** In: João Pedro Stedile. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016, v. 9, p. 153-218.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Revista NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, UNESP: Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, Jul./Dez., 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos rurais do território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

CONDE, Dirceu Cleber. **Dois grandes períodos da concepção de ideologia.** Working papers em linguística, n. 3, UFSC, 1999.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil.** Dados 2016. Brasília: CIMI, 2016.

**Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20: O Futuro que Queremos.** Organização das Nações Unidas (ONU). Resolução adotada pela Assembleia-Geral em 27 julho de 2012 – **Resolução 66/288.** Versão traduzida e revisada por Júlia Crochemore Restrepo e Daniel José da Silva. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://migre.me/hmfHN>>. Acesso em: 16/05/2017.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso.** São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos.** João Pessoa: AGB, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013.

2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Quando a agricultura familiar é camponesa**. In: João Pedro Stedile. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2016, v. 9, p. 309- 327.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Antônio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008 p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 45-69 p.

FERRARI, Alexandre Harlei. **De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações internacionais**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara) – 2014.

FIRDION, Jean-Marie. **Construir uma amostra**. In: PAUGAM, serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. 67-84 p.

FRITZ FILHO, L. F. **Análise das unidades de produção agrícolas do município de passo fundo/RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural. Porto alegre 2009.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 6.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GAMA, Allyne F.; OLIVEIRA, André H.B. de; CAVALCANTE, Rivelino M. **Inventário de agrotóxicos e risco de contaminação química dos recursos hídricos no semiárido cearense**. Química Nova, v. 36, n. 3, p. 462-467, 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23/05/2017.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de economia e sociologia rural, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUHUR. D. M.P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: Desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. **Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Ciências**

**Humanas e Sociais. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.**

HABERMAS, Jünger. **Técnica e ciência como ideologia.** Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOSSAIN, Muhammad M.; RICHARDSON, Jason R. **Mechanism of pyrethroid pesticide-induced apoptosis: role of Calpain and the ER stress pathway.** Toxicological Sciences. v. 122, n. 2, p. 512-525, 2011.

IBGE. **IGBE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/quedas-do-iguacu/panorama>. Acesso em 20/04/2018.

JACOB, Luciana Buainain; ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ribeiro de; AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; SPAROVEK, Gerd. **A agroecologia nos cursos de engenharia agrônoma: para além de desafios e dilemas curriculares.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 21, n. 1, p. 173-198, 2016.

KANAAN, Hanen Sarkis. O fim da história e o último homem. **Revista Percursos, Florianópolis: UDESC**, v. 6, n. 1, 2005.

KULESKA, Wojciech Andrzej. **Reforma Agrária e Educação Ambiental.** Brasília: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.89. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** Tradução Francisco Roberto Caporal. In: Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. V. 3, n.1, Porto Alegre: Emater, jul/set.2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sergio Pereira; JUNIOR, Valdemar João Wesz. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural.** Revista Pós Ciências Sociais, v. 11, n. 22, 2014.

LISBOA, Marijane Vieira. **Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos.** In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

MACAGNAN, Natani; KOLCENTI, Cassiane; RUTKOSKI, Camila Fátima; VANZETTO, Guilherme Victor ; HARTMANN, Marília Teresinha. Toxicidade dos inseticidas Deltametrina e Cipermetrina em embriões e larvas de *Physalaemus Gracilis* (Anura: Leptodactylidae). In: VI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, 2016,

Erechim. VI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica, 2016.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARCATTO, Celso. **Agricultura sustentável: conceitos e princípios**. In: Rede ambiente, Ago.2002. Disponível em: <<http://www.redeambiente.org.br>>. Acesso em: 03/07/2016.

MARCEL, Mazoyer; LAURENCE, Roudart. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: a vida pelo vídeo**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1988.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 7, p. 182-210, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/agraria/article/view/134>>. Acesso em: 06/02/2018.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. REVISTA NERA, n. 12, p. 57-67, 2012.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação**. Tese (Doutorado em Geografia) - UFRGS. Porto Alegre, 2017.

MARTINS, Daniele Comin. **A Criminalização dos movimentos sociais e a luta por terras no interior do Paraná-o caso de Quedas do Iguaçu**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 7, n. 12, p. 15-50, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MAZUCATO, Thiago Pereira da Silva. **Da Filosofia à Sociologia: ideologia e utopia como categorias de pensamento e de ação em Karl Mannheim**. Pensata, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 5 n. 2, p. 168-189, 2016.

MAZUCATO, Thiago. **Ideologia e utopia em Karl Mannheim**. Revista Sem Aspas, v. 2, n. 1, p. 187-195, 2013.

MESQUITA, Benjamin Alavino de. **Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais**. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís, Número Especial, p. 135-

147. Nov. 2016.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves . **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006, feliz aniversário campesinato.** In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luis. Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2016. v. 1.

MOCELLIN, Elisângela. **O lugar da agroecologia no currículo da escola do campo.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - UFFS, Laranjeiras do Sul, 2016.

MONTEIRO, Marcos Rogério. **Avaliação da produção de aveia preta (Avena strigosa) sobressemeada em diferentes espécies de pastagens perenes de verão em sistema de pastoreio racional Voisin.** Dissertação (Mestrado profissional em Agroecossistemas) - UFFS, Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** In: João Pedro Stédile (org). (Org.). A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1 eded. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2016, v. 1, p. 329-360.

ORGANIS & MARKET ANALYSIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil.** Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. Disponível em: <https://www.organicsnewsbrasil.com.br>. Acesso em 10/06/2017.

PINHO, Maria Teresa Buonomo de. **Ideologia e formação humana em Marx, Lukács e Mészáros.** Tese (Doutorado em educação) UFC, Fortaleza, 2013.

PLUEG, Jan D. Van Der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: PETERSEN, Paulo. (org.). Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. v. 1. 276p.

RISK, Eloah Nazaré Varjal de Melo. **A organização e análise ergonômica do trabalho do "bóia-fria": a saga do trabalhador rural da lavoura da cana-de-açúcar no estado de Pernambuco - do escravo ao bóia-fria, uma história de "sangue, suor e lágrima".** Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) –UNICAMP, Campinas, 2010.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único.** Revista Nera, Presidente Prudente, p.1-13, 2006.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e a resistência camponesa nos acampamentos e**

**assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR.** 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 63, 2002. Disponível em: <[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia\\_das\\_ausencias\\_RCCS63.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF)> Acesso em: 25/03/2018.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional.** Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. **Tendências e Temas dos Estudos Sobre desenvolvimento Rural no Brasil.** In: Anais do XXII congresso f the European Society for rural Sociology. Wageningen, Holanda. 2007.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Sociologias, v. 13, n. 27, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992. Disponível em: <[http://www.ampocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_18/rbcs18\\_06.htm](http://www.ampocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_06.htm)> Acesso em: 25/03/2018.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: Eliane Tomiasi Paunilo; João Edmilson Fabrini. (Orgs). **Campe sinato e territórios em disputa.** São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 23-47.

SILVA, José Graziano da. **Que é questão agrária.** 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOBRINHO, Carlos Aurélio. **Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir do Relatório Brundtland.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Marília, 2008.

SOUZA, Andre Luiz de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST : entre o ideal e o concreto : estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo, 2017.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 26, p. 10–27, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a Pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p.42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. **Outubro**, 1996.

WEBER, Max. **Max Weber: Sociologia.** (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13). Gabriel Cohn (Organizador). São Paulo: Ed. Ática, 1982.

WEID, J. M. **Um novo lugar para a agricultura.** In: PETERSEN P. (Org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WELLER, Wivian. **A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos.** Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 260-300

YAMAUTI, Nilson Nobuaki . **A questão da reforma agrária no governo João Goulart.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences , Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005. BRANDEMBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental.** Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 2, 2010.

## 8 ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO PARA FAMÍLIAS PRODUTORAS DE ORGÂNICOS.

- a) Idade (H)\_\_\_\_\_ (M)\_\_\_\_\_
- b) Natural de (H)\_\_\_\_\_ (M)\_\_\_\_\_
- c) Sempre morou na roça? ( )Sim ( )Não
- d) Qual era sua ocupação antes de entrar para o MST ?
- 
- e) Qual motivo levou você a participar de ocupações do MST?
- 
- f) Quanto tempo você ficou acampado?
- 
- g) Grau de escolarização  
(H)\_\_\_\_\_ (M)\_\_\_\_\_
- h) Qual o número de integrantes na família? \_\_\_\_\_
- i) Qual o número de filhos que atuam na propriedade? \_\_\_\_\_
- j) Por que você optou por cultivar produtos orgânicos?
- 
- 
- 
- k) Quais as principais fontes de renda da família?
1. \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_ % \_\_\_\_\_
- l) Como é comercializada a produção do lote? (Quem compra?)
- 
- m) Como é composto o trabalho no estabelecimento?
1. \_\_\_\_\_ %Trabalho braçal
2. \_\_\_\_\_ %Trator De quem? \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_ %Animal
4. \_\_\_\_\_ %Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- n) Você recebe algum tipo de assistência técnica? ( ) Sim. ( ) Não.
- o) Quem presta assistência técnica.

1. Emater
  2. CEAGRO
  3. Cooperativa. Qual? \_\_\_\_\_
  4. Assistência técnica e extensão rural "ATER" (Incra)
  5. ONGs. Qual? \_\_\_\_\_
  6. Particular.
  7. Outro \_\_\_\_\_
- p) A quanto tempo é produtor orgânico? \_\_\_\_\_
- q) Em que aspectos a produção orgânicos é mais vantajosa que a agricultura convencional?

---



---



---



---

- r) Onde você busca informações para aperfeiçoar sua produção?

---



---

- s) Você se sente mais valorizado ao produzir e comercializar produtos sem agrotóxicos? De que forma?

---



---



---

- t) Quais são as dificuldades de um produtor de orgânicos? (1 pouca dificuldade- 5 muita dificuldade)

1. Manejo. ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5.
2. Recurso financeiros. ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5.
3. Falta de Assistência técnica. ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5.
4. Comercialização. ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5.

- u) Entre os agricultores que você conhece, a adesão ao cultivo de orgânicos tem aumentado, ou tem diminuído? Quais seriam os motivos?

- v) Você faz plantio convencional em parte da propriedade? ( ) Sim ( ) não.

- w) Caso faça também plantio convencional, como é feita a de aplicação de

agrotóxicos?

1. ( ) Pulverizador costal
2. ( ) Pulverizador estacionário e/ou semiestacionário.
3. ( ) Equipamento de tração mecânica e/ou animal
5. ( ) outro modo
6. ( ) Nenhum

x) Aplicação de agrotóxicos é feita com uso de quais equipamentos de proteção individual? (Não considere equipamentos improvisados)

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 1. ( ) Chapéu / capuz | 2. ( ) óculos / protetor facial                         |
| 3. ( ) Máscara        | 4. ( ) Roupa protetora ( macacão )                      |
| 5. ( ) Avental /capa  | 6. ( ) Luvas  |
| 7. ( ) Botas          | 8. ( ) Trator ou veículo utilizado com cabine protetora |
| 9. ( ) Nenhuma        |   |

y) Qual a renda mensal familiar? (Em salários mínimos).

z) Conhece quais dessas linhas de créditos do programa de fortalecimento da agricultor familiar (PRONAF)?

1. ( ) Pronaf- custeio
2. ( ) Pronaf Mais alimento – Investimento
3. ( ) Pronaf Agroindústria
4. ( ) Pronaf Eco
5. ( ) Pronaf Mulher
6. ( ) Pronaf Jovem
7. ( ) Pronaf Agroecologia
8. ( ) Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares
9. ( ) Microcrédito Rural

a,a) Como você se reconhece (camponês, agricultor familiar, colono, etc.)?

a.b) Como foi sua trajetória de vida até se tornar assentado?

a.c) A realidade de assentado é o que você esperava, quando estava acampado?

a.d) O que falta para melhorar a vida no acampamento?

a.e) Você participa de alguma organização (sindicato, associação, igreja etc.)?

a.f) Como é a divisão de trabalho entre o casal?